



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

GIOVANNA BOTINI ZORTEA

**IMIGRANTES HAITIANOS AFETADOS PELO TERREMOTO DE 2010:
POSSIBILIDADES DE REPARAÇÃO PSÍQUICA**

FLORIANÓPOLIS-SC
2023

GIOVANNA BOTINI ZORTEA

**IMIGRANTES HAITIANOS AFETADOS PELO TERREMOTO DE 2010:
POSSIBILIDADES DE REPARAÇÃO PSÍQUICA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia de Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, na área de concentração Psicologia Social e Cultura.

Orientadora: Dr^a Lucienne Martins Borges

Coorientadora: Dr^a Allyne Fernandes Oliveira Barros

FLORIANÓPOLIS - SC
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Zortea, Giovanna Botini

Imigrantes haitianos afetados pelo terremoto de 2010 :
Possibilidades de reparação psíquica / Giovanna Botini
Zortea ; orientador, Lucienne Martins-Borges,
coorientador, Allyne Fernandes Oliveira Barros, 2023.
134 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Imigração involuntária. 3. Diáspora
haitiana. 4. Reparação psíquica. I. Martins-Borges, Lucienne
. II. Barros, Allyne Fernandes Oliveira . III.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Psicologia. IV. Título.

Giovanna Botini Zortea

Imigrantes haitianos afetados pelo terremoto de 2010: possibilidade de reparação psíquica

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Dr.(a) Lucienne Martins Borges
(PPGP UFSC – Orientadora)

Prof.(a) Dr.(a) Allyne Fernandes Oliveira Barros
(Université Laval, Canadá – Coorientadora)

Prof.(a) Dr.(a) Marcela de Andrade Gomes
Examinadora

Prof.(a) Dr.(a) Gláucia de Oliveira Assis
(PPGPlan – UDESC – Examinadora Externa)

Prof.(a) Dr.(a) Andrea Barbará da Silva Bousfield
(PPGP UFSC – Suplente Interna)

Prof.(a) Dr.(a) Jeferson Rodrigues
(Departamento de Psicologia/UFSC)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Psicologia, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.(a) Dr.(a) Lucienne Martins Borges (PPGP UFSC – Orientadora)

Florianópolis, 2023.

Dedico este trabalho à minha avó materna, Odília (*in memoriam*),
mulher que não pôde estudar,
e sempre sorria quando me via com um livro na mão.

AGRADECIMENTOS

Por mais que se possa entender uma dissertação como um projeto individual, ela é tecida por muitas mãos. Este trabalho se constrói a partir de contribuições de uma rede de pessoas importantes no meu percurso.

Aqui, gostaria de agradecer, primeiramente, à minha família, por ter sido a minha base e me apresentado ao mundo de maneira tão carinhosa. O amor que compartilhamos é o que me possibilita ser quem sou. E esse amor, que recebi de forma tão generosa, me faz desejar espalhar esse sentimento pelos caminhos que percorro.

Em cada espaço que circulei, na vida coletiva, construí relações que ajudaram a me constituir como pessoa. Assim, agradeço aos vínculos de amizades que promovem tantos afetos, apoio e acolhimento, tornando a vida mais leve. Esta pesquisa só foi possível porque quando olho para o lado, encontro uma rede de relações que me fortalecem.

Agradeço, especialmente, às amizades construídas no PPGP e no núcleo de pesquisa (NEMPsiC), por proporcionarem espaços coletivos de trocas teóricas, regadas de acolhimento. Os afetos compartilhados promoveram uma ruptura na rigidez acadêmica, tornando esse caminho mais alegre e agradável.

Agradeço à minha orientadora e à minha coorientadora, por compartilharem comigo as inquietações suscitadas pelos estudos migratórios, e o desejo de contribuir para uma sociedade mais acolhedora frente às diferenças. Agradeço por me mostrarem caminhos que possibilitaram crescimento profissional e também pessoal.

Agradeço aos participantes da pesquisa por se abrirem a compartilhar um pouco de suas histórias e, assim, despertarem ainda mais admiração pela grandiosa generosidade e bravura. Agradeço também pelas contribuições cruciais à pesquisa e pela confiança.

Por fim, agradeço ao PPGP/UFSC e à CAPES, pelo apoio e financiamento financeiro fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

Contra o racismo de todas as cores, de todos os sexos, de todas as crenças, de todas as línguas, de todas as culturas, de todos os países, contra esse horror, que nos valha o estrangeiro – o estrangeiro de toda parte, o estrangeiro do exterior e do interior de nós mesmos.

(Neusa Santos Souza)

Zortea, G. B. **Possibilidades de reparação psíquica em imigrantes haitianos afetados pelo terremoto de 2010**. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, 2023.

RESUMO

Desastres ambientais são fenômenos que podem acometer qualquer comunidade, com diferentes tipos e intensidades, e podem expor os sujeitos a diversas perdas, gerando sofrimento psíquico, e podendo produzir um contexto potencialmente traumático. As consequências de um desastre são medidas pelas condições materiais e simbólicas de reparação dos danos. Uma possível consequência consiste no aumento do fluxo migratório, ou seja, a saída de parte da população do país de origem, em busca de locais que garantam a continuidade da vida. Muitas vezes, a migração aparece como possibilidade de reparação psíquica, um processo complexo que envolve elaboração e reconhecimento no âmbito subjetivo e coletivo. Em janeiro de 2010, o Haiti foi acometido por um intenso terremoto que, associado a outras dificuldades sociais, promoveu aumento no deslocamento populacional. Nesse contexto, o Brasil se tornou possibilidade de destino também por já ter estabelecido relações com o Haiti no âmbito militar. Esta pesquisa adotou como objetivo principal compreender as possibilidades de reparação psíquica em imigrantes haitianos afetados pelo terremoto de 2010. Caracteriza-se como pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas. Participaram 10 imigrantes haitianos residentes na região de Florianópolis (SC), sendo 7 homens e 3 mulheres. Os dados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo, interpretados à luz da Psicanálise e Etnopsiquiatria. Os resultados permitiram uma caracterização da experiência migratória dos participantes, indicando que as motivações para migrar se configuram como uma articulação de fatores ambientais, econômicos e políticos. Para muitos, o Brasil como destino não era um desejo, mas acabou se tornando uma possibilidade em decorrência de fatores diversos. As dificuldades encontradas nas condições financeiras distanciam ainda mais a possibilidade de retornar ao Haiti, ou de promover a reunião familiar, aproximando este deslocamento das migrações involuntárias. Com relação às consequências de vivenciar terremoto, foi possível descrever efeitos primários, como choque, confusão, medo, perdas diversas e falta de moradia. Alguns destes efeitos permanecem presentes na vida psíquica dos participantes, sugerindo efeitos do traumático. Também foi possível detectar sofrimentos relacionados ao contexto migratório, como dificuldades financeiras, impossibilidade de retorno, diferenças culturais e expressões de racismo e xenofobia. Por fim, constatamos alguns fatores socioculturais do Brasil que influenciam na reparação psíquica e inclusão social. O acesso a cursos de língua portuguesa e estudos universitários se revelou limitado. Constatamos algumas medidas que podem favorecer o acesso e garantir a permanência universitária. Em relação ao mercado de trabalho, detectaram-se possibilidades de acesso a renda, mas evidenciaram-se condições laborais precárias e desigualdades de gênero. Constatou-se maior possibilidade de socializar com outros imigrantes, e baixa interação com brasileiros. O acesso a serviços públicos também se revelou fundamental no processo de inclusão social, mas constatou-se a necessidade de medidas mais consistentes e específicas para atender às necessidades dessa população. Portanto, esta pesquisa tece considerações sobre alguns fatores que podem favorecer a inclusão social e reparação psíquica em imigrantes haitianos, e que podem ser relevantes para o oferecimento de acolhimento mais efetivo, bem como elaboração de políticas públicas sensíveis às necessidades de imigrantes.

Palavras-chave: Imigração involuntária; Haiti; Impactos psíquicos; Inclusão social; Florianópolis (SC).

Zorteá, G. B. **Possibilities of psychological repair in haitian immigrants affected by the 2010 earthquake.** 2023. Dissertation (Master in psychology) – Postgraduate Program in Psychology, Federal University of Santa Catarina.

ABSTRACT

Environmental disasters are phenomena that can affect any community, with different types and intensities, and can expose subjects to various losses, generating psychological suffering, and can produce a potentially traumatic context. The consequences of a disaster are measured by the material and symbolic conditions for repairing the damage. A possible consequence is the increase in the migratory flow, that is, the departure of part of the population from the country of origin, in search of places that guarantee the continuity of life. Migration often appears as a possibility for psychic repair, a complex process that involves elaboration and recognition at a subjective and collective level. In January 2010, Haiti was hit by an intense earthquake which, associated with other social difficulties, led to an increase in population displacement. In this context, Brazil became a possible destination also because it had already established relations with Haiti in the military sphere. This research adopted as its main objective to understand the possibilities of psychological repair in Haitian immigrants affected by the 2010 earthquake. It is characterized as research with a qualitative approach, descriptive and exploratory in nature. Data were collected through semi-structured interviews. Participated in the research 10 Haitian immigrants living in the Florianópolis (SC) region participated, 7 men and 3 women. The data were analyzed using Content Analysis, interpreted in the light of Psychoanalysis and Ethnopsychiatry. The results allowed a characterization of the participants' migratory experience, indicating that the motivations to migrate are configured as an articulation of environmental, economic and political factors. For many, Brazil as a destination was not a desire, but ended up becoming a possibility due to different factors. The difficulties encountered in financial conditions, further distance the possibility of returning to Haiti, or promoting family reunion, approaching this displacement to involuntary migrations. Regarding the consequences of experiencing an earthquake, it was possible to describe primary effects, such as shock, confusion, fear, various losses and lack of housing. Some of these effects remain present in the psychic life of the participants, suggesting traumatic effects. It was also possible to detect suffering related to the migratory context, such as financial difficulties, impossibility of return, cultural differences and expressions of racism and xenophobia. Finally, we found some sociocultural factors in Brazil that influence psychological repair and social inclusion. Access to Portuguese language courses and university studies proved to be limited. We noted some measures that can promote access and guarantee university stay. In relation to the labor market, possibilities of access to income were detected, but precarious working conditions and gender inequalities were evident. There was found a greater possibility of socializing with other immigrants, and low interaction with Brazilians. Access to public services also proved to be fundamental in the process of social inclusion, but there was found a need for more consistent and specific measures to meet the needs of this population. Therefore, this research considers some factors that may favor social inclusion and psychological repair in Haitian immigrants, and which may be relevant for offering more effective reception, as well as developing public policies sensitive to the needs of immigrants.

Keywords: Involuntary Immigration; Haiti; Psychic Impacts; Social Inclusion. Florianópolis (SC).

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Categorias, subcategorias e elementos de análise	56
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 OBJETIVOS	16
2.1 Objetivo Geral	16
2.2 Objetivos Específicos	16
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
3.1 O Haiti, o Terremoto e a Migração Involuntária	17
3.1.1 <i>Contexto histórico e político do Haiti</i>	17
3.1.2 <i>Culturas do Haiti: línguas, crenças e diásporas</i>	21
3.1.3 <i>Desastres Ambientais e o Terremoto de 2010</i>	23
3.2 Sofrimento e Reparação Psíquica: Aspectos Psicológicos e Culturais	27
3.2.1 <i>Sofrimento Psíquico Decorrente do Terremoto e Migração Involuntária</i>	27
3.2.2 <i>Reparação Psíquica</i>	30
3.2.3 <i>Aspectos Culturais da Expressão do Sofrimento Psíquico: a Etnopsiquiatria</i>	33
3.3 O Brasil como país de acolhimento	35
3.3.1 <i>O racismo estrutural e as políticas migratórias no Brasil</i>	36
3.3.2 <i>O fluxo migratório de haitianos e haitianas no Brasil</i>	40
3.3.3 <i>A rede de acolhimento a imigrantes na região da Grande Florianópolis</i>	43
4 MÉTODO	48
4.1 Contexto e Caracterização da Pesquisa	48
4.2 Participantes	48
4.2.1 <i>Breve caracterização dos participantes</i>	49
4.3 Instrumentos e procedimentos de coleta	52
4.4 Análise dos Dados	53
4.5 Cuidados Éticos	54
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	56
5.1 Motivos para partir	57

5.2 Preparação da partida.....	63
5.3 Implicações no deslocamento	65
5.4 Primeiros efeitos em relação ao terremoto.....	67
5.5 Efeitos do traumático	73
5.6 Sofrimento relacionado à migração.....	78
5.7 Continuação dos estudos.....	87
5.8 Acesso ao mercado de trabalho	91
5.9 Possibilidade de fazer vínculos.....	97
5.10 Acesso a serviços públicos	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS	116
APÊNDICE A- Roteiro de Entrevista Semiestruturada.....	125
APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	127
ANEXO 1- FORMULÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO INTERCULTURAL.....	131

1 INTRODUÇÃO

A migração consiste no deslocamento de pessoas, grupos ou populações que saem de seu território de origem para se estabelecerem em outro local, de forma temporária ou permanentemente, na busca de melhores condições de vida. Quando o movimento migratório acontece dentro dos limites geopolíticos de um país, de uma região para outra, configura-se migração interna; e quando há um atravessamento de fronteiras entre países, este recebe o nome de migração internacional (Organização Internacional para as Migrações, 2009). Outra distinção relevante a ser estabelecida consiste na migração voluntária e involuntária. A primeira designa a saída do lugar de origem com implicação do desejo, de modo que o sujeito se projeta e planeja sua vida em outro local. Já migração involuntária é assim nomeada quando motivada por fatores externos, como conflitos políticos, sociais e étnicos, além de catástrofes ambientais. Outra característica da migração involuntária consiste na impossibilidade de retornar ao país de origem (Martins-Borges, 2013).

Em 12 de janeiro de 2010, o Haiti, que à época contava com aproximadamente 9 milhões de habitantes, foi impactado por um terremoto que deixou em média mais de 220 mil mortos, 300 mil feridos e 3,5 milhões de pessoas afetadas nos mais distintos níveis. Estima-se que 60% da infraestrutura governamental foi destruída, com a derrubada de 80% das escolas em Porto Príncipe e com mais de 180 mil casas afetadas. Em termos econômicos, os impactos do terremoto foram estimados em US\$7,8 bilhões, o que representava 120% do Produto Interno Bruto do país em 2009 (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 2016; Godoy, 2011).

Os desastres, apesar de naturais, são fenômenos sociopolíticos, pois sua dimensão catastrófica está diretamente relacionada ao grau de vulnerabilidade da comunidade atingida, podendo também serem classificados como a expressão aguda da desigualdade social. Além disso, tais situações extremas não geram apenas perdas materiais e humanas no instante do evento, pois suas consequências tendem a se estender no tempo, produzindo efeitos subjetivos, econômicos e sociopolíticos. Quanto mais precarizada a comunidade atingida, maior a perpetração das consequências do desastre (Favero et al., 2014; Rafaloski et al., 2020).

Referente às condições do Haiti antes da ocorrência do terremoto, ressalta-se que, em 2009, uma estimativa apontou que mais da metade da população recebia menos que 1,25 dólar por dia e não tinha acesso à água limpa. Este cenário de extrema pobreza já acarretava em elevados índices de nutrição inadequada, analfabetismo, tráfico e exploração laboral de crianças (Godoy, 2011).

Sendo assim, constata-se que o Haiti – um país de periferia global e com uma história marcada por explorações coloniais, ditaduras e crises econômicas – lidou com intensos obstáculos políticos, econômicos e sociais no enfrentamento ao terremoto, o que fez com que as consequências se prorrogassem a médio e longo prazo. Cerca de 1,6 milhão de pessoas tiveram suas casas destruídas após a catástrofe, e grande parte delas foi submetida ao processo de migração interna, passando a sobreviver em abrigos improvisados e sem acesso a serviços fundamentais (Godoy, 2011).

Diante disso, a dificuldade de reorganização sociopolítica do país levou um alto número de pessoas e famílias a emigrarem para outros países, sobretudo para a América Latina, em busca de melhores condições para reconstruir a vida, de modo que o Brasil se tornou uma possibilidade de destino¹. Alguns deslocamentos motivados por desastres ambientais também podem se configurar como migração involuntária, principalmente pela natureza dos sintomas psíquicos decorrentes, pela dificuldade do país de origem em oferecer reparação e pelo acúmulo histórico de dificuldades coletivas (Barros & Martins-Borges, 2018; Godoy, 2011). Importante ressaltar que, atualmente, o Haiti enfrenta sérias instabilidades políticas e ambientais, haja vista o assassinato do presidente Jovenel Moïse, em 7 de julho de 2021, e, pouco tempo depois, no dia 14 de agosto, a ilha foi atingida por outro terremoto. Estes acontecimentos podem influenciar novos fluxos migratórios do Haiti, além de reforçar a ideia de impossibilidade de retorno aos que saíram após os efeitos do desastre em 2010.

Neste sentido, o deslocamento de haitianos e haitianas após a ocorrência do terremoto em 2010 pode ser considerado um fluxo de migração involuntária. Por não possibilitar o planejamento prévio e a projeção do sujeito em um novo local, esse tipo de deslocamento involuntário traz consigo a perda de elementos que garantiam a identidade, tais como status profissional e social, local de residência, costumes e laços construídos com o território e com a comunidade (Martins-Borges, 2013). Além disso, na imigração internacional, o encontro com a diferença cultural pode provocar um rompimento nos laços sociais, evocando no sujeito a condição de desamparo psíquico, que por sua vez, coloca em jogo a possibilidade de instalação do traumático, isto é, aquilo que dificulta as possibilidades de representação e simbolização (Betts, 2013).

¹ É válido assinalar que, antes da ocorrência do terremoto, o contexto de dificuldades históricas enfrentadas pelo Haiti já produzia intensos fluxos migratórios, sendo que os principais destinos eram França, Canadá e Estados Unidos. No período pós-terremoto de 2010, o Brasil se torna uma possibilidade de destino devido a múltiplos fatores abordados adiante.

Nos processos migratórios, há um afastamento da cultura de origem e impactos psíquicos decorrentes disso. A cultura, na perspectiva de Tobie Nathan, corresponde a um “mapa mental” que permite ao sujeito localizar-se e agir na sociedade (Martins-Borges, 2013). Neste viés, compreende-se que a cultura funciona como um emaranhado de representações que localizam o sujeito no campo social. Haja vista que a saúde mental implica relativa concordância entre a identidade simbólica e imaginária do sujeito, quando em processos migratórios ou de exílio, o Eu perde o referencial simbólico da cultura e encontra-se em condição de desamparo cultural, o que frequentemente representa mal-estar e sofrimento. Assim, na condição de imigrante e refugiado, há um abalo na comunicação entre o mundo psíquico e a cultura (Betts, 2013).

A migração motivada por desastres naturais duplicou nas últimas quatro décadas, de modo que literatura científica tem se debruçado sobre os impactos psicológicos ocasionados por estas situações, que podem se manifestar até três anos após o evento (Barros & Martins-Borges, 2018; Leiva-Bianchi et al., 2014; Shoaf, 2014). Embora não possam ser considerados como sinônimo de trauma, os desastres apresentam intenso potencial traumático (Favero et al., 2014), uma vez que colocam os sujeitos em condição de desamparo, acarretando perdas tanto materiais quanto simbólicas, o que sugere a necessidade de elaboração de diversos lutos. Vivenciar uma situação de desastre configura-se como fator de risco para o adoecimento psicossomático, e também pode agravar condições psicopatológicas prévias (Rafaloski et al., 2020). Neste viés, é possível caracterizar o terremoto vivenciado por imigrantes haitianos como traumático, tendo em vista que foi um evento repentino que, em poucos instantes, gerou intenso desamparo e falta de recursos simbólicos e materiais para responder à situação, além de expor ao contato direto e excessivo com a morte (Barros & Martins-Borges, 2018).

Freud (1920), no texto *Além do princípio de prazer*, situa o termo “neurose traumática” para introduzir uma definição econômica do trauma como resultado de um evento extremo que invade o aparelho psíquico, de maneira que ultrapassa suas condições de elaborar a situação. A seu ver, as pessoas que passaram por situações extremas, nas quais ele destaca os desastres ferroviários e os combates bélicos ocorridos na Primeira Guerra Mundial, passam a reviver no psiquismo a situação traumática. Nests sentido, como tentativa de atribuir sentido às experiências vividas de maneira desagradável, o aparelho psíquico tende a repetir a situação desprazerosa de maneira ativa, mas inconsciente. Enquanto na vida consciente há um esforço para não lembrar a situação traumática, inconscientemente ela se repete, sobretudo pelo viés dos sonhos e sintomas.

Portanto, eventos potencialmente traumáticos, como a exposição ao terremoto, podem ocasionar uma ruptura na vida psíquica que dificulta a retomada do curso da vida. Neste viés, a neurose traumática se refere a um acontecimento, mas se constitui numa temporalidade a posteriori, que sugere a impossibilidade de construir representações psíquicas para o evento (Carvalho, 2012). Assim, constata-se que a reparação psíquica da situação traumática implica o processo de resgatar e construir sentido para a experiência vivida, rompendo com a compulsão à repetição e reinvestindo libido nos objetos externos a fim de retomar o curso da vida (Carvalho, 2012). O processo de reparação psíquica demanda o reconhecimento dos sujeitos e dos danos causados, e a legitimação do sofrimento marca a passagem da esfera individual para a coletiva (Indursky & Conte, 2017).

A esse respeito, Barros (2016), em uma pesquisa realizada com imigrantes haitianos expostos ao terremoto, revela que logo após a catástrofe, práticas feitas em grupo, como rituais, orações e refeições, ofertavam uma primeira condição de compartilhar a experiência, tornando-a mais suportável e passível de elaboração. Considera-se, pois, que o reestabelecimento dos laços que foram rompidos após o trauma pode facilitar a narrativa que induz a reparação (Silveira & Barros, 2018). Sendo assim, constata-se que pessoas expostas a situações extremas nos seus países de origem buscam na imigração um novo lugar para reconstruir a vida. Contudo, a migração por si só não garante a reparação, do contrário, pode ainda gerar outros sofrimentos, haja vista a perda do referencial cultural e o rompimento com vínculos significativos da terra natal (Martins-Borges & Pocreau, 2009).

Os imigrantes involuntários se lançam no trajeto migratório com destino a lugares que previamente não planejaram estar e, muitas vezes, também não desejaram, na esperança de encontrar novos arranjos que possibilitem a retomada dos projetos de vida. No entanto, migrar é muito mais que atravessar uma fronteira geográfica, e o processo migratório é constantemente afetado por aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, de modo que as condições do país de acolhimento impactam diretamente na vida dos imigrantes (Barros & Martins-Borges, 2018).

Levando em conta os impactos psíquicos produzidos pela exposição ao terremoto no Haiti e a migração como uma aposta de encontrar novos arranjos que possibilitem a retomada da vida, esta pesquisa se norteia a partir da seguinte questão: Como a imigração para a região da Grande Florianópolis se apresenta enquanto possibilidade de reparação psíquica para imigrantes haitianos que foram expostos ao terremoto de 2010?

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Compreender as possibilidades de reparação psíquica no contexto pós-migratório para imigrantes haitianos residentes na região da Grande Florianópolis.

2.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar a experiência migratória dos imigrantes haitianos participantes da pesquisa;
- Identificar sofrimento psíquico relacionados à exposição ao terremoto em 2010;
- Caracterizar fatores socioculturais no contexto pós-migratório que contribuem para reparação psíquica.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 O Haiti, o Terremoto e a Migração Involuntária

3.1.1 Contexto histórico e político do Haiti

*Quando você sonha em casa, você não ouve mais aquelas vozes, amigo
Quem estava gritando durante a noite, fugindo dos soldados?
Rumores de batalha, acordos de tiro?
Os violinos do medo que fazem seu coração estremecer?
Capuzes à noite acompanhados de gritos
Famílias separadas de seus filhos amados?
Você, você arrasta sua vida e sua saudade, amigo
Os longos invernos tão longe do mar
Você vai voltar aí para cantar sobre a liberdade
Para que os reis que a traficaram morram
Para que as esperanças de sua ilha voltem a cantar?
“Le maldu pays”
(Manno Charlemagne²)*

Localizado no arquipélago das Grandes Antilhas, na América Central, o Haiti é um país de clima tropical, banhado pelo oceano Atlântico e pelo mar do Caribe. O país divide a ilha *Hispaniola* com a República Dominicana ao leste; e ao oeste, o Canal *du Vent* o separa de Cuba. Sua extensão territorial corresponde a 27.750 km (tamanho similar ao estado brasileiro de Alagoas). Geopoliticamente, o país é dividido em 10 departamentos, e tem como capital a cidade de Porto Príncipe.

A história do Haiti é complexa e revolucionária. O país sofreu processo de colonização francesa, mas derrotou o colonialismo por meio de uma luta organizada internamente, tornando-se o primeiro país das Américas a conquistar a libertação. Apesar da revolução haitiana que se consumou em 1804, o país não conseguiu libertar-se economicamente, pois continuou a sofrer sanções de países hegemônicos (Lucenna, 2014). Isso leva a compreensão de que o Haiti sofre até hoje punições “pela ousadia de se fazer independente pelas mãos de escravos” (Zanella, 2016, p. 358), fato este que norteará as relações internacionais do país ao longo dos anos.

Atualmente, o país sofre com altos índices de fome e subnutrição, apresentando também elevada taxa de mortalidade em crianças de até cinco anos e baixíssima expectativa de vida de 64 anos. Um relatório da *Central Intelligence Agency* (CIA) apontou, em 2018, que o país apresentava uma taxa de 40,6% de pessoas aptas ao trabalho desempregadas (Gioda et al., 2020). Além disso, o país caribenho apresentava, à época, baixos Índices de Desenvolvimento

² Cantor, compositor, violinista e ativista político haitiano, que teve a vida marcada pelo exílio em períodos em que o Haiti sofria intervenções militares.

Humano (0,503), ocupando a 169ª posição em um ranking com 189 países (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2019). Para compreender melhor o contexto atual do país e suas implicações no fluxo migratório, nesta seção é feito um resgate de elementos históricos que ajudam a constituir a atual situação política e econômica do Haiti.

O país caribenho, localizado na ilha de São Domingos, foi colonizado por Colombo em sua primeira expedição à América. O processo de colonização europeia exterminou os povos nativos e escravizou milhares de africanos, sobretudo nas plantações e engenhos. Os escravizados eram submetidos a desgastantes jornadas de trabalho, com alimentação e moradia precária, além de não terem nenhum acesso à assistência médica (Gorender, 2004).

Em 1791, após 130 anos de escravidão, influenciados pelas notícias da Revolução Francesa, eclodiu na ilha diversas rebeliões de escravos requisitando liberdade, mas sem liderança definida. Três anos depois, em 1794, Toussaint Bréda assumiu a organização da luta pela independência. Decorre então, 10 anos de guerra civil e lutas engenhadas por organizações populares, com diversas investidas da França para tentar reestabelecer o regime escravista. Em 1804, os escravizados residentes na ilha declararam sua independência e batizaram o novo Estado com a nomenclatura de origem indígena Haiti (em referência aos povos ali nativos), tornando-se o primeiro país da América Latina e Caribe a deixar de ser colônia. O Haiti, então, abandona, assim, a produção em massa de açúcar, principal produto de exploração colonial, e retoma a tradição africana de agricultura de subsistência. Com a expulsão dos franceses, o Haiti veio a tornar-se uma nação constituída majoritariamente por africanos e africanas que foram escravizados. Neste viés, houve (e ainda há) pouca variação racial na República do Haiti, já que, em sua maioria, a população do país é composta por pessoas negras (Ferraz, 2020).

A importância da luta haitiana pela independência se evidencia ao se tornar inspiração para as reivindicações de direitos políticos da população negra no caribe hispânico (Mata, 2021). Contudo, a França reconhece oficialmente a independência haitiana somente em 1825, cobrando uma espécie de dívida pela revolta. Além disso, impôs, junto de outros países europeus e dos Estados Unidos, um bloqueio econômico ao país que levou até mesmo colônias Latino-Americanas recém-emancipadas a excluir o Haiti das rotas comerciais (Gorender, 2004).

A instabilidade política do Haiti pode ser constatada também pelos 34 golpes de Estado que sofreu, bem como pela promulgação de 23 constituições desde a conquista da independência (Lucenna, 2014). No início do século XX, o Haiti passou a enfrentar condições políticas profundamente conturbadas, com a invasão do exército americano, em 1913, que manteve suas tropas por 19 anos como manobra política de garantir territórios na região do

Caribe. Após um longo período de conflitos e divisões políticas associados a regimes totalitários, a ilha foi dividida, em 1943, e deu origem à República Dominicana (Valler-Filho, 2007).

Anos mais tarde, mesmo após a saída do exército americano do país, o médico François Duvalier, apoiado pelos Estados Unidos e apelidado de Papa Doc, instaurou uma ditadura sangrenta, que perdurou de 1957 a 1971. Após sua morte, seu filho Claude Duvalier, apelidado de Baby Doc, assumiu a liderança e deu continuidade ao regime ditatorial, até ser expulso do cargo em 1986 (Gorender, 2004; Valler-Filho, 2007). A instabilidade política e socioeconômica permaneceu no país com a instauração de governos provisórios, e somente em 1990, foi eleito democraticamente Jean-Bertrand Aristide, que fazia resistência ao discurso defendido pelo governo americano (Ferraz, 2020). Contudo, em menos de um ano de governo, o ex-padre sofreu um golpe de Estado. Valler-Filho (2007), a esse respeito, afirma que esta situação fez eclodir um grande fluxo migratório de haitianos em direção ao Canadá e à costa da Flórida.

Em 1994, os Estados Unidos concederam ao Haiti um empréstimo no valor de 500 milhões de dólares. Porém, antes mesmo da entrega total do referido valor, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) bloqueou o empréstimo e congelou qualquer outra possibilidade de obtenção de fundos em outras instituições financeiras, “mesmo tendo pleno conhecimento de que essa decisão política acarretaria ainda mais miséria a uma das populações mais pobres do planeta” (Gioda et al., 2020, p. 6). Tempos depois, o BID liberou um novo valor para reestruturação do Haiti, sob a condição de pagarem o que já haviam concedido, além da cobrança de juros extremamente abusivos. Essa tirânica manobra política desestabilizou intensamente o governo haitiano, e configura-se como um massacre à população que, até hoje, sofre as consequências da precarização dos serviços públicos. Não há política de gestão de resíduos sólidos e líquidos que acabam sendo depositados em vias públicas, e o esgoto é lançado, na maioria das vezes, nos rios, que são a fonte de água de grande parte da população. Além disso, o baixo acesso à água potável (disponível a 57% da população), e a calamidade do sistema de saúde do país, acarreta elevados níveis de mortes por doenças infectocontagiosas (Gioda et al., 2020).

Em 2004, diante de um cenário de extrema vulnerabilidade política e ameaças antidemocráticas, o Conselho de Segurança da ONU instituiu a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti [MINUSTAH], pela qual foram enviados soldados de diversas nacionalidades para garantir um ambiente minimamente estável e seguro no processo de transição de governo do país. O Brasil, no âmbito do governo Lula, assumiu protagonismo nesta operação, compondo o maior contingente de tropas (Baeninger & Peres, 2017; Lucenna, 2014).

A ação do Brasil não visava apenas reduzir as consequências imediatas, mas também reparar danos estruturais por meio de doações que possibilitassem a reconstrução do país. Tais medidas configuram-se como estratégia governamental de investimento nas relações internacionais, com ênfase no desenvolvimento econômico e social e na solidariedade entre países das Américas. Dentre as falhas constatadas nesta estratégia do governo brasileiro, destaca-se: o despreparo das forças armadas para atender às demandas daquele contexto; a esperança, posteriormente frustrada, de receber auxílio de outros países; os elevados custos da operação aos orçamentos brasileiros (Lucenna, 2014). Cabe ressaltar que esta intervenção do exército brasileiro no Haiti foi fator relevante para a inclusão do Brasil na rota migratória haitiana, anos depois (Baeninger & Peres, 2017).

Contudo, Zanella (2016) descreve a MINUSTAH como uma operação militar externa em um país que não estava em guerra civil, representando, com isso, outra forma de dominação dos países imperiais no Haiti. Além disso, a missão, encerrada em 2017, levou a diversas denúncias de abuso, exploração e tráfico sexual de meninas e mulheres, além de soldados que namoraram e engravidaram mulheres, deixando-as sozinhas após o término da operação. Cabe enfatizar que violência de gênero não se reduz a este contexto. Ela é alarmante no país, e as principais ferramentas de opressão das mulheres se dá por meio da exploração e estupro de corpos femininos (Toledo & Braga, 2020).

Em uma perspectiva global, o Haiti se configura como uma república política e economicamente frágil. Ao contrário de outros países que foram colonizados, a questão da raça não é fator determinante nas posições sociais, vez que há pouca variabilidade racial no Haiti, sendo um país em que 95% da população é negra. Porém, outros critérios sociais fomentam desigualdades internas, como a diferença entre pessoas alfabetizadas e analfabetas, moradores da capital e de áreas rurais, falantes de francês e falantes de crioulo, bem como as diferenças de gênero (Ferraz, 2020).

Diante disso, a história do Haiti mostra-se contraditoriamente marcada por conquistas honrosas em oposição a lastimáveis abusos. O povo haitiano se destaca pela luta coletiva em busca da liberdade das explorações coloniais. Contudo, a liberdade conquistada é constantemente cerceada através da exploração de recursos humanos e naturais, além de corrupção, ditaduras, governos submissos a interesses de países hegemônicos, assim como abusos e explorações efetuadas por explorações militares internacionais forçadas de ajuda humanitária (Gioda et al., 2020). Em julho de 2021, uma nova crise eclodiu no país com o assassinato do então presidente Jovenel Moïse, episódio que acirrou a instabilidade política e influenciou novos fluxos migratórios.

3.1.2 Culturas do Haiti: línguas, crenças e diásporas

Esta pesquisa se fundamenta epistemologicamente na Etnopsicanálise, disciplina que reúne saberes da Psicanálise e Antropologia para elucidar aspectos da diferença cultural na escuta de imigrantes. No processo de escuta de sujeitos advindos de outros contextos culturais, seja em atendimentos ou em pesquisa universitária, é necessário realizar o descentramento cultural do profissional ou pesquisador (Martins-Borges et al., 2019). Para tanto, é fundamental conhecer o quadro de referências da cultura daqueles que escutamos, tendo em vista que aspectos da identidade e fatores que influenciam na saúde mental são delineados a partir do referencial cultural dos sujeitos. Conforme Ferraz (2020), três aspectos são centrais para contextualizar a cultura do Haiti: a dualidade linguística, as religiões e a emigração.

Infante significa aquele que não fala. Sendo assim, a linguagem registra a entrada do bebê na cultura, isto é, a passagem de um estado natural para um civilizado. Desse modo, aspectos da língua falada em cada contexto cultural são relevantes na constituição psíquica do sujeito. No Haiti, há expressão de duas línguas: crioulo haitiano e o francês. Como idioma oficial, utilizado pelo Governo, pelas elites e nos contextos educacionais (escolas e universidades), predomina o francês. Já o crioulo, como língua primária, é utilizado pela maioria da população, principalmente em situações cotidianas. Portanto, temos que a língua opera como um marcador de classe social, de modo que o crioulo é associado às classes baixas (Ferraz, 2020), e a predominância do francês nos documentos oficiais configura-se como herança colonial.

Outro elemento importante na constituição do quadro cultural de um país são as crenças, folclores e religiões. Como nos mostra Bastide (1974 citado por Ferraz, 2020), apesar da tentativa colonial de imposição da cultura branca e europeia, os negros escravizados resistiram fortemente ao cultivar crenças de origem africana nas Américas. No Haiti, é forte a presença do Vodou, religião que nasce da combinação de crenças e práticas de matriz africana com as tradições do catolicismo europeu; o vodou é, portanto, um conjunto de crenças específicas da cultura haitiana (Dalmaso, 2018).

Assim, o vodou aparece na história haitiana como elemento de resistência ao apagamento da cultura africana, mas também se destaca como recurso simbólico para lidar com os horrores da escravização. Atualmente, a prática do vodou é mais presente nas regiões camponesas, mas há também presença do catolicismo, sobretudo nos centros urbanos, estando mais associado às

elites. E, além disso, nos últimos anos, tem-se proliferado também igrejas protestantes (Ferraz, 2020).

O vodu se caracteriza pela crença em um Deus soberano, distante do povo e pouco ativo no cotidiano, em paralelo com os chamados *lwa*, espíritos que estão mais próximos dos humanos e são convocados para a resolução de problemas cotidianos. Contudo, as práticas do vodu não são homogêneas, pois há marcante variabilidade nos ritos, costumes e saberes pessoais de sacerdotes de acordo com a região do país (Dalmaso, 2018). Na história haitiana, as crenças do vodu foram marcadamente associadas pela igreja católica e pelo Estado a um caráter negativo, ocupando um lugar pejorativo no imaginário social, e, com isso, tendo sua prática reprimida e até mesmo criminalizada. A maior predominância de praticantes do vodu concentra-se nas regiões camponesas, ao passo que nas áreas urbanas predominam as práticas católicas.

Desta forma, as crenças também se delimitam no Haiti por meio de marcadores de classe, haja vista que nos campos encontra-se a população mais pobre (Ferraz, 2020). Dalmaso (2018), a esse respeito, afirma que as crenças vodu constituem-se como fortes elementos da cultura haitiana, de modo que mesmo em famílias praticantes de outras religiões, é comum recorrer ao vodu em algumas ocasiões. A seu ver, os espíritos do vodu – *lwa* – apresentam forte influência na vida dos haitianos, estando associados a famílias e terras. Nesse sentido, Bulamah (2015) revela que estes espíritos podem influir inclusive nos fluxos migratórios, na medida em que refletem uma composição política e moral sobre o movimento contemporâneo de haitianos que ultrapassam as fronteiras do Estado.

Outro ponto revelado pela literatura como característico da cultura haitiana é a mobilidade territorial, isto é, o ato de sair do lugar de origem em busca de novos arranjos, seja em outras localidades dentro do próprio país, como também o atravessamento de fronteiras nacionais (Baeninger & Peres, 2017; Ferraz, 2020). Em termos numéricos, no ano de 2013, uma média de 4 a 5 milhões de haitianos estavam vivendo fora do país, número que corresponde à metade da população haitiana no mesmo ano, calculada em 10.413.211 (Handerson, 2015). A emigração no Haiti é tão impactante a ponto de, no país, existir uma pasta que cuida destes assuntos, o Ministério dos Haitianos Vivendo no Exterior (Ministère des Haïtiens Vivant à l'Étranger) (Santos, 2016).

A nível transnacional, como nos aponta Bulamah (2015), a emigração em massa começou no início do século XX com a ocupação do exército americano na ilha *Hispaniola*, entre 1915 e 1934, e se intensificou com a instauração do regime totalitário e vitalício de François Duvalier (Papa Doc). Assim, cada período de conflito e instabilidade política no país

repercutia no êxodo de haitianos e haitianas para outros países, sobretudo no norte global. A migração em massa ocorrida em regimes ditatoriais passou então a ser nomeada, a partir dos anos 1980, como *diáspora haitiana*. Nesse contexto, o termo fora utilizado como forma de protesto contra o totalitarismo vigente no Haiti, bem como um movimento popular de reivindicação dos direitos aos haitianos exilados nos Estados Unidos (Handerson, 2015).

Ademais, de acordo com Handerson (2015), atualmente, o termo *diáspora*, no contexto da imigração haitiana, também é utilizado para nomear pessoas que estão fora, ao delimitar um movimento simbólico que se configura em três ações: residir no exterior; visitar temporariamente o Haiti; e retornar ao exterior. O ato de retornar depois de um tempo é símbolo de sucesso pessoal e coletivo, e expressa fidelidade ao Haiti e aos familiares por parte dos que emigraram. Contudo, esse movimento de ida e volta não diz respeito apenas a pessoas, pois envolve também objetos e elementos culturais de outros países. Assim, objetos como roupas, moedas e materiais de construção trazidos do exterior pelos compatriotas, misturados com elementos próprios da cultura haitiana, constituem os “objetos da diáspora”. Também elementos artísticos, como a música produzida por haitianos no exterior, são denominados “músicas da diáspora”.

Outra característica típica que se observa em imigrantes haitianos é o ato de trabalhar para enviar remessas de dinheiro aos familiares que ficaram no Haiti, de modo que os frutos do trabalho não ficam unicamente para si, mas são direcionados aos cuidados com o grupo familiar (Baeninger & Peres, 2017; Nüske & Macedo, 2019). Sendo assim, os haitianos emigrantes exercem papel crucial na economia do país, a tal ponto de, em 2007, as remessas enviadas aos familiares dos emigrantes representarem 24% do Produto Interno Bruto (PIB) do país naquele ano. Ademais, também é esperado daquele que emigra viabilizar o visto permanente para “buscar” os familiares próximos, ato que simboliza honrar a família (Handerson, 2015).

Tal ponto revela como mesmo morando fora do Haiti, os emigrantes haitianos ainda estão articulados à realidade cultural, política e socioeconômica no país, revelando uma abordagem transnacional que configura a diáspora haitiana. Essa dimensão transnacional nestes fluxos migratórios configura o Haiti como uma “nação sem fronteiras”, uma vez que haitianos influenciam no país mesmo distantes geograficamente, denotando uma continuidade de comunicação entre conterrâneos que ultrapassa os limites das fronteiras Estatais (Handerson, 2015).

3.1.3 Desastres Ambientais e o Terremoto de 2010

A Organização Pan-Americana de Saúde e a Organização Mundial de Saúde definem desastre como um evento natural ou ocasionado pela ação humana, “que produz um distúrbio massivo no sistema dos serviços de saúde, produzindo tão grande e imediata ameaça à saúde pública que o país afetado necessite de assistência externa para enfrentar a situação” (OPAS/OMS, 2012, p. 12). Ao longo da história da humanidade, eventos ambientais extremos estiveram associados a deslocamentos populacionais em massa. Todavia, a exploração dos recursos naturais ocasionados pela ação humana tem produzido efeitos danosos já considerados irreversíveis, provocando ou intensificando catástrofes ambientais. O aumento das crises ambientais tem efeito direto no fluxo migratório global, gerando as chamadas “migrações ambientais³”. Isso configura-se como um desafio contemporâneo que alerta para a necessidade de levar este debate a escalas globais (Ramos, 2011).

Todos os cidadãos estão expostos a vivenciar os embaraços decorrentes de situações emergenciais causadas por calamidades públicas. No entanto, na dualidade riqueza e pobreza, enquanto alguns se preservam vivos e seguros, possuindo recursos para reconstruir uma territorialização que os permita reparar os danos, outros não conseguem minimamente se proteger. Esse dualismo perverso mecanizado pelo sistema capitalista expõe os pobres a situações de extrema vulnerabilidade que viabilizam a violação de direitos humanos básicos, tais como moradia, trabalho e convivência comunitária (Valencio et al., 2009). Cabe ressaltar, ainda, que são os Estados mais vulneráveis socioeconomicamente que produzem mais deslocados em decorrência de desastres ambientais (Ramos, 2011). Assim, compreende-se que desastre não é resultado de um evento natural adverso, mas do encontro deste com uma comunidade vulnerabilizada que não apresenta satisfatórios recursos para responder às demandas da situação (Rafaloski et al., 2020).

O terremoto que assolou o Haiti, em 2010, atingiu a região oeste do país, com foco na capital Porto Príncipe, além das cidades de Leogane e Jacmel. Importante assinalar que a região mais populosa do país era a capital, que abrigava 35% de toda a população. O movimento das placas tectônicas, avaliado em magnitude 7.0 na escala Richter, durou menos que 40 segundos. Em uma população de aproximadamente 9 milhões de pessoas, 2,3 milhões ficaram desabrigadas por tempo indeterminado (Zanella, 2016). Além disso, no período pós-terremoto,

³Há, na literatura específica, diversas sugestões de termos para conceituar pessoas e comunidades induzidas a migrarem por causas ambientais, dentre eles: refugiados ambientais; refugiados climáticos; migrantes ambientalmente forçados ou induzidos; eco-migrantes. Como salienta Ramos (2011), a falta de consenso na nomenclatura obstaculiza a construção de um sistema de proteção internacional às populações afetadas.

o país foi assolado por uma epidemia de cólera, de modo que a vulnerabilidade sanitária fez aumentar, ainda mais, as mortes na região.

Yanick Lahens (2012), professora na Universidade de Porto Príncipe, foi uma das fundadoras da União dos Escritores do Haiti, projeto que visa à erradicação do analfabetismo no país. Após a catástrofe em 2010, Lahens deu início ao projeto de colocar em palavras os horrores vividos e testemunhados na experiência do terremoto, motivada tanto pela necessidade de comunicar o cotidiano do desastre, quanto pela esperança de encontrar na escrita um afago que possibilitasse a superação. No livro denominado *Falhas*, a autora descreve uma espécie de torpor nos primeiros momentos pós-terremoto, no qual ressoava a questão: o que aconteceu? Naquela noite, o medo de novamente testemunhar o tremor da terra e o balançar das paredes levou algumas pessoas a dormirem nas ruas ou dentro dos carros.

Sem sinal telefônico por mais de 48 horas, os sobreviventes “agonizavam” à espera de notícias de familiares e amigos, e também por não conseguirem tranquilizar pessoas queridas com a notícia de que estavam vivos. Nos primeiros dias, as ruas da ilha foram tomadas por destroços de casas que já não existiam mais, corpos cobertos por lençóis, gritos de pavor e notícias de familiares presos nos escombros. Neste contexto, o espírito coletivista do povo haitiano unia os sobreviventes através da compaixão, de modo que as casas que não estavam destroçadas se tornaram abrigo para familiares, amigos, vizinhos e mesmo desconhecidos que vinham de longe à procura de alguém. Fazendo referência ao histórico de opressão no Haiti, Lahens (2012) sintetiza a visão da sua cidade de nascença naqueles primeiros dias pós-catástrofe: “abandonada, despida, nua, Port-au-Prince no entanto não era obscena. Obsceno foi ser despida à força. O que foi obsceno, e continua a ser, é o escândalo de sua pobreza” (p. 55).

Ademais, Lahens (2012) também denuncia que os recursos da ajuda humanitária externa não foram destinados ao Haiti, mas sim às organizações internacionais – públicas e privadas – que atuavam na região, revelando novamente a inconsistência das relações dos países desenvolvidos com o povo haitiano; fato que dificultou a superação das consequências no país. Três anos após a catástrofe, estima-se que mais de 300 mil haitianos ainda estavam desalojados, sobrevivendo nos 496 abrigos improvisados. Em 2015, com uma taxa de desemprego altíssima mesmo com os projetos de reconstrução do país, 80% da população, em média, vivia em condições de pobreza. Para além, o agravamento propiciado pelo terremoto de 2010 às condições socioeconômicas do país, colocou muitas mulheres em condições de extrema vulnerabilidade. Este quadro levou um grande número de mulheres a recorrer à prostituição forçada para adquirir condições mínimas de sobrevivência para si e suas famílias (Toledo & Braga, 2020).

Em pesquisa realizada com imigrantes haitianos, Barros e Martins-Borges (2018) apontam que o terremoto foi considerado um marco de ruptura no andamento de suas vidas, pois alterou gravemente a condição financeira das famílias, haja vista que, além da perda de bens materiais, houve a perda do meio de sustento familiar (empresa ou emprego), e o país não apresentou capacidade de responder à crise, mesmo a médio e longo prazo. Outro fator apontado como motivador da saída do país consiste na dificuldade ou impossibilidade de manter os estudos. Mesmo com os prédios reconstruídos, as memórias da tragédia inviabilizavam a retomada da vida acadêmica naquele local.

Ser exposto ao terremoto confirmou, para muitos, a impossibilidade de encontrar estabilidade para viver no país. Assim, a migração aparece como esperança de superar precárias condições que contornam suas vidas no país de origem, e encontrar, no novo lugar, recursos que possibilitem viver suas vidas com mais dignidade (Nüske & Macedo, 2019). O recente processo emigratório do Haiti se dá, então, neste contexto pós-terremoto de 2010. Tal conjuntura obstaculiza a reconstrução do país, de modo que o terremoto representou, para muitos haitianos, uma confirmação da impossibilidade de realizar sonhos e projetos de vida no Haiti (Barros & Martins-Borges, 2018).

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados [Acnur] reconhece que eventos ambientais podem propiciar migrações em massa, mas não legitima os desastres naturais como fatores suficientes para concessão de estatuto de refugiado. A justificativa se pauta na consideração de que, após reestruturação do local, estes imigrantes podem retornar aos locais de origem, sem risco de ameaças ou perseguições (Acnur, 2009). Contudo, essa justificativa não leva em conta a fragilidade dos Estados mais vulneráveis socioeconomicamente (Ramos, 2011). Cabe ressaltar, ainda, que desastres ambientais têm causado mais deslocamentos do que conflitos e violência nos últimos anos. As mudanças climáticas acentuam ainda mais este panorama. Em 2018, 17,2 milhões de pessoas deixaram seu local de origem como consequência de desastres, sendo que 90% fugiu por riscos relacionados ao clima (Organização das Nações Unidas, 2020).

Apesar de migrações motivadas por desastres serem, por vezes, temporárias, a ocorrência de terremotos e tsunamis costumam ocasionar deslocamentos mais prolongados (Organização das Nações Unidas, 2020). Em relação ao Haiti, é importante destacar que, para além do terremoto, outros fatores influenciam na decisão de deixar o país, como as condições de extrema pobreza, instabilidade política, epidemia de cólera, além de risco de ocorrência de outros desastres (Véran, et al., 2014).

Neste viés, em 2016, o país caribenho foi atingido por outro desastre ambiental, com a passagem do furacão Matthew sobre a ilha, que deixou mais de 60 mil pessoas desabrigadas (Toledo & Braga, 2020). Em 2021, exatos 11 anos após o terremoto de 2010, um novo abalo sísmico atingiu o Haiti. Este novo tremor da terra se deu em um cenário em que o país enfrentava uma crise econômica e sanitária, além do caos político acentuado pelo assassinato do presidente Jovenel Moïse, no mesmo ano. Apesar de ter causado menor número de mortes, o cenário de terror e angústia se instaurou nos locais afetados por este novo terremoto. Relatando a experiência de acompanhar a situação no país, Arroyo (2021) afirma que diante de necessidades tão urgentes, como comida e abrigo, e da pouca assistência prestada nesse contexto, os haitianos pareciam ter perdido até mesmo as lágrimas.

A literária Lahens (2012), em um projeto de construção de um documentário com relatos de crianças e adolescentes sobreviventes ao terremoto de 2010, narra a seguinte questão feita por um menino: “Yanick, é verdade que somos competentes na arte de sobreviver, mas... e se começássemos simplesmente a viver?” (Lahens, 2012, p. 114).

3.2 Sofrimento e Reparação Psíquica: Aspectos Psicológicos e Culturais

3.2.1 Sofrimento Psíquico Decorrente do Terremoto e Migração Involuntária

*Como sobreviver
Quando a vida é um desastre natural?
Terremotos, furacões
Abalam nossas emoções
Levam embora nossos sonhos
Derrubam todos nossos planos
E nos deixam arrasados
Nos perguntando se é errado
Acreditar no que se quer.
(Marcos Roberto Moreira, 2008)*

Os desastres naturais podem ser considerados como um evento desorganizador que obriga sujeitos e coletivos a construir novos significados para conceitos e construtos de suas realidades (Weintraub et al., 2015). Em relação às vítimas de desastres, Noal (2014) defende que este conceito não se reduz aos feridos e testemunhas diretas, mas contempla também pessoas próximas a estas, como familiares, amigos, colegas de trabalho e estudo, vizinhos e, de modo geral, a sociedade. Nesta linha, a literatura refere que os desastres apresentam intenso potencial de adoecimento psicossomático também para pessoas indiretamente atingidas, como

peças próximas e trabalhadores da atenção psicossocial que atuam no cuidado aos atingidos (Rafaloski et al., 2020). Esta percepção demonstra o potencial deletério de desastres ambientais à uma comunidade e, particularmente, aos indivíduos.

Em geral, as reações psicológicas em situações de desastres são decorrentes da vivência de uma súbita ruptura nos mundos anteriormente conhecidos dos sujeitos acometidos. Ocorre, pois, uma perda da previsibilidade e da organização psíquica e ambiental a qual estavam inseridos, aliada a uma forçosa necessidade de responder a novas demandas (Franco, 2012). Aos sobreviventes dos desastres restam incontáveis perdas, tanto de pessoas queridas como perdas físicas (membros do corpo), materiais (local de residência, trabalho, estudo e convivência social) e simbólicas (representações psíquicas do local). Neste viés, no período após a ocorrência do desastre, as pessoas costumam permanecer experienciando medo e ansiedade, mas somam-se outras respostas emocionais, como raiva e tristeza (Organización Panamericana de Salud, 2006).

Como consequências psíquicas de vivenciar tais situações, alerta-se para o constante medo de novamente ser exposto a uma situação-limite, à descrença na justiça social e ansiedade (Favero et al., 2014). Refere-se também o desenvolvimento ou agravamento de queixas psicossomáticas (Rafaloski et al., 2020; Shoaf, 2014). O impacto de vivenciar uma situação de desastre pode fazer com que as pessoas permaneçam em estado de hipervigilância, com intenso medo de novamente vivenciar a tragédia. Além disso, é comum a impressão de estarem novamente vivenciando os tremores, não como uma lembrança, mas sim uma sensação revestida de afetos emergidos no momento (Barros & Martins-Borges, 2018; Leiva-Bianchi et al., 2014). Exemplificando tais sensações, Lahens (2012) relata sua experiência: “tenho alucinações como a maioria das pessoas; sinto os tremores que não aconteceram” (p. 33). Apesar de ser definido como um evento agudo, com potencial traumatizante, os efeitos psíquicos dos desastres podem se alastrar no tempo, configurando-se como um acontecimento cíclico (Favero et al., 2014; Shoaf, 2014). Nesse sentido, a literatura refere que transtornos psicológicos podem ser desenvolvidos até três anos após a ocorrência do desastre (Leiva-Bianchi et al., 2014).

Tais reações impactam também as relações interpessoais e podem dificultar a retomada do funcionamento cotidiano. Quando o desastre acomete uma comunidade, como é o caso do terremoto no Haiti, essas alterações afetam a coesão coletiva, no âmbito familiar e social, o que dificulta ainda mais a elaboração individual da situação. Diante disso, as circunstâncias contextuais e ambientais da comunidade afetada influenciam diretamente na superação dos danos e reorganização psicossocial dos sujeitos (Organización Panamericana de Salud, 2006).

Como já evidenciado, o Haiti apresentou intensas dificuldades econômicas, políticas e sociais de responder adequadamente ao terremoto, o que levou parte da população a sair do país em busca de um novo lugar para reconstruir suas vidas. Sendo assim, a migração aparece como uma esperança de retomar os projetos de vida que foram inviabilizados no local de residência habitual (Martins-Borges & Pocreau, 2009; Nüske & Macedo, 2019). Contudo, em ocasiões em que o desastre natural evoca a necessidade de se deslocar, seja dentro das fronteiras nacionais (migração interna) ou para outros países (migração internacional), os danos psíquicos comuns ao período pós-desastre podem se prolongar e acarretar em transtornos psicológicos crônicos (Organizacion Panamericana de Salud, 2006).

As condições em que se encontrava o Haiti no período pós-terremoto significou, para muitas pessoas, o sentimento de desesperança em reconstruir a vida lá, acarretando no processo de emigração em massa. Este contexto, associado à baixa possibilidade de retorno em vista das dificuldades históricas que o país apresenta, qualifica o deslocamento de povos haitianos após a ocorrência do terremoto como migração involuntária (Barros & Martins-Borges, 2018). A dimensão da escolha nos processos migratórios é ponto crucial de análise. As migrações involuntárias, ocasionadas por condições de violência e miséria, afetam a capacidade psíquica de se localizar no mundo, e produzem um sofrimento ligado à sensação de desenraizamento ou desterritorialização (Rosa et al., 2009). O sofrimento psíquico de pessoas submetidas à migração involuntária relaciona-se fortemente a situações extremas que podem ser vivenciadas em todo o processo migratório. Antes da migração, o sujeito é exposto a condições de guerra, perseguições, desastres naturais, morte de parentes e amigos, miséria, etc. No decorrer do percurso, acrescenta-se o risco de sofrer violências diversas, fome e desnutrição, bem como riscos a contaminações por doenças e agravos à saúde. No período pós-migratório, a condição de migrante e refugiado propicia ainda uma vulnerabilidade para manipulações e abusos, agravadas em condições de irregularidades documentais (Martins-Borges, 2013; Rosa et al, 2009; Shoaf, 2014).

A migração internacional também leva a um maior risco à saúde mental por colocar os sujeitos em condição de desamparo cultural. Ao sair da terra natal, são deixados para trás o quadro de referências da cultura, os hábitos e costumes que organizam a vida em comunidade. Tão logo a cultura funciona como um envoltório de símbolos que significam o sofrimento do sujeito, oferecendo meios de simbolização do mundo externo e, da mesma forma, possibilitando ao psiquismo suportar o real da existência. Em casos de afastamento involuntário do contexto de origem, envolto por contornos traumáticos, essa fragilidade psíquica se acentua ainda mais (Martins-Borges et al., 2019). Isso porque, a diferença cultural produz nos sujeitos sofrimentos

e crises de identidade. A quebra na continuidade e coesão do meio, que fornecia suporte na permanente constituição psíquica do sujeito, pode acarretar, inclusive, uma dificuldade em reconhecer a si mesmo, de modo que é comum, na clínica com migrantes, deparar-se com a “amnésia da identidade simbólica”⁴ (Betts, 2013, p. 93). Martins-Borges e Pocreau (2009) salientam que além dos traumas vividos no país, o potencial traumático da imigração involuntária pode tornar ainda mais complexo o trabalho psíquico de cicatrização das feridas e reestruturação da vida.

O deslocamento faz com que o sujeito renuncie ao quadro referencial da cultura e se encontre diante do estranho, do infamiliar. Este novo cenário desconhecido promove um abalo das certezas, que lhe exige um trabalho psíquico específico tanto de luto pelas perdas, como de investimento em novas possibilidades (Martins-Borges, 2013; Nüske & Macedo, 2019). Sair rumo ao desconhecido, muitas vezes sem conhecer pessoas ou costumes do país de destino, exige coragem. Acredita-se que essa coragem é motivada pelo desejo de encontrar um lugar para viver a vida espontaneamente, sem as condições sociais que limitavam o existir no país de origem.

3.2.2 *Reparação Psíquica*

*Não há narrador sem ouvinte
Nem humanidade sem narração.
Somos feitos de palavras tanto quanto de carne.
(Marcelo Viñar, 2010, p. 207).*

Quando as perdas ocasionadas pelo desastre não encontram condições de serem ressignificadas, os impactos psíquicos podem ser alastrados na dimensão temporal, aderindo a estes eventos uma potencialidade traumática (Favero et al., 2014). A longo prazo, em situações de desastres, uma das principais preocupações no âmbito da saúde mental se refere ao traumático. Para Weintraub et al. (2015), as intervenções psicológicas nestes contextos transitam na linha tênue entre a dor normal diante de uma situação de perdas, e a patologia decorrente da não elaboração do trauma. Somam-se a isso os impactos psíquicos da migração involuntária, que coloca o sujeito em condição de desamparo cultural, deslocado do quadro referencial que oferece subsídios para a ressignificação das experiências (Martins-Borges & Pocreau, 2009). Assim, os imigrantes haitianos estão às voltas com contornos potencialmente traumáticos.

⁴ Quadro clínico comumente encontrado na escuta de imigrantes, que se configura como o esquecimento de referências simbólicas de sua história que entram em conflito com a cultura de chegada (Betts, 2013).

Como referido anteriormente, Freud (1920) descreve a “neurose traumática” como resultado da vivência de situações-limite, como guerras e desastres ferroviários, que excedem a capacidade do aparelho psíquico de construir sentido à experiência. Nesta ocasião, o criador da psicanálise insere o termo “compulsão à repetição”, ao refletir que resquícios do evento traumático podem ser reapresentados no psiquismo, sobretudo a partir do mecanismo dos sonhos e produção de sintomas. Estas proposições são fundamentadas na escuta que Freud fez de ex-soldados de guerra, nas quais aparece como ponto comum nos relatos os sonhos repetidos com situações extremamente angustiantes. O traumático acontece em uma temporalidade que perpetua o instante, e priva o sujeito da palavra simbolizante, lançando-o numa espécie de silenciamento aterrorizante que o faz repetir, inconsciente e incessantemente, o momento dramático da ruptura (Rosa et al., 2009).

Em vista desta compreensão do trauma como um excesso que invade o aparato psíquico, Freud (1914) nos mostra que a elaboração do traumático se faz possível quando ao sujeito são ofertadas condições de recordar e narrar justamente o que é tão difícil de ser lembrado. Assim, a memória exerce função central na reparação psíquica, seja na escuta clínica ou na cultura. A possibilidade de lembrar e narrar o evento permite encontrar elementos que traduzem simbolicamente a experiência traumática, podendo romper o impulso compulsivo à repetição.

As situações extremas, por apresentarem risco de morte, exigem que o sujeito canalize toda energia psíquica para a atenção consciente, a fim de responder às exigências externas, o que leva o Eu a operar uma renúncia a “todos os privilégios que alimentam o narcisismo” (Carvalho, 2012, p. 490). Portanto, a elaboração do trauma sugere a possibilidade de retomar o narcisismo, de modo que o sujeito venha a romper com a compulsão à repetição e possa reinvestir libido nos objetos externos, retomando o curso da vida. Ou seja, a reparação psíquica implica a possibilidade de retornar o investimento libidinal em si e no mundo externo, sem o sofrimento intenso da repetição traumática.

Após vivenciar situações extremas, no caso dos haitianos tem-se o desastre ambiental e a consequente migração, é fundamental que se tenha a possibilidade de dar sentido à sua dor, narrar e significar o seu sofrimento (Weintraub et al., 2015). As palavras permitem o intercâmbio simbólico, o qual dá contorno à situação traumática e favorece a reparação psíquica (Kehl, 2015). Assim, a reparação implica o processo de resgatar e construir sentido para a experiência vivida (Carvalho, 2012). É ela que permite ao sujeito tomar posse da sua história, reconhecendo-se como sujeito ativo mesmo após a ruptura ocasionada pela situação traumática (Martins-Borges & Pocreau, 2009). Significa, pois, lembrar, narrar e elaborar para deixar de repetir. Essa ressignificação, por sua vez, acontecem no âmbito individual e coletivo

(Weintraub et al., 2015). A reparação psíquica sugere, principalmente, o reconhecimento dos sujeitos e danos causados, bem como a legitimação do sofrimento que marca a passagem da esfera individual para a coletiva (Indursky & Conte, 2017).

O reconhecimento como condição para reparação psíquica é também reportado nas obras do psicanalista húngaro Sándor Ferenczi (1873-1933). A partir de uma releitura do conceito de trauma na obra Freudiana, Ferenczi (1933/1992) alerta que a demasiada ênfase na fantasia e aspectos intrapsíquicos se configuram como uma concepção limitada sobre o trauma. Isso não significa levar em conta apenas a fantasia ou realidade externa, mas considerar a sobreposição de ambas no psiquismo. Assim, o autor contribui ao evidenciar aspectos relacionais que vão além da esfera individual, e se articulam com dimensões sociais e até mesmo políticas na gênese do traumático (Kupermann, 2019). Assim, o traumático se instaura quando não se encontram, nas relações e no laço social, reconhecimento e legitimação do sofrimento. Ferenczi utiliza o termo *desmentido* para referir situações em que uma situação excessiva não é reconhecida e legitimada pelo outro reportado, e tal invalidação seria, portanto, responsável por instaurar o trauma psíquico. O *desmentido* produz nos sujeitos silenciados e não reconhecidos uma fragmentação psíquica que, por sua vez, pode gerar confusão mental e destruição da confiança em si e no mundo (Ferenczi, 1933/1992).

No contexto pós-desastre, uma intervenção psicossocial realizada pela OIM (Schininà et al., 2010) como forma de oferecer suporte à população haitiana afetada pelo terremoto, salientou a necessidade de se atentar às características culturais da comunidade atendida. No caso do Haiti, destaca-se a relevância atribuída ao grupo familiar, configurando-se como uma cultura coletivista na qual a identidade se sustenta muito mais pelo sentimento de “pertencer a”, do que “ser”, individualmente (Schininà et al., 2010). Lahens (2012) também aponta para a união grupal que imperou nos primeiros momentos pós-terremoto: “Eis-nos todos sentados em círculo. Falando pouco ou contando pela quinta ou sexta vez o que estávamos fazendo no momento do tremor. Naquela noite compartilharíamos tudo, água, biscoitos, pão, manteiga de amendoim” (p. 25).

A esse respeito, Barros (2016) sinaliza que o apoio e partilha da experiência com os grupos (família e comunidade) foram fundamentais nos primeiros momentos de elaboração da situação catastrófica do terremoto no Haiti. Assim, quando se têm condições de falar sobre o que foi vivido com o grupo, a experiência individual se torna coletiva e, portanto, deixa de ser uma lástima apenas do indivíduo, possibilitando vias para reparação psíquica. As condições ofertadas pela cultura para dar sentido às situações-limites se fazem reais no compartilhamento de experiências. Desta forma, perceber-se amparado pelo grupo fornece afago psicológico e

protege o sujeito daquela sensação de desamparo proporcionada pela catástrofe. Vivenciar a experiência no coletivo, contando com a solidariedade nos grupos, faz emergir a esperança de que a reconstrução da vida não é uma tarefa solitária, mas potente em seus laços.

Apesar disso, os imigrantes constituem um grupo socialmente marginalizado. Em geral, estas pessoas procuram no ato de deslocar-se, encontrar condições que favoreçam a reparação psíquica. Entretanto, depararam-se com a perda do referencial simbólico e, por vezes, um cenário de desqualificação social (Martins-Borges & Pocreau, 2009). As condições sociais nas quais se encontram, muitas vezes materializadas na marginalização, significam também um não reconhecimento destes sujeitos na esfera coletiva, dificultando as possibilidades de reparação psíquica. Ademais, a vulnerabilidade dos haitianos na sociedade brasileira é ainda agravada pelo fator racial (Baeninger & Peres, 2017; Gomes, 2017; Nüske & Macedo, 2019). Assim, em situações sociopolíticas de silenciamento, a angústia e impossibilidade de elaboração do luto aparecem frente a um cenário de dominação que dificulta o processo de luto quando o país de origem é socialmente desqualificado (Rosa et al., 2009).

Eventos traumáticos podem gerar um rompimento na vida dos sujeitos. O trauma produz no psiquismo uma compulsão à repetição, gerando a sensação de interrupção do curso da vida (Carvalho, 2012). Nestas situações, os projetos de vida podem ficar de lado, pois o terror da situação vivida constantemente assombra a vida psíquica. Nestes moldes, a reparação psíquica significa a construção de novos sentidos ao evento, através da memória e narração. Trata-se de um conceito complexo que atravessa o sujeito em suas dimensões singular e coletiva, e implica a possibilidade de obter reconhecimento dos danos e do sofrimento gerado, bem como construir novas redes e conquistar condições dignas de vida após o evento de ruptura.

3.2.3 Aspectos Culturais da Expressão do Sofrimento Psíquico: a Etnopsiquiatria

A migração, como consequência de desastres, torna ainda mais complexa a condição destes sujeitos, haja vista que o sofrimento e meios de reparação psíquica também são enunciados pelo sistema cultural. A Etnopsiquiatria, desenvolvida por Georges Devereux (1908-1985), que articula saberes da psicanálise e antropologia, contribui ao demonstrar que as expressões de sofrimento psíquico, assim como os métodos terapêuticos, são fundamentalmente contornados por elementos da cultura (Martins-Borges et al., 2019).

Aos trabalhadores de saúde física e mental que são convocados a cuidar de imigrantes e refugiados, atribui-se a tarefa de compreender as representações de saúde e doença no contexto de origem destes sujeitos, sem desconsiderar os dilemas enfrentados no atual

momento. A Etnopsiquiatria contribui, portanto, ao legitimar os fenômenos culturais, impedindo que se opere uma patologização da diferença (Knobloch, 2015).

Sendo assim, a Etnopsiquiatria se atenta ao sofrimento cultural, relacionando-o aos percalços do processo migratório, considerando a “indissociabilidade entre o cultural e o psíquico na organização e expressão do sofrimento humano” (Martins-Borges et al., 2019, p. 250). Sendo assim, se configura enquanto um saber que fundamenta uma prática clínico-política no atendimento a imigrantes. Ao ressaltar as diferenças culturais, a esse saber promove o descentramento da escuta, seja no papel de terapeuta ou de pesquisador (Martins-Borges et al., 2019). Nessa lógica, este outro migrante evidencia a questão da alteridade, gerando um incômodo narcísico ao desmistificar o suposto saber e colocar o profissional diante do “infamiliar” (Knobloch, 2015). Tal reconhecimento da diferença e descentramento cultural é também fundamental nas pesquisas com sujeitos migrantes.

Georges Devereux (1908-1985) foi o responsável por congregar os saberes da psicanálise, antropologia e etnologia em uma disciplina, tornando-se o fundador da Etnopsiquiatria (Martins-Borges et al., 2019). Devereux formou-se como etnólogo e, posteriormente, psicanalista, tendo sido membro da Associação Psicanalítica Internacional [IPA]. A diversidade cultural atravessou também sua história pessoal, haja vista que morou em diferentes contextos ao longo da vida: Hungria, França, Estados Unidos, Indochina e Haiti (Wonsoski & Domingues, 2021). Como antropólogo, passou um tempo com os indígenas Mohave, período importante para a construção do seu pensamento, já que atribui aos Mohave o seu aprendizado da psicanálise da forma equivalente aos pacientes que ensinaram a Freud os segredos do inconsciente (Wonsoski & Domingues, 2021).

Entre o pensamento de Freud e Devereux, há pontos de convergência e divergência. Devereux defende a universalidade da estruturação e funcionamento do psiquismo. Acredita também que os conflitos concernentes ao Complexo de Édipo são universais, mas acrescenta que são moldados a partir das especificidades de cada cultura. Contudo, as representações referentes à infância são singulares em cada contexto cultural, excluindo a universalidade do período de latência, já que nem todas as culturas operam uma repressão da sexualidade infantil (Wonsoski & Domingues, 2021).

Sobre a concepção freudiana de inconsciente, Devereux contribui ao revelar que o material reprimido tem dois destinos: inconsciente idiossincrático e inconsciente étnico. O material reprimido condizente com a história singular do sujeito constitui o inconsciente idiossincrático. O inconsciente étnico, por sua vez, é composto por resquícios da história compartilhada de sujeitos membros de determinada cultura. Assim, o conteúdo e a intensidade

do reprimido também é atravessado pela cultura (Wonsoski & Domingues, 2021). Esta concepção é de extrema relevância quando se pensa na construção de traumas psicossociais, tal como a proposta desta pesquisa.

Nestes moldes, a Etnopsiquiatria é uma epistemologia que opera um debate social entre psiquiatria, psicanálise e antropologia, propondo uma escuta do sujeito para além do corpo biológico, mas em interface com sua inserção cultural, política, econômica e histórica. Trata-se de uma disciplina que se constitui não como interdisciplinar, mas parte da construção de um saber pluridisciplinar, que olha para o fenômeno a partir de um duplo arcabouço teórico, o da psicanálise e o da etnologia, constituindo o método do duplo discurso (Martins-Borges et al., 2019).

Compreende-se, pois, que a expressão do sintoma como uma formação de compromisso entre o psiquismo e a realidade externa, se dá na materialidade dos elementos culturais ofertados pelo meio na qual é produzido. A cultura determina padrões de normalidade de acordo com a lógica dominante de seu contorno social. Portanto, é justamente no reconhecimento da alteridade que se dá a potência das investigações e intervenções da etnopsiquiatria no contexto das migrações (Martins-Borges et al., 2019). A cultura dita um sistema de símbolos que permeiam os laços sociais e funcionam como um direcionamento no curso de vida dos indivíduos. Desde o início da vida, os bebês são integrados no seio familiar e social a partir da introdução da linguagem e seus significantes. Neste viés, nossa existência psíquica e social é moldada a partir de elementos culturais, como valores apregoados, práticas, hábitos, composição familiar, organização de rituais, e ideais e normas organizativas da sociedade. Assim, a cultura permite tornar suportável a vivência do real (Martins-Borges et al., 2019). Portanto, a Etnopsiquiatria na pesquisa acadêmica com imigrantes é de suma importância pois promove o descentramento cultural do pesquisador, que deve estar sensível ao contorno simbólico dos participantes. Entende-se que os modos de ser e sofrer são construídos a partir de elementos da cultura. Sendo assim, a compreensão das possibilidades de reparação psíquica também deve levar em conta o contorno cultural dos sujeitos.

3.3 O Brasil como país de acolhimento

Conforme discutido acima, a reparação psíquica e a reconstrução da vida em outro país dependem não apenas de características próprias do sujeito imigrante, mas são diretamente influenciadas por aspectos políticos e socioculturais do país de acolhimento. Neste sentido, questionamos: como o imigrante não branco e proveniente de países de periferia global são

recebidos no Brasil? Responder tal pergunta não é simples, pois exige uma análise ampla de diversos fatores. Mas dois casos ocorridos no ano de 2022 contribuem para o início deste debate.

No dia 24 de janeiro, um jovem congolês de 24 anos, Moïse Kabagambe, foi brutalmente assassinado após uma discussão com funcionários no seu local de trabalho, um quiosque localizado na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio de Janeiro. Semanas depois, outra notícia assombrosa: um jovem venezuelano, Marcelo Caraballo, pai de três filhos, foi friamente baleado por uma dívida de aluguel no valor de 100,00 reais na cidade de Mauá (SP) (G1-SP, 2022). Essas notícias revelam uma lastimável faceta de racismo e xenofobia no acolhimento a imigrantes no Brasil, e denunciam a vulnerabilidade a que estes sujeitos são submetidos.

Para compreender mais profundamente os fatores socioculturais do Brasil como país de acolhimento a imigrantes, nesta seção é apresentado um resgate histórico da política migratória no Brasil. Importante lembrar que política e cultura se retroalimentam, ou seja, influenciam e são influenciadas dialeticamente. Em seguida, é feita uma revisão teórica referente à chegada dos haitianos em território brasileiro, analisando o recebimento destes imigrantes em termos políticos, sociais e midiáticos, bem como a organização de redes de acolhimento. Por fim, no último tópico, uma apresentação das mobilizações governamentais e não governamentais para inclusão sociocultural destes sujeitos na sociedade brasileira, analisando a rede de acolhimento na região da Grande Florianópolis (SC).

3.3.1 O racismo estrutural e as políticas migratórias no Brasil

Assim como o Haiti, o Brasil foi colonizado por europeus que exploraram recursos naturais aqui existentes e escravizaram povos indígenas e africanos, tendo estes últimos sido deslocados forçosamente para esta região. Contudo, enquanto o Haiti foi o primeiro país a conquistar independência a partir da revolta dos escravizados, Brasil é o último das Américas a abolir escravidão, e apesar das revoltas internas, os créditos foram majoritariamente conferidos a princesa Isabel (Ferraz, 2020). Ainda no período escravagista, com pressões internas e externas contra o tráfico de africanos, o país começa as primeiras experiências de contratação de imigrantes europeus para trabalhar nas fazendas. Após a abolição da escravidão no fim do século XIX, há uma preocupação do governo brasileiro em construir um Estado pautado na ideia de nacionalismo que se aproximasse do ideal europeu de progresso e civilização. Neste período, o racismo, engendrado sobretudo pela ciência eugenista,

disseminava a ideia de que o negro era inferior e, portanto, não estaria qualificado para os trabalhos mais sofisticados da nova nação (Azevedo, 1987).

Assim, no início do século XX, uma série de medidas de incentivo à imigração de europeus e asiáticos foram adotadas pelo governo, com o propósito de embranquecer a população brasileira (composta em maioria por negros e indígenas). O juiz e deputado Sylvio Romero afirmava deliberadamente que “O Brasil não é, não deve ser, o Haiti” (Azevedo, 1987, p. 60). Com isso, promulgava-se a ideia de que os imigrantes brancos fariam este novo estado ser mais civilizado, e estariam mais aptos para o novo mercado de trabalho livre, operando um racismo ocupacional que negou à população negra a possibilidade de ascensão social, fundamentada na falaciosa ideia de meritocracia (Azevedo, 1987; Gonzalez, 2020). De acordo com Bento (2002), em 30 anos o Brasil recebeu em média 3,99 milhões de imigrantes europeus, número equivalente aos 4 milhões de africanos forçosamente trazidos nos 300 anos de escravidão no país. Tais políticas, baseadas em ideologias racistas, são denominadas como projeto de branqueamento da nação, pautado na ideia de que a miscigenação poderia produzir uma nação civilizada (Gonzalez, 2020).

As políticas de facilitação à entrada de imigrantes europeus findam em meados da década de 1920, período em que instauram medidas restritivas à imigração e refúgio, passando-se do paradigma de promoção de fluxos coletivos a medidas restritivas para imigrantes indesejáveis ao Estado (Véran et al., 2014). Tendo em vista que o imigrante desejável era de cor branca, principalmente de origem europeia, esta lei reforça o teor racista e xenofóbico que estrutura o Estado brasileiro. Em termos de lei, o imigrante, antes nomeado de “estrangeiro”, aparece no texto da “Lei dos Indesejáveis”, promulgada em 1907, que visava a expulsão de imigrantes que desviassem do padrão almejado pela nação, pautando-se em argumentos como vadiagem, práticas de anarquismo e crimes contra o patrimônio: “Art. 1º — O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública pode ser expulso de parte ou de todo o território nacional” (citado por Fagundes et al., 2018). Neste contexto, nos anos entre 1907 e 1930, houve um grande número de expulsão de imigrantes sob acusação de vagabundagem ou anarquia quando estavam desempregados ou vinculados a movimentos sindicais (Fagundes et al., 2018).

Com o advento da 2ª Guerra Mundial e a falta de interesse dos governantes brasileiros em atrair novos imigrantes, o fluxo migratório no país foi reduzido. No período em que vigorava a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), foi instituído o Estatuto do Estrangeiro (Lei n. 6.815/1980). Nestes tempos sombrios à democracia brasileira, a lógica da criminalização rondava a imigração no país, de modo que o “estrangeiro” era apreendido como uma ameaça à

segurança nacional. Fica evidente, portanto, que desde a invasão das terras brasileiras, as políticas migratórias não visavam proteger a pessoa migrante, mas serviam para atender a interesses coloniais e racistas do Estado: a princípio, a exploração do trabalho de negros escravizados e, depois, a importação de mão de obra de europeus livres e pobres, com o intuito de branquear a nação (Fagundes et al., 2018). Assim, a política migratória no Brasil, em seus constantes movimentos de inclusão e exclusão do imigrante, passou a ser fortemente delineada pela categoria racial.

Em decorrência do projeto de branqueamento da nação, o Brasil começa a ser visto no exterior como um lugar em que as diferentes raças convivem harmonicamente, ideia que é traduzida no termo “democracia racial”, amplamente disseminado nas ciências humanas produzidas no século XX. O discurso da democracia racial foi intensificado no período ditatorial enquanto mecanismo ideológico que visava mascarar desigualdades no país (Gonzalez, 2020). No entanto, estudiosos das relações raciais no Brasil, como Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg, começam a denunciar as falácias desta concepção, e apontam que se produziu no país o chamado “mito da democracia racial” (Gonzalez, 2020; Hasenbalg, 2005). Este mito se refere, pois, à proliferação da ideia de que a miscigenação ocorreu no Brasil de maneira harmonizada, e que teria produzido um contexto em que pessoas de diferentes cor e etnia convivessem sem discriminação, disseminando a ideia de que no Brasil não há racismo. Todavia, esta miscigenação ocorreu sobretudo através da violência sexual que mulheres negras sofreram por parte de homens brancos de elite (senhores de engenho, traficantes de escravos, etc.), desmascarando ideais racistas e sexistas na origem do Estado brasileiro (Gonzalez, 2020).

Ademais, o racismo na cultura brasileira se manifesta de forma silenciosa, embora muito potente, ao delinear as bases estruturais da sociedade. Ou seja, apesar de ser menos comum atos de explícita exclusão pautados na noção de cor e raça, o Brasil tem em sua história 300 anos de escravização que culminaram em diversos modos de desigualdade social, afetando, sobremaneira, pessoas negras e seus descendentes. Sendo assim, o preconceito racial no Brasil se expressa através de atos cotidianos excludentes e principalmente na dificuldade de ascensão social de pessoas negras (Ferreira, 2002; Gonzalez, 2020, Kilomba, 2019). Diferente do Haiti, no Brasil, a categoria raça consiste em um dos principais elementos que compõem a desigualdade social e econômica no país (Ferraz, 2020).

Portanto, o mito da democracia racial omite a concepção de que, no Brasil, o racismo operou como instrumento de estratificação social. Isto é, o racismo é estrutural porque se configura como uma articulação de discursos e práticas excludentes que propagou, historicamente, uma divisão social do trabalho na sociedade brasileira a partir da categoria raça,

visto que os trabalhos mais valorizados foram destinados a imigrantes brancos e, posteriormente, aos descendentes. Após a abolição, a população branca foi amplamente favorecida, ocupando postos de trabalho mais remunerados e tendo acesso a privilégios materiais e simbólicos que possibilitaram maior ascensão social. Em contrapartida, pessoas de cor (negros e mulatos) ficaram reféns de subempregos, mal remunerados ou delegadas ao desemprego e marginalização, impedindo a ascensão social da população negra (Gonzalez, 2020).

Essa falsa ideia de que a miscigenação no Brasil se deu sem discriminação e com igualdade de oportunidades faz com que não se enfrente o racismo “à brasileira”, em função da ideia de que ele não existe (Ferreira, 2002). Assim, o mito da democracia racial opera como um instrumento ideológico de controle social que, ao invisibilizar o racismo, o impede de ser enfrentado como uma questão pública (Hasenbalg, 2005). Assim, tal estrutura de privilégios continua favorecendo a população branca, que mantém amplo acesso a bens materiais e simbólicos que lhes permitem maior possibilidade de ascensão social. A marginalização, por sua vez, é composta prevalentemente por pessoas negras, ou seja, no Brasil a pobreza tem cor (Carneiro, 2011). Desde a abolição da escravidão, o Estado brasileiro não se comprometeu em promover políticas de reparação que possibilitassem maior acesso às pessoas negras, visto que, por exemplo, ações afirmativas que facilitam o ingresso à educação e mercado de trabalho só começaram a ser promulgadas a partir do início do século XXI. Ou seja, o Estado brasileiro continua em dívida com a população negra no país; dívida esta decorrente dos 300 anos de escravização que ainda produzem efeitos tanto psíquicos como sociais. A reparação destes danos se dá, em parte, através de políticas públicas que ampliem o acesso de pessoas negras a bens sociais, como trabalho e estudo (Carneiro, 2011). É neste contexto, portanto, que o Brasil começa a receber imigrantes provenientes do Haiti, país que tem uma população composta em grande maioria por pessoas negras (Ferraz, 2020).

No início do século XXI, o desenvolvimento tecnológico incrementa os movimentos migratórios globais. Na primeira década deste século, o Brasil emergiu como uma promessa de potência, com elevado desenvolvimento social e econômico. Tal conjuntura, por sua vez, favorece a entrada do Brasil nos fluxos migratórios mundiais (Véran, et al. 2014) que estavam com a propagação de valores xenofóbicos que regiam o Estatuto do Estrangeiro. Este contexto também é influenciado pelo aumento do fluxo de migrações Sul-Sul, como uma das consequências das políticas restritivas à migração dos países do Norte global (Phelps, 2014). Acrescenta-se a isso o imaginário do Brasil no exterior como detentor de uma cultura

acolhedora e livre de discriminação, ideia fundamentada no mito da democracia racial (Nüske & Macedo, 2019).

Embora o ato de emigrar seja componente cultural na história do Haiti, a escolha pelo Brasil como destino se dá como consequência ao terremoto que assolou o país em 2010, influenciada por diversos fatores (Baeninger & Peres, 2017). A chegada massiva dos haitianos insere o Brasil no cenário das migrações do século XXI (Baeninger & Peres, 2017; Nüske & Macedo, 2019), contexto cuja lei que vigorava consistia no Estatuto do Estrangeiro. Foi somente em 2017 – como uma resposta a esses novos fluxos migratórios protagonizados, em especial, por haitianos e venezuelanos – que se instituiu a Lei de Migração (Lei n. 13.445/2017). Essa legislação quebra o paradigma de estrangeiro como ameaça e insere a imigração no âmbito das políticas públicas, atentando-se à necessidade de proteger e garantir os direitos humanos da pessoa migrante. No entanto, no ano de 2019, com o início da gestão Bolsonaro, o então presidente anunciou a saída do Brasil do Pacto Global para a Migração, revelando, com esse posicionamento, um descaso para com os avanços na política migratória brasileira. Percebe-se, portanto, que mesmo no paradigma da proteção, as leis de migração no Brasil são elaboradas sobremaneira em caráter emergencial, revelando a inconsistência das políticas públicas de imigração no país que, por vezes protege, por vezes exclui o imigrante (Gomes, 2017).

3.3.2 *O fluxo migratório de haitianos e haitianas no Brasil*

Como já discutido, o Haiti tem como componente cultural o ato de emigrar, resultante das instabilidades políticas e intervenções imperialistas; mas o território brasileiro não consistia em um destino comum antes de 2010. O Brasil apareceu como possibilidade de destino aos haitianos porque já havia estabelecido vínculo com o país por meio do protagonismo na operação militar empenhada pela ONU, a MINUSTAH. Nesse sentido, o Brasil se insere no fluxo migratório como país de destino ou de trânsito, também devido ao fechamento de fronteiras nos destinos tradicionais, como Estados Unidos e Europa (Baeninger & Peres, 2017; Nüske & Macedo, 2019), convergindo com a tendência mundialmente observada de aumento nas rotas migratórias Sul-Sul (Phelps, 2014).

De maneira geral, até chegar ao destino, o percurso migratório dos haitianos foi majoritariamente marcado por discriminações e severas restrições em outros países, como a República Dominicana e Equador (Véran et al., 2014). Com a alta demanda para emissão de vistos na embaixada brasileira em Porto Príncipe, os custos e o tempo de espera se elevaram. Assim, muitos emigrantes contaram com a mediação *ajans*, agências que preparam a viagem e

fornecem informações sobre a rota até chegar à fronteira do Brasil. Apesar disso, algumas agências, ainda que cobrassem alto preço, forneciam serviço profissional, enquanto outras apenas exploravam e enganavam os emigrantes, com promessas que não eram cumpridas (Silva, 2017).

A chegada ao Brasil também significou, para a maioria dos imigrantes, imensa frustração. O inédito fluxo migratório de haitianos e haitianas revelou o despreparo do Brasil em responder a esta nova demanda, tanto a nível municipal, estadual como federal. Assim, ao chegar nas cidades fronteiriças, Tabatinga (AM) e Brasiléia (AC), muitos imigrantes estavam debilitados ou adoecidos, e já não possuíam recursos financeiros nem mesmo que garantissem as necessidades básicas (Véran et al., 2014). A chegada dos haitianos faz eclodir uma crise migratória, ao evidenciar o Brasil como uma:

Sociedade despreparada e antiquada em termos de sua legislação migratória, de sua capacidade em dimensionar e mensurar o fluxo migratório, na falta de políticas de acolhimento e de emprego, no preconceito, no racismo e na manifestação de xenofobia em relação a essa população imigrante (Baeninger & Peres, 2017, p. 124).

Nesta perspectiva, as condições de chegada dos imigrantes haitianos no Brasil configuraram esse fluxo no rol de migrações de crise, não apenas pelos motivos que impulsionaram a saída do país de origem, mas também pelo despreparo do país de acolhimento em receber essas pessoas (Baeninger & Peres, 2017). Sobre isso, importante constatar que essa crise se dá no acolhimento a imigrantes negros e provenientes de um país periférico, constituindo-se como uma crise migratória influenciada por marcadores de raça e classe desses imigrantes que chegaram. Nesse sentido, questiona-se: crise para quem? A concepção de que as redes de acolhimento estavam despreparadas para atender a esta demanda revela a fragilidade das instituições brasileiras em acolher imigrantes negros, que também inauguram o fluxo de migrações provenientes do Sul global no Brasil.

Com a chegada dos haitianos, o Brasil não os recebeu na condição de refugiados, pois as condições de saída do Haiti não se enquadravam aos aspectos que delimitam o refúgio, quais sejam, perseguição, guerra e ameaça à vida (Nüske & Macedo, 2019). A decisão foi tomada no âmbito do ACNUR do Brasil, que orientou que haitianos não seriam reconhecidos como refugiados por não se enquadrarem nos critérios da lei, conferindo uma decisão de caráter universal, sem considerar particularidades (Véran et al., 2014). Neste cenário, o Conselho Nacional de Refugiados [CONARE] transferiu a responsabilidade ao Conselho Nacional de Imigração [CNIg], para que, em “condições especiais”, conferisse a permanência aos não refugiados. Como solicitantes de refúgio, não podiam ser deportados. Mas a decisão jurídica de

que não se enquadravam nos termos da Lei de Refúgio já estava tomada. A solução foi conceder aos haitianos que já estavam em solo brasileiro o “visto humanitário” (Véran et al., 2014).

Essas condições de chegada promoveram ainda mais precariedade a estes imigrantes, a qual pode ser descrita como um ‘não lugar’ social e jurídico. Assim, a assistência emergencial aos imigrantes recém-chegados foi majoritariamente prestada por instituições religiosas, como Cáritas e Pastoral do Migrante (Véran et al., 2014). A rede de acolhida era composta por diversas ONGs que procuravam então suprir a negligência governamental ao oferecer abrigo, alimentos, ensino da língua portuguesa e cursos profissionalizantes. Também a solidariedade entre conterrâneos foi fundamental para fornecer apoio neste momento de chegada ao destino (Silva, 2017).

A falta de políticas públicas que atendam às necessidades da população imigrante não se limita ao contexto de acolhimento, pois se verifica omissão do poder público também no processo de inclusão e permanência desses sujeitos. A assistência aos imigrantes no Brasil é predominantemente ofertada pelos setores da sociedade civil que compõem o CONARE, representado principalmente pela Cáritas e Pastoral do Migrante, já citadas (Véran et al., 2014). Na maioria das vezes, estes imigrantes não conheciam a língua, os códigos culturais e requisitos do mercado de trabalho local, de modo que a inserção laboral, sobretudo o encaminhamento para o primeiro emprego em território nacional, era mediado por instituições como Pastoral do Migrante e outras ONGs não religiosas (Silva, 2017). Destaca-se, ainda, o papel das universidades públicas que, através de projetos de extensão, passavam a oferecer apoio de diversas modalidades a esta população.

Estando em território brasileiro, muitos imigrantes haitianos encontraram fome, desemprego, além de hostilidade e preconceito, deparando-se, portanto, com uma realidade demasiadamente distante de suas expectativas. Tais frustrações impactam psiquicamente os sujeitos migrantes, produzindo mal-estar e sofrimento. O deslocamento haitiano se dá, pois, em um contexto de instabilidade política no Brasil, com um cenário econômico desfavorável para a própria população brasileira e que se torna ainda mais complexo em relação aos imigrantes. A crise produz efeitos no mercado de trabalho, aumento nos índices de desemprego, informalidade e precarização do trabalho, condições que afetam sobremaneira os imigrantes. Mesmo haitianos e haitianas com estudo e qualificação profissional acabam sendo explorados pelo mercado de trabalho brasileiro às custas de salários reduzidos e baixo acesso a direitos trabalhistas (Nüske & Macedo, 2019).

Muitas vezes os imigrantes deslocam-se em busca de oportunidades de trabalho, na expectativa de ofertar melhores condições econômicas para suas famílias, que ficam no país de

origem; assim, ficam responsáveis por enviar remessas de dinheiro aos familiares (Barros & Martins-Borges, 2018; Nüske & Macedo, 2019). O bem-estar dos familiares que ficam no país de origem impacta diretamente o sujeito migrante, de modo que quando as condições para os que ficam são demasiadamente precárias, a culpa por estar em condições melhores pode impedir o imigrante de usufruir de alguns benefícios do país de acolhimento (Nüske & Macedo, 2019). Além disso, Gomes (2017), referindo-se a imigrantes haitianos, revela um elevado índice de adoecimento psicossomático em vista da sobrecarga e responsabilização pela família que ficou.

3.3.3 A rede de acolhimento a imigrantes na região da Grande Florianópolis

O sofrimento é inerente à condição humana, e é produzido, tal como Freud (1930/2010), pelas forças da natureza, pela condição frágil do corpo humano e pelos atritos dos encontros nas relações. Para além dessa compreensão de sofrimento humano, atrelado a uma ideia de naturalidade, existem situações em que o meio social produz sofrimento a determinados grupos, evocando o conceito de sofrimento social. Nesta linha, Pussetti e Brazzabeni (2011) demarcam uma passagem do termo sofrimento humano para sofrimento social, de modo a salientar condições em que o mal-estar é produzido por ações ou negligência na esfera política, social e histórica.

O sofrimento de imigrantes é singular e está associado à história pessoal de cada um, mas as condições que o produzem, muitas vezes, estão na esfera coletiva, seja pelos motivos que os levaram a sair do país de origem (catástrofes ambientais, guerras, perseguições, miséria, etc), como também pelas dificuldades que encontram para reconstruir a vida no país de acolhimento. Neste contexto, os imigrantes têm necessidades de amparo em diversas esferas da vida, sendo essas a vida material e econômica, documentação, o acesso a serviços públicos de saúde, assistência social e educação, bem como o acolhimento e escuta psicológica como forma de promoção de saúde mental em casos de sofrimento psíquico (Jibrin, 2017; Machado et al., 2019). Em tais casos, por se tratar de um sofrimento produzido por contextos sociais conturbados, requer que medidas sejam tomadas na esfera coletiva, com a elaboração de políticas públicas sensíveis à temática migratória, de modo a promover condições que favoreçam a reparação psíquica (Barros, 2022). Diante disso, ressalta-se a importância de se empreender mobilizações sociais de luta pela garantia de direitos a esta população, incluindo espaços de escuta psicológica que reduzam o sofrimento psíquico e possibilitem a elaboração das perdas produzidas no processo migratório e a retomada da vida. Vale lembrar que os migrantes se lançam em trajetos arriscados, muitas vezes não desejados, como nos casos de

migração involuntária, com a finalidade de buscar melhores condições de vida. Não se trata apenas de sobreviver. É uma busca pela vida em todas suas nuances, uma busca pela possibilidade de viver bem (Martins-Borges, 2013).

Visto isso, nesta seção é feito um resgate de alguns marcos legais e mobilizações coletivas em prol de políticas para acolhimento a imigrantes e refugiados na região da Grande Florianópolis. No cenário nacional, nos anos de 2010 a 2019, houve um aumento de 24,4% no número de novos imigrantes no Brasil, e o estado de Santa Catarina foi um dos que mais criou postos de trabalho para este público (Silva et al., 2021). Na última década, a região metropolitana de Florianópolis tem se destacado como uma região muito procurada por imigrantes e refugiados (GAIRF, 2015). Tal procura provoca, portanto, um aumento de demanda específica que convoca a sociedade civil e o serviço público a se mobilizar para efetuar um acolhimento efetivo.

Historicamente, a atenção especializada a imigrantes não tem início no estado a partir de propostas governamentais, e sim por ações da sociedade civil, protagonizadas por instituições religiosas e universidades. Aqui, destaca-se o trabalho incipiente da Pastoral do Migrante que atua na região de Florianópolis e municípios vizinhos. Essa associação, ao constatar a negligência estatal à população imigrante, veio a configurar-se como um serviço de referência no acolhimento e inclusão social de imigrantes e refugiados na região, tendo sua atuação iniciada em 1996 (GAIRF, 2015). A Pastoral ofereceu, até 2018, serviços voltados a garantir a Proteção e Integração de imigrantes na região, contando com a atuação de graduandos e pós-graduandos vinculados ao Eiréne, Centro de Pesquisas e Práticas Decoloniais e Pós-coloniais aplicadas às Relações Internacionais e ao Direito Internacional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A partir de 2012, este acolhimento foi incrementado com a parceria feita junto do Núcleo de Estudos sobre Psicologia, Migrações e Cultura (NEMPsiC⁵), vinculado ao Departamento de Psicologia da UFSC, que passou a oferecer, através do projeto de extensão Clínica Intercultural, atendimento psicológico gratuito especializado ao sofrimento vinculado à condição da imigração (Machado et al., 2019).

O NEMPsiC é um núcleo de pesquisa e extensão que desenvolve estudos e ações voltadas à cultura e impactos psíquicos das migrações. Seu principal projeto de extensão é a Clínica Intercultural, fundada em 2012, que visa ofertar uma escuta sensível ao sofrimento psíquico decorrente do impacto das migrações e desamparo cultural. Este projeto tem sua equipe constituída por professores, psicólogos e estudantes do curso de graduação e pós-

⁵ Para mais, ver em: <https://nempsi.paginas.ufsc.br/>

graduação do Departamento de Psicologia da UFSC. Os atendimentos são realizados presencialmente no Serviço de Atenção Psicológica (SAPSI/UFSC), podendo, a depender da demanda, acontecer de maneira remota. A Clínica Intercultural conta com supervisões semanais e utiliza o dispositivo clínico da coterapia intercultural (Pocreau & Martins-Borges, 2013), um modelo de atendimento ofertado por um grupo de terapeutas (dois ou mais), de modo a favorecer o descentramento cultural daqueles que escutam, ofertando um atendimento mais sensível aos fenômenos da cultura. O NEMPsiC também iniciou em 2016 um outro projeto de extensão denominado Acolhimento Psicológico e Grupo de Conversa com Imigrantes e Refugiados, que ofertava atendimentos no espaço da Pastoral do Migrante em Florianópolis. Esse projeto se tornou precursor do futuro CRAI (Centro de Referência e Acolhimentos a Imigrantes), inaugurado em 2018 na cidade, mas as mobilizações sociais em prol de sua abertura começaram a acontecer anos antes (Machado et al., 2019).

Em 2014 foi criado o Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados de Florianópolis e Região (GAIRF), formado por representantes do poder público, igrejas, universidades e organizações da sociedade civil, que procuravam enfatizar a luta pelos direitos a imigrantes e refugiados na região. Em 2015, origina-se o Grupo de Trabalho de Imigrantes – GTI da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, que atua juntamente com o GAIRF nas mobilizações sociais pela ampliação de direitos à população migrante. As mobilizações do GAIRF e do GTI alertam para a necessidade de descentralizar o protagonismo das instituições religiosas no atendimento a imigrantes, requerendo, sobretudo, a responsabilização do Estado na promoção de políticas públicas específicas a esta população. A partir de 2016, as ações do GAIRF começam a tencionar o poder público para a implementação de um Centro de Referência de Atendimento a Imigrantes (CRAI/SC), similar ao modelo inaugurado na cidade de São Paulo (SP), em 2014. Tendo em vista os trabalhos psicológicos realizados na Pastoral do Migrante (em parceria com o NEMPsiC) e os resultados disso, o projeto de implantação do CRAI em Florianópolis já previa, por sua vez, a participação de um profissional da psicologia para compor a equipe de acolhimento (Machado et al., 2019).

Buscando detectar as principais demandas dos imigrantes haitianos na cidade de Florianópolis, o GAIRF realizou, em 2015, um levantamento quanti e qualitativo nas quatro associações que trabalhavam com esta população. As principais queixas identificadas foram: problemas com documentação e trâmites de legalização de vistos, que dificultavam o acesso a direitos básicos; burocracia para acessar serviços de formação educacional, pouco acesso a curso de português, entendido como importante recurso de inclusão social; trabalhos fora de suas áreas de formação e pouca representatividade na sociedade brasileira (GAIRF, 2015).

No ano de 2018, como resultado de intensas mobilizações e tensionamentos políticos, o CRAI/SC é inaugurado em Florianópolis e com abrangência estadual. A equipe era composta por agente de proteção, agente de integração, assistente social, psicólogo, assistente administrativo e coordenador. Os atendimentos eram ofertados a pessoas oriundas de mais de 60 países, mas, em sua maioria, imigrantes provenientes do Haiti e outros países latino-americanos. As principais demandas atendidas pelo CRAI diziam respeito à busca por emprego e condições de permanência na cidade de acolhida. Decorrentes disso, os profissionais se deparavam com o sofrimento psíquico manifestado, com maior ênfase, por meio de queixas de tristeza e desamparo frente à dificuldade em trabalhar e se estabelecer na comunidade de acolhimento (Machado et al., 2019).

O desafio que se mostrava era a construção de um serviço de psicologia especializado na escuta de imigrantes, atentando-se às nuances psíquicas e coletivas que perpassam o sofrimento produzido nessas condições. No que diz respeito ao atendimento psicológico a imigrantes, este é marcado pela escuta clínica do sofrimento perante a diferença: de território, de cultura, de língua, entre outras. Assim, a acolhida a imigrantes, seja na psicologia clínica, social ou da saúde, deve estar atenta para os fenômenos da cultura, de modo a não patologizar a diferença e produzir ainda mais exclusão (Knobloch, 2015; Machado et al., 2019). Portanto, a escuta psicológica, nesse contexto, procura fornecer condições para elaborar o luto pelas perdas impostas pela imigração, possibilitando uma abertura para o novo, para a construção de novos projetos de vida, o que se mostra possível com a reconquista da coerência e do sentimento de continuidade de si (Martins-Borges, 2013). Além disso, a escuta clínica procura validar as histórias de vida de sujeitos que não se reduzem ao ato migratório, e revelar possibilidades de construir novas histórias (Barros, 2022).

O serviço de psicologia do CRAI/SC ofertava intervenções a nível singular e coletivo, trabalhando em uma perspectiva híbrida e complementar entre a psicologia clínica e social. Os atendimentos individuais eram ofertados por meio de demanda espontânea e utilizavam como abordagem metodológica o modelo de coterapia e mediação cultural (Pocreau & Martins-Borges, 2013). Também eram realizados grupos operativos que trabalhavam com as seguintes temáticas: “Grupo para mulheres e bebês, Grupo de informações sobre trabalho, Grupo de visita ao museu, Time de futebol com imigrantes e refugiados e Roda de conversa na entrega de cesta básica” (Machado et al., 2019, p. 91).

Portanto, o CRAI/SC consistiu em uma conquista da sociedade civil em favor do oferecimento de um dispositivo público de acolhimento psicossocial a imigrantes e refugiados na região, que oferecia serviços específicos às demandas desta população e sensível às suas

nuances. Todavia, ressaltando a ideia já apresentada de que as políticas migratórias no Brasil são ofertadas, de modo geral, em caráter emergencial e não consistente, as atividades do CRAI/SC foram encerradas em 20 de setembro de 2019. Este centro de referência, que foi construído coletivamente e contou com a participação de imigrantes e outros atores sociais importantes na luta pelos direitos migratórios, teve uma existência efêmera de um ano e sete meses. Barros (2022) faz uma análise do processo de abertura e fechamento abruptos do CRAI em Florianópolis, apontando para possíveis motivações políticas de caráter nacionalista e conservador, em especial no âmbito do governo federal, que justificaria o descaso com este dispositivo de acolhimento.

Em 2021, o Ministério da Justiça e Segurança Pública publicou um edital para financiamento de projetos sociais, no qual a organização vencedora foi a Associação dos Imigrantes de Santa Catarina (AISC). Sendo assim, este edital está financiando a abertura do Centro de Apoio e Atendimento a Imigrantes de Santa Catarina (CAISC), inaugurado em abril de 2022, também em Florianópolis, com objetivo de oferecer serviços que acolham às demandas de imigrantes na região. Diferente do CRAI, o CAISC é administrado pela própria associação de imigrantes, e não por uma ação social, mas se aproxima deste outro projeto em outras questões. Vale ressaltar que se trata de um serviço financiado por um edital público com validade de apenas 18 meses e, portanto, se insere também na lógica de ações emergenciais e não consolidadas, apontando para a possibilidade de repetição do processo de abertura e fechamento abrupto do CRAI na cidade.

Outras organizações sem fins lucrativos que implementam ações que procuram facilitar o processo de integração de imigrantes e refugiados na região da Grande Florianópolis é a Pastoral do Migrante, Círculo de Hospitalidade e Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR). A nível nacional, outras ONGs também ofertam assistência a imigrantes, como Associação Voluntariados pelo Serviço Internacional (AVSI Brasil) e Médico sem Fronteiras (MSF). Cada serviço procura atender a população imigrante em algumas de suas necessidades, dentro de sua especificidade. Daí a importância de um serviço de referência como o CRAI, por sua possibilidade de conhecer de maneira mais aprofundada a realidade deste público, e possibilitar um atendimento em uma perspectiva mais integral e não fragmentada, em diálogo com os outros dispositivos da rede (Barros, 2022).

4 MÉTODO

4.1 Contexto e Caracterização da Pesquisa

Esta pesquisa está vinculada ao Núcleo de Estudos sobre Psicologia, Migrações e Culturas (NEMPsiC) que, associado ao Departamento de Psicologia da UFSC, desde 2014, desenvolve projetos de pesquisa e extensão voltados à temática das migrações. No escopo do NEMPsiC, a pesquisa se insere no projeto guarda-chuva intitulado “Dimensões Psicossociais do Acolhimento de Imigrantes e Refugiados em Santa Catarina”. De modo geral, este macroprojeto almeja elucidar impactos das migrações voluntárias e involuntárias na saúde mental de sujeitos e comunidades.

O presente estudo se caracteriza como qualitativo, pois pretende aprofundar o conhecimento a respeito do universo de significados e representações dos participantes da pesquisa (Minayo, 2012). Por este viés, este estudo se delinea como qualitativo ao procurar conhecer o referencial simbólico de seus participantes, evidenciando aspectos subjetivos e não quantificáveis. Referente aos objetivos, classifica-se como pesquisa exploratória, pois almeja elucidar um problema tornando-o mais familiar e explícito para a construção de hipóteses (Gerhardt & Silveira, 2009). A pesquisa apresenta caráter exploratório também porque a reparação psíquica, mais especificamente no caso de haitianos afetados pelo terremoto, é pouco abordada na literatura científica. Esta carência se justifica pela atualidade do fenômeno, visto que a imigração em massa de haitianos para o Brasil teve início em 2011. Além disso, pretende descrever características concernentes a determinados fenômenos, caracterizando-se, também, como pesquisa descritiva (Sampieri et al., 2006). Em relação ao seu procedimento técnico, configura-se como pesquisa *ex-post-facto*, pois propõe investigar possíveis relações de causa e efeito entre um determinado fato e um fenômeno posterior (Gerhardt & Silveira, 2009).

4.2 Participantes

Participaram desta pesquisa dez (10) imigrantes haitianos, sete (7) homens e três (3) mulheres, residentes na região da Grande Florianópolis (SC). Os critérios de participação foram: residir no Haiti no momento em que aconteceu o terremoto em 2010; ter emigrado em decorrência das consequências ocasionadas por este desastre ambiental; residir na região da Grande Florianópolis há pelo menos um ano; ter possibilidade de se comunicar com a pesquisadora na língua portuguesa; possuir idade superior a 18 no momento da entrevista.

O acesso aos participantes se deu por meio da técnica bola de neve (Vinuto, 2014). Os primeiros contatos foram feitos, a princípio, a partir da rede de referência da pesquisadora, sendo o núcleo de pesquisa (NEMPsiC) e o Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados de Florianópolis (GAIRF). Também foram contatados profissionais que representavam organizações e serviços da rede, sendo estes: Centro de Apoio a Imigrantes de Santa Catarina (CAISC); Círculos de Hospitalidade; Serviço Jesuíta Migrantes e Refugiados (SJMR); Pastoral do Migrante; Centro de Referência em Assistência Social (CRAS); Unidade Básica de Saúde (UBS); e universidades. Ademais, a pesquisadora se inseriu no campo por meio da participação em audiências públicas sobre políticas migratórias municipais, comemoração do Dia da Bandeira do Haiti e Feira Intercultural.

O número de participantes não foi definido a priori, pois pretendeu-se uma coleta de dados a partir da técnica de saturação teórica, que consiste em interromper a coleta no momento em que os conteúdos começam a apresentar certa redundância e repetição, indicando que não há necessidade de buscar novas fontes (Fontanella et al., 2008). A interrupção da coleta de dados também ocorreu devido a dificuldades encontradas para acessar mais participantes. Algumas pessoas contatadas não tiveram interesse em participar da pesquisa, e cogita-se que isso pode ter relação à quebra de confiança nas instituições, promovida pelo contexto social e político do país de origem. Outras pessoas não puderam participar por motivos como falta de disponibilidade e por estarem saindo do Brasil em direção a outros destinos migratórios.

As entrevistas se apoiaram no roteiro semiestruturado com perguntas disparadoras, mas aconteceram de maneira fluida, com possibilidade de incluir novas perguntas para melhor compreender o conteúdo e história pessoal de cada participante. A coleta de dados aconteceu entre março de 2022 e maio de 2023. De modo a contextualizar a amostra da pesquisa, no tópico a seguir é feita uma breve descrição dos participantes. Os nomes aqui expostos são fictícios, para garantir o anonimato e sigilo dos participantes.

4.2.1 Breve caracterização dos participantes

Antenór: é homem, 39 anos, nascido na cidade de Cavaillon, Haiti. Se autodeclara de cor preta, de religião cristã Batista. Veio para o Brasil em agosto de 2011 para cursar graduação em Economia, subsidiado por um programa de bolsas. A entrevista com ele foi on-line, e aconteceu em março de 2022, período em que estava cursando Doutorado em Relações Internacionais. Recebia uma bolsa de estudos que contribuía no sustento de sua família, gerando no total média de 3 a 6 salários mínimos. Reside com a esposa de nacionalidade brasileira.

Reginald: é homem, 39 anos, nascido na cidade de Les Cayes, Haiti. Se autodeclara de cor preta, de religião católica. Veio para o Brasil em agosto de 2011 para cursar graduação em Economia por meio de um programa de bolsas. Cursou mestrado e doutorado em Economia. A entrevista com ele aconteceu no campus da UFSC em abril de 2022, período em que trabalhava como professor de graduação. No Haiti, trabalhava em um banco como oficial de crédito, e no Brasil, suas primeiras ocupações foram gestor financeiro e professor. Recebe entre 3 a 6 salários mínimos. Reside sozinho e estava prestes a se mudar para Cascavel (PR) devido a uma proposta de trabalho.

Zuri: é mulher, 35 anos, nascida em Porto Príncipe, Haiti. Se autodeclara de cor preta, de religião cristã. No Haiti, trabalhava como professora de ensino básico, mas chegou a ficar meses sem receber salário. Saiu do Haiti em dezembro de 2020, em direção à República Dominicana, onde ficou por uns meses, a fim de trabalhar e juntar dinheiro para vir ao Brasil. O marido, que ficou na República Dominicana, às vezes lhe enviava dinheiro para auxiliar nos gastos e estava juntando dinheiro para vir ao Brasil. Reside com o filho de 2 anos. A entrevista aconteceu na sua casa, em junho de 2022, momento em que Zuri estava desempregada e tinha como renda as remessas enviadas, às vezes, pelo marido ou outros familiares, e benefícios do SUAS (Sistema Único de Assistência Social).

Jacques: é homem, 39 anos, nascido na cidade de Carrefour, Haiti. Se autodeclara de cor preta, de religião evangélica. No Haiti, trabalhava como professor do ensino fundamental. Saiu do Haiti em novembro de 2016, e alega que o que levou a migrar foi sua situação econômica. Migrou sozinho, e depois trouxe a esposa e três filhos. Sua primeira ocupação no Brasil foi como auxiliar de cozinha, emprego no qual permaneceu por dois anos até ser demitido. A entrevista aconteceu em uma praça pública em Florianópolis, em julho de 2022, momento em que trabalhava como auxiliar em outro restaurante. Recebe entre 1 e 3 salários mínimos e é o único responsável pelo sustento de sua família. Reside com esposa e os filhos de 8, 10 e 11 anos.

Michel: é homem, 35 anos, nascido na cidade de Artibonite, Haiti. Se autodeclara de cor preta, de religião batista. No Haiti, trabalhava como professor. Saiu do Haiti em julho de 2019, e afirma que o que o levou a migrar foi o problema político no país. Migrou com a esposa, de nacionalidade haitiana. Sua primeira ocupação no Brasil foi como separador de lixo. Trabalhou como pintor e, posteriormente, auxiliar em lojas e restaurantes. A entrevista aconteceu em setembro de 2022, numa praça pública em Florianópolis. Recebe 1 salário mínimo, sendo o único responsável pelo sustento familiar. Reside com a esposa.

Dandara: é mulher, 36 anos, nascida na cidade de Porto Príncipe, Haiti. Se autodeclara de cor preta, de religião batista. No Haiti trabalhava como camareira, auxiliar em restaurante e venda de roupas e artesanato. Saiu do Haiti em novembro de 2016, e declara que sua saída se deu pelas consequências do terremoto. Migrou com o irmão e a mãe, e passaram um tempo na República Dominicana. No Brasil, trabalhou como camareira e atualmente é dona de um salão de beleza e brechó. A entrevista aconteceu em setembro de 2022, em uma praça pública em Florianópolis, com a presença de seu filho. Tem renda variável, com média de 1 salário mínimo, e é a única responsável pelo sustento de sua família. Reside com o filho de 4 anos, de nacionalidade brasileira.

Bernard: é homem, 30 anos, nascido na cidade Jean Rabel, Haiti. Se autodeclara de cor preta, de religião Adventista do sétimo dia. No Haiti, estava cursando graduação, mas teve problemas financeiros para continuar o curso. Saiu do Haiti em novembro de 2017, em busca de estudo e melhores condições de vida. A entrevista aconteceu em março de 2023, na modalidade online, momento em que estava cursando Climatização e Refrigeração no IFSC, mas tinha intenção de ingressar na universidade. No Brasil trabalhou como auxiliar de obra, mantenedor de prédio e, atualmente, como eletricista, trabalho que conseguiu após ter feito um curso do SENAI. Tem como renda uma média de 1 a 3 salários mínimos, que auxilia no sustento familiar. Reside com esposa, de nacionalidade haitiana, e filho de 2 anos, de nacionalidade brasileira.

Liliane: é mulher, 32 anos, nascida na cidade Les Cayes, Haiti. Se autodeclara de cor preta, religião evangélica. Saiu do Haiti em outubro de 2016 porque não encontrava emprego. Tem curso de contabilidade e informática. No Brasil, trabalhou de forma informal com faxina e, como trabalho formal, na limpeza de um condomínio. A entrevista aconteceu março de 2023, em sua residência. Neste momento, Liliane não estava trabalhando por motivo de doença. Contava apenas com a renda de 1 salário mínimo, fruto do trabalho do marido. Reside com marido de nacionalidade haitiana, e filho de 5 anos de nacionalidade brasileira. Planeja migrar para o México, pois ouviu de outros haitianos que “lá tem trabalho”.

Samuel: é homem, 24 anos, nascido na cidade Porto Príncipe, Haiti. Se autodeclara de cor parda, religião evangélica. Saiu do Haiti em 2019, acompanhado dos pais e irmãos. Declara que sua saída foi por motivo de insegurança e busca de uma vida melhor. No Haiti, trabalhava como professor de francês. A entrevista aconteceu em março de 2023, na modalidade on-line. Neste momento, estava cursando Análise e Desenvolvimento de Sistemas, e trabalhava de maneira informal em construções. Tem como renda variável média de 1 salário mínimo, que contribui no sustento familiar. Reside com pai, mãe e três irmãos de 11, 18 e 19 anos.

Kwame: é homem, 29 anos, nascido em Cite Soleil, Haiti. Se autodeclara de cor preta, religião adventista. Saiu do Haiti em fevereiro de 2017 para cursar graduação em Medicina subsidiado por um programa de bolsa de estudos, curso atual. A entrevista aconteceu em maio de 2023, no campus da UFSC, em Florianópolis. Recebe uma bolsa de estudos, sendo esta a única renda responsável por seu sustento. Reside com um amigo.

4.3 Instrumentos e procedimentos de coleta

De modo a alcançar os objetivos da pesquisa, a coleta de dados contou com os seguintes instrumentos: Entrevistas Semiestruturadas (APÊNDICE A); e Formulário Sociodemográfico Intercultural do NEMPsiC (ANEXO 1). As entrevistas constituem instrumento amplamente utilizado em pesquisas de abordagem qualitativa, pois propiciam coletas de dados mais densos que questionários, auxiliando no acesso a conteúdos mais aprofundados e menos acessíveis por outras vias (Minayo, 2012). Elaboramos um roteiro de entrevista, com trinta e uma (31) questões abertas, com intuito de que funcionem como disparador da narrativa dos entrevistados. As perguntas contidas no roteiro procuram suscitar que a fala dos participantes responda aos objetivos da pesquisa.

O Formulário Sociodemográfico Intercultural do NEMPsiC configura-se como um questionário desenvolvido por pesquisadores/as do NEMPsiC, que contempla questões relativas à situação migratória e contexto cultural dos participantes da pesquisa. Este formulário auxilia na caracterização dos participantes da pesquisa, descrita no tópico anterior. Contendo 47 questões, procura coletar informações referentes às seguintes temáticas: dados pessoais; escolaridade e ocupação; renda; moradia; utilização do SUS e SUAS; religião e/ou crença; língua; e dados sobre a imigração.

O acesso aos participantes se deu por meio da técnica bola-de-neve. Este método consiste em contatar uma amostra não probabilística utilizando-se de redes de referência. Além disso, consiste em uma técnica de acesso útil em pesquisas com grupos de difícil acesso e nas quais não se estabelece uma precisão de quantidade (Vinuto, 2014). Sendo assim, a partir de sua cadeia de referências, a pesquisadora buscou localizar pessoas que atendiam aos critérios da pesquisa. A cada contato realizado, foi então solicitado nomes de outros possíveis participantes, com a pretensão de aumentar o quadro de amostragem até alcançar a saturação teórica dos dados. A rede de referências da pesquisadora correspondeu, a princípio, ao núcleo de estudos ao qual está inserida (NEMPsiC), composto por pesquisadores/as e extensionistas que trabalham com a temática da migração, além da participação nas reuniões do GAIRF, que

integra representantes de organizações da sociedade civil e poder público que oferecem serviços à população de imigrantes na região da Grande Florianópolis. A pesquisadora também participou de eventos referente à cultura haitiana, como a comemoração do dia da Bandeira do Haiti e de audiências públicas voltadas a discutir a política migratória municipal da população migrante.

O contato com os participantes consistia no envio de mensagens por meio do aplicativo *whatsapp*, contendo informações sobre a pesquisa e os critérios de participação. Após o aceite ao convite de participação, fazia-se o agendamento de um encontro entre pesquisadora e participante, na qual este último decidia se seria on-line ou presencial, escolhendo também o local que os deixassem confortáveis e seguros no momento da entrevista. Foram realizadas três (3) entrevistas on-line, através da plataforma *Google Meet*, e sete (7) presenciais, nos seguintes locais: residência dos participantes (2); universidade (2); e praça pública (4).

Neste encontro, a pesquisadora apresentava mais detalhadamente os objetivos da pesquisa, bem como os critérios de participação e cuidados éticos. Em seguida, fazia a leitura conjunta do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE B), e solicitava assinatura dos participantes em duas vias. A aplicação dos instrumentos (Entrevistas Semiestruturadas e Formulário Sociodemográfico Intercultural) poderia acontecer neste mesmo encontro ou com o agendamento de um outro horário. Antes de iniciar a coleta, a pesquisadora solicitava aos participantes a autorização para gravação em áudio da entrevista, a fim de garantir fidedignidade dos dados para posterior análise.

4.4 Análise dos Dados

Após a realização das entrevistas, os áudios foram cuidadosamente transcritos pela pesquisadora em documento *Microsoft Word*. A transcrição manual, sem utilização de *software*, justifica-se por permitir o registro de silêncios, expressões faciais e outros sinais não-verbais relevantes para análise dos conteúdos obtidos. Na transcrição, as falas dos participantes se mantiveram de maneira exata como foi dita, o que possibilita discordância das normas gramaticais, bem como transições entre diferentes línguas nos trechos apresentados. Por sua vez, conteúdos não verbais observados pela pesquisadora, como momentos de silêncio, expressões de afeto e reações físicas são indicados nos relatos entre colchetes (“[...]”).

O material coletado foi analisado à luz da Análise de Conteúdo, e explorado a partir das contribuições teóricas da Psicanálise e Etnopsiquiatria. A análise de conteúdo, tal como proposta por Bardin (2011), se configura na sistematização de três etapas: inicialmente a leituras

e audições sucessivas do material coletado; na segunda fase, o destaque de núcleos de sentido no material estudado e, a partir disso, agrupamento dos conteúdos em categorias mais amplas; na última etapa, a interpretação de cada categoria de dados, levando em consideração os conteúdos latentes e manifestos.

A análise também busca aporte nas contribuições da Psicanálise e da Etnopsiquiatria. Tal como Naffah-Neto (2006), lançar mão da psicanálise na pesquisa-investigação, isto é, produzida em âmbito acadêmico, implica ao pesquisador psicanalista utilizar como ferramenta básica de escuta a *atenção flutuante*, isto é, suspender julgamentos e escutar de maneira não-seletiva, sem memória e sem desejos. Essa escuta, que pressupõe também uma suspensão teórica aliada à fala livre dos sujeitos entrevistados é o que pode revelar sentidos ocultos. Assim, para além destes elementos, no exercício da atividade científica, o pesquisador psicanalista também se atenta aos chamados produtos do inconsciente (chistes, atos falhos, sintomas, etc.), e leva em consideração questões da transferência e sentimentos contratransferenciais.

A Etnopsiquiatria considera a cultura como o arcabouço simbólico do sujeito, a pele que reveste sua existência e que contém os signos que codificam a linguagem do sujeito, inclusive nas suas expressões de sofrimento. Suas contribuições são elucidadas ao promover o encontro complementar entre a Psicanálise e a Etnologia, partindo do pressuposto de que o sintoma, bem como o conceito de saúde mental, é codificado a partir de significantes da cultura. Assim, uma metodologia orientada pela Etnopsiquiatria significa um descentramento de cultura do pesquisador, que se coloca aberto ao encontro com a alteridade, operando uma escuta sensível a fenômenos culturais (Martins-Borges et al., 2019).

4.5 Cuidados Éticos

Os procedimentos aqui descritos estão de acordo com as determinações das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos, conforme a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466 de 2012, que prevê os princípios éticos nas pesquisas envolvendo seres humanos. Esta pesquisa faz parte de um projeto guarda-chuva intitulado “Dimensões psicossociais do acolhimento de imigrantes e refugiados em Santa Catarina”, projeto de pesquisa vinculado ao NEMPsiC e aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH), pelo parecer nº 4.308.430/2020. A aprovação da pesquisa pode ser consultada por meio do Protocolo 35720920.9.0000.0121.

Ressalta-se, ainda, que os participantes foram informados, por via oral e escrita (através do TCLE), a respeito de seus direitos: garantia de sigilo das informações fornecidas; caráter

voluntário da pesquisa, que garante a liberdade para recusarem ou se retirarem a qualquer momento; e acesso aos resultados da pesquisa⁶ após a conclusão da mesma. Além disso, a pesquisadora atentou-se aos riscos psíquicos que a participação na pesquisa pode desencadear, haja vista a abordagem de assuntos emocionalmente difíceis. Para isso, se colocou à disposição para acolher os participantes no momento da entrevista, bem como encaminhá-los para serviços que prestam atendimento psicológico gratuitamente, em caso de necessidade.

⁶ Que após concluída, estará disponível no *site* do NEMPsiC. Ver em: <http://nempsic.paginas.ufsc.br/>

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nos objetivos propostos e seguindo o caminho temático da fundamentação teórica, a análise dos resultados é pautada em três categorias gerais: apresentação das características da experiência migratória dos participantes; reflexão sobre o sofrimento psíquico relacionado ao contexto do desastre e posterior migração; análise dos fatores socioculturais que podem favorecer a reparação psíquica no país de acolhimento. A análise destas categorias propicia compreender as possibilidades de reparação psíquica no contexto pós-migratório para imigrantes haitianos residentes na região da Grande Florianópolis, que condiz com o objetivo geral desta pesquisa. O quadro 1 contém a descrição das subcategorias e elementos de análise.

Quadro 1- Categorias, subcategorias, e elementos de análise

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
1. CARACTERÍSTICAS DA EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA	1.1 Motivos para partir	1.1.1 <i>Estudo e trabalho</i> 1.1.2 <i>Problemas políticos no país</i> 1.1.3 <i>Desesperanças em relação ao Haiti</i> 1.1.4 <i>Sensação de que os problemas nunca acabam</i>
	1.2 Preparação da partida	1.2.1 <i>Escolha do país de destino</i> 1.2.2 <i>Momento de despedidas</i>
	1.3 Implicações no deslocamento	1.3.1 <i>Dificuldades encontradas no caminho</i> 1.3.2 <i>O encontro com o local de destino</i>
2. SOFRIMENTO PSÍQUICO RELACIONADO AO TERREMOTO E À MIGRAÇÃO	2.1 Primeiros efeitos em relação ao terremoto	2.1.1 <i>Choque</i> 2.1.2 <i>Confusão</i> 2.1.3 <i>Medo</i> 2.1.5 <i>Perdas diversas</i> 2.1.5 <i>Falta de moradia</i>
	2.2 Efeitos do traumático	2.2.1 <i>Dificuldade em encontrar palavras</i> 2.2.1 <i>Dores no corpo</i> 2.2.2 <i>Reminiscências</i> 2.2.3 <i>Mudanças em si após evento catastrófico</i>
	2.3 Sofrimento relacionado à migração	2.3.1 <i>Impossibilidade de retorno</i> 2.3.2 <i>Dificuldades financeiras</i> 2.3.3 <i>Diferenças culturais</i> 2.3.4 <i>Racismo e xenofobia</i>

3. FATORES SOCIOCULTURAIS QUE INFLUENCIAM A REPARAÇÃO PSÍQUICA	3.1 Continuação dos estudos	3.1.1 <i>Acesso a cursos de língua portuguesa</i> 3.1.2 <i>Estudos universitários</i>
	3.2 Acesso ao mercado de trabalho	3.2.1 <i>Acesso à renda</i> 3.2.2 <i>Condições laborais precárias</i> 3.2.3 <i>Atravessamentos de gênero</i>
	3.3 Possibilidade de fazer vínculos	3.3.1 <i>Vínculos com outros imigrantes</i> 3.3.2 <i>Vínculos com brasileiros</i>
	3.4 Acesso a serviços públicos	3.4.1 <i>Saúde</i> 3.4.2 <i>Assistência social</i> 3.4.3 <i>Políticas públicas específicas para população migrante</i>

Fonte: Elaboração própria, 2023.

CATEGORIA 1: CARACTERÍSTICAS DA EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA

5.1 Motivos para partir

Neste capítulo são abordados os motivos que levaram os participantes da pesquisa a deixarem o país de origem e buscar reconstruir a vida no Brasil. Com relação ao desejo de partir e possibilidades de se projetar em outro lugar, tem-se como resultado que a maioria dos participantes puderam planejar a saída do país, alguns com mais condições sociais e econômicas que outros. Contudo, é necessário considerar as condições sociais no país de origem, resultantes de uma longa história de colonização e bloqueios de países hegemônicos, que representa, para muitos, a impossibilidade de alcançar os projetos de vida no Haiti (Gioda et al., 2020; Lucenna, 2014).

É importante ressaltar que as motivações para partida serão apresentadas isoladamente apenas com objetivo de análise, mas fazem parte de uma rede complexa de fatores que se relacionam entre si. Dentre os motivos mais referidos pelos participantes, aqui encontram-se analisados: *1.1.1 Estudo e trabalho*; *1.1.2 Problemas políticos no país*; *1.1.3 Desesperanças em relação ao Haiti* e *1.1.4 Sensação de que os problemas nunca acabam*.

Dentre os 10 participantes da pesquisa, quatro caracterizaram a motivação da saída com base no desejo em estudar em outro país. Neste pequeno grupo, três vieram subsidiados por bolsas de estudos oferecidas a partir de acordos entre Brasil e Haiti, e um veio com a esperança de, estando aqui, ingressar na universidade. Este último, por sua vez, ainda não está inserido na formação universitária, de modo que as condições de acesso de imigrantes às universidades brasileiras estão analisadas na unidade temática *3.1.2 Estudos Universitários*.

Analisar estes deslocamentos com base na motivação de estudar implica compreender as condições de formação educativa no Haiti. Dentre as escolas haitianas, 12% são públicas e 88% são privadas (Ministère de l'Éducation Nationale et de la Formation Professionnelle, s/d). Além disso, nas instituições escolares há uma divisão entre as classes sociais, o que faz com que muitas crianças, mesmo ganhando bolsas de estudos, não consigam permanecer por não terem condições financeiras para pagar material escolar e outras taxas (Joint, 2008). Este alto número de privatização e divisão social nas escolas produz um sistema educacional voltado, em grande escala, para a formação das elites; o que reflete, portanto, as desigualdades sociais no Haiti. Com relação ao ensino superior o país, este conta com poucas universidades públicas, além de outras privadas e algumas faculdades técnicas. Em vista da oferta e acesso limitado ao ensino superior no país, boa parte da população procura oportunidades de formação em outros países.

Junto disso, a possibilidade de estudar no exterior se torna ainda mais desejável após o terremoto, haja vista os estragos ocasionados nas estruturas materiais das instituições educacionais, em consonância com poucos recursos para reconstrução dos prédios. O desastre comprometeu a estrutura de escolas e universidades que, em alguns casos, tentavam remediar o problema com aulas ofertadas em tendas para que os estudantes não ficassem ainda mais prejudicados. Eis alguns relatos⁷:

Então, a minha faculdade, que era o caso da maioria das faculdades que estavam na capital também, quebrou tudo, só que eles conseguem montar umas casinhas, umas tendas né. Tinha tendas grandes da guerra, enfim... A gente usava muito isso aí para dar aula porque a educação não pode parar de jeito nenhum né. (Reginald).

Neste período, algumas universidades brasileiras passaram a oferecer bolsas de estudos para estudantes haitianos. Dentre os 10 participantes da pesquisa, três vieram subsidiados por bolsas de estudo ofertadas a partir de acordos entre Brasil e Haiti, como a Portaria nº

⁷ Lembramos que as falas dos participantes foram descritas da mesma maneira como foram ditas, fato que justifica possíveis discordância das normas gramaticais, bem como transições entre diferentes línguas nos trechos apresentados.

92/2010/CAPES, que institui o Programa Emergencial PRÓ-HAITI em Educação Superior, como afirma *Anténor*: “*Após o terremoto os prédios das universidades foram abatidos, e eu estava estudando, e houve uma oportunidade de um programa de intercâmbio entre as universidades do Brasil e do Haiti*”.

Todavia, em outros casos, a saída do país de origem é também motivada pelo desejo de estudar, mas sem oportunidade de bolsa de estudo. Migra-se com a esperança de encontrar a possibilidade de dar continuidade aos estudos, ou seja, de garantir o direito à educação formal, haja vista a dificuldade em custear os estudos no país de origem, como relata *Bernard*: “*Eu entrei na universidade, passei um ano só, mas eu... teve algumas dificuldade financeira (sic) pra pagar o estudo... então decidi que vou tentar sair do país, pra fazer o estudo fora*”.

Além dos estudos, a saída aparece como possibilidade de trabalhar e garantir a renda familiar. Mais que ter trabalho, os participantes relataram violação de direitos trabalhistas básicos no país de origem, como recorrentes atrasos no recebimento de salário:

Eu pensava em deixar o país... porque quando eu fazê (sic) a universidade... meus estudos de contabilidade, informática... depois disso começa distribuir currículo pra fazer estágio, pra trabalhar... eu não achava nada (Liliane).

Eu cobra (sic) como cada 3 meses, cada 2 meses... passa 5 meses e não cobra... você sabe, para trabalhar usando roupa e comer também, e não paga... um pouquinho paga... Eu vai em República Dominicana pra que trabalhar pra vir aqui... porque eu não gostava de República Dominicana porque República Dominicana não gosta de imigrante, não gosta... (Zuri).

Tais dificuldades em concluir a formação educativa no país, bem como trabalhar dignamente, podem ser nomeados como fatores que dificultam o projeto de vida de muitos haitianos e haitianas que acabam procurando encontrar, na migração, maiores possibilidades de viver e de desejar. Estes fatores, por sua vez, se relacionam também com um ponto nomeado pelo participante *Michel*, como: “*Problema político no país*”. Neste contexto, tais problemas políticos serão aqui analisados a partir da perspectiva de uma gritante desigualdade social, que se manifesta através do favorecimento de elites econômicas, enquanto a maior parte da população não tem acesso à direitos básicos.

Problema político é o elite... que causa problema lá... a gente que vai universidade, e depois da universidade não tem emprego [...] não consegue emprego. Só se tem amigo, amiga, te dá dinheiro pra fazer loja nos EUA, em Santo Domingo, Canadá, França. O jovem não tem nada pra fazer lá (Michel).

Eu gosto do meu país, não queria deixar meu país. Porque se você tem dinheiro, lá, você vive sem preocupação. Vive bem, muito bem. Mas se não tem dinheiro, não volta pra lá... não volta no Haiti... (Liliane).

Porque lá tem bastante um problema... problema de saúde... falta de saúde, falta de hospital, falta muita coisa... [...] lá, falta de trabalho. Por exemplo, a causa de bandido, falta de segurança (Jacques).

A compreensão do atual cenário de direitos no Haiti deve resgatar a história de violências coloniais e intervenções internacionais sofridas pelo país. Esse passado de sucessivas explorações ajuda a compor as condições sociais atuais no país, que se configuram como uma evidente desigualdade social. Este contexto, portanto, parece limitar, como referem os participantes, o acesso a bens e serviços públicos como saúde, saneamento básico e educação, assim como dificulta o acesso à renda familiar para boa parte da população (Gioda et al., 2020). Nesse sentido, a seguinte fala de *Michel*: “o jovem não tem nada para fazer lá”, está em concordância com a literatura científica ao apontar que 40,6% da população haitiana em idade laboral está desempregada (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2019). Contudo, é possível ainda expandir o entendimento dessa fala. Dizer que “o jovem não tem nada para fazer lá” pode também reivindicar necessidades de outras ordens para esta faixa etária da população. Ou seja, leva à reflexão de que “o jovem” não necessita apenas de um trabalho que o insira na lógica do capital e forneça condições de sobrevivência. Mais do que isso, a juventude reivindica também acesso a boas condições de vida, que extrapolam a lógica unicamente produtiva.

Além disso, destaca-se a instabilidade política que assola o país desde a luta pela independência. A esse respeito, *Reginald* demarca que, até o atual momento, o Haiti ainda sofre influência política direta de outros países, suprimindo os direitos políticos da população:

Os Estados Unidos podem chegar e definir uma eleição... aqui não, mas no Haiti define, é diferente... por menos que parece, define a eleição, entendeu... eles falam que eles definem mesmo... se não querem que uma pessoa seja presidente, não vai ser... ele definem quem vai ser presidente, ministro... é assim... mas no Brasil não... quem define isso é o próprio brasileiro.

Todos esses fatores culminam também em sentimento de “*Desesperança em relação ao Haiti*”. Alguns participantes referem a intenção de migrar mesmo antes do terremoto. Essa colocação concorda com a literatura, que aponta a migração como um aspecto do quadro cultural haitiano em decorrência das condições precárias produzidas no país a partir de uma história de colonização e opressões de países imperialistas (Baeninger & Peres, 2017; Ferraz,

2020). Após o acontecimento do terremoto, pôde-se constatar uma esperança de melhora nas condições do país, em razão do alto investimento e de auxílios financeiros de outros países. Sobre isso, *Anténor* descreve ter sentido:

Esperança de que vai haver um novo Haiti, e a gente vai ter um país desenvolvido, porque era tanta propaganda, tanto dinheiro entrando no país... nossa, era muito dinheiro, que poderia colocar o país num novo patamar, que poderia reconstruir de fato o país, de tanto dinheiro que foram injetados, e quando não aconteceu essas coisas depois de tantos anos... é muito triste.

De acordo com Lahens (2012), os auxílios financeiros enviados após o terremoto foram destinados às organizações internacionais que prestavam serviços na região, e não diretamente ao Haiti, desviando recursos que efetivamente possibilitariam a reconstrução do país. Nessa conjuntura, não apenas a reconstrução do país foi cerceada, como também houve um agravamento das condições sociais e econômicas da população em virtude do acúmulo de outros problemas, como surtos de saúde, outros desastres ambientais e instabilidade política. Assim, um sentimento de tristeza parece manifestar essa desesperança em relação ao país, como relata *Reginald*:

Hoje em dia eu preocupo minha mente com outras coisas... eu não lembro muito [do terremoto] mas quando eu lembrava do terremoto tal... sentia muito triste, muito triste... recém cheguei aqui, mas essa tristeza não bateu só pela questão do terremoto, é da terra geral né... do Haiti de uma forma global.

Após o terremoto de 2010, outros fenômenos ambientais e epidemias também abalaram as condições no país, assim como o assassinato do então presidente, Jovenel Moïse, ocorrido em julho de 2021. O atentado gerou um clima de maior instabilidade política no país, agravando ainda mais a violência urbana e acirrando a desesperança no Haiti, como é possível perceber nos seguintes relatos:

Nesse momento qualquer pessoa que acha possibilidade vem para o Brasil, República Dominicana, EUA, França... qualquer país do mundo, um haitiano acha possibilidade pra ir, foi sem problema, porque lá tem estudante que vai pra escola, ou saindo da escola, pegou tiro na cabeça... ônibus passa, tem bandido que decide deixar vários tiros no ônibus... a qualquer momento uma pessoa pode morrer... nesse momento... é bem complicado (Jacques).

Na época que eu saí, teve insegurança lá no meu país, e tá muito bagunçado lá... tipo, manifestação... é bem complicado lá, nesse momento... essa insegurança começou em

2018, e tem muita pessoa que tá deixando o país, não só por causa do terremoto, mas por causa dessa insegurança também (Samuel).

Portanto, apesar de a maioria dos participantes afirmarem que a saída do Haiti não teve relação direta com o terremoto ocorrido em 2010, é possível constatar um agravamento das condições econômicas no país após este evento, associado também a um posterior aumento da sensação de insegurança e instabilidade social. Desta forma, a catástrofe natural aumentou as dificuldades de um país de periferia global, que não detinha recursos para responder ao evento a médio e longo prazo, amplificando os problemas sociais e perpetuando a narrativa colonial (Godoy, 2011; Lucenna, 2014).

Tão logo a dificuldade que o país encontrou para reparar os danos causados pelo terremoto em 2010, tornou-se ainda mais complexa com a ocorrência de outros desastres ambientais e conflitos políticos, os quais podem vir a gerar uma “*Sensação de que os problemas nunca acabam*”. Essa percepção é expressa nas seguintes falas:

Depois do terremoto, tava com problema... agora depois do falecimento do presidente, tudo é pior. Tem lugar que a gente não consegue andar na rua... tem bastante manifestação, bastante problema... ai Jesus Cristo, só Deus pode fazer alguma coisa por esse país, só Deus... porque tá bem ruim, tá com muita problema [...] (sic) porque todo mundo pensa, quando ele deixa o lugar que ele tá aqui, vai ter outro presidente... até agora, não tem presidente no meu país... não tem... depois do falecimento do presidente, o país fica sem presidente, é muito triste (Dandara).

O país tá passando sempre por algumas situações né, preocupações e coisas aconteceram sempre no Haiti sabe, depois as manifestações, a morte de um presidente na sua própria residência, terremoto no sul do país, furacões acontecendo né... e você vê que nunca houve uma estrutura realmente para resolver essas situações (Anténor).

Como apontam Favero et al. (2014), a descrença na justiça social também pode ser vivenciada como uma consequência da exposição a desastres ambientais. Essa rede complexa de fenômenos ambientais e sociais é responsável pela intensificação do fluxo migratório de haitianos a partir de 2010. Tal sucessão de acontecimentos ruins aparece nos relatos como justificativa para o alto número de emigração no Haiti, uma vez que impossibilita, para muitas pessoas, a projeção no futuro, ou seja, a possibilidade de sonhar e viver no país. Esse sentimento também favorece a impossibilidade de retorno ao país de origem e de sonhar a voltar a viver no Haiti, pontos analisados na subcategoria 2.2 *Sofrimento relacionado à migração*, como um fator de risco para a saúde mental destes imigrantes.

5.2 Preparação da partida

Para muitos haitianos, o ato de migrar aparece como esperança de superar as condições que limitam suas vidas no país de origem. Atravessar uma fronteira pode significar a esperança de encontrar no novo lugar possibilidades de viver suas vidas com mais qualidade, fazendo escolhas como sujeitos ativos em suas histórias. Como já demonstrado, no caso dos haitianos, a migração é provocada por uma rede complexa de fenômenos sociopolíticos, econômicos e ambientais que impossibilitam dar continuidade aos projetos de vida (Rosa et al., 2009). Entretanto, decidir cruzar uma fronteira nacional afim de buscar reconstruir a vida em outro país, constitui um momento de importantes implicações na vida de qualquer pessoa. Deixar o país de origem pode significar o afastamento de um ambiente geográfico e também simbólico, que constitui os sujeitos em termos psíquicos e culturais, além de requerer uma abertura ao desconhecido (Betts, 2013; Martins-Borges, 2013). Sendo assim, nesta subcategoria são analisadas as seguintes unidades temáticas que perpassam o momento de preparação da partida: *1.2.1 Escolha do país de destino; e 1.2.2 Momento de despedidas.*

A maioria dos participantes desta pesquisa escolheu partir, porém encontraram limitações na possibilidade de escolher o destino, já que os países historicamente posicionados como destino nas rotas migratórias haitianas restringiram a entrada destes imigrantes no período posterior ao terremoto de 2010, acirrando o fenômeno das migrações Sul-Sul (Phelps, 2014). Nessa conjuntura, na maioria das vezes o Brasil se tornou um destino sem que tenham tido contato prévio com a cultura brasileira, além da presença do exército brasileiro em operações militares (Baeninger & Peres, 2017). Alguns participantes descrevem esse desconhecimento em relação ao Brasil:

Nunca tinha pensado que ia vir para o Brasil... se eu tivesse escolher seria a última opção... entre França, EUA e Canadá, Brasil seria a última opção... não é porque esses países são economicamente desenvolvidos e Brasil é um país em desenvolvimento... é porque é mais comum ter a migração haitiana para Canadá, EUA e França, então isso torna cultural (Reginald).

Bastante haitiano, a maioria da população conhece o Brasil no futebol,. mais que 70% é apoiador de Brasil quando tem Copa América, Copa do Mundo, mas como um lugar para morar, só depois de 2010 (Jacques).

O Brasil se tornou um destino para haitianos no período posterior ao terremoto de 2010, porque já havia estabelecido relações militares com a Haiti a partir do protagonismo na operação MINUSTAH. A influência dessa operação no fluxo migratório se deve por tornar o

Brasil conhecido no Haiti, bem como por facilitar os processos de regularização documental destes imigrantes (Demétrio et al., 2023). Além disso, outros fatores se agregam à inclusão do Brasil na rota migratória haitiana, como restrições de entrada em países como Estados Unidos e França, e acordos universitários como o previamente citado Programa Emergencial PRÓ-HAITI em Educação Superior.

O fechamento das fronteiras em países hegemônicos reforça a narrativa colonial, haja vista que a França e os Estados Unidos são os principais países que instituíram bloqueios econômicos ao Haiti, como um “pagamento” pela libertação conquistada pelo povo haitiano (Gioda et al., 2020). Assim, a inserção do Brasil na rota de destino deflagra um movimento geopolítico transnacional que tem acentuado o fluxo migratório entre países periféricos, tendo como consequência o despreparo no acolhimento a esses imigrantes (Baeninger & Peres, 2017). Essa condição migratória, portanto, impõe aos haitianos a necessidade de recomeçar a vida em um país onde não se imaginavam, desconhecido em termos históricos, culturais e linguísticos (Martins-Borges, 2013). Além disso, havia um desconhecimento da língua falada no Brasil, o português, que acarretou importantes implicações no processo de inclusão no país de destino, tais pontos encontram-se analisados na última categoria de análise: *3. Fatores socioculturais que influenciam a reparação psíquica*. Sobre isso, alguns participantes sinalizam o desconhecimento em relação à cultura do Brasil:

Daí quando apareceu o Brasil eu pensei ‘vou escolher o Brasil’, sem saber nada do Brasil em termos de economia, cultura, línguas, nem sabia que falava português no Brasil, não sabia nada do Brasil (Anténor).

Quando cheguei no Brasil, eu sabia só falar 'sim', 'não', só isso [...] e as vezes eu tinha medo de ficar perto dos brasileiros, porque se essa pessoa faz uma pergunta, o que eu vou responder? Então eu tinha medo... (Bernard)

Em relação ao *Momento de despedidas*, a maioria dos participantes relata ter se despedido de familiares e amigos, e descrevem esse momento como desafiador e regado de emoções:

Acho que foi diferente do que se despedir por... um tempo limitado... tipo, despedir das pessoas sem saber a data que você vai voltar ao país, é bem diferente (Samuel).

Quando eu sentei na mesa pra comer e fiquei olhando toda minha família comendo juntos, eu comecei a chorar, não consegui comer, não consegui fazer nada... e foi muito tempo chorando, no carro, cheguei no aeroporto chorei, parece que eu queria abandonar o voo porque era a primeira vez que ia deixar meu país, minha família, primeira vez que ia passar 18 meses fora, que é muito tempo (Anténor).

A tristeza que emerge no momento de despedida também foi apontada por Barros e Martins-Borges (2018), que sinalizam que os haitianos estariam deixando um lugar, na família e na comunidade, do qual se sentem pertencentes, de modo que a possibilidade de pertencimento é fator fundamental na construção da identidade haitiana. Nesse sentido, o momento de despedida é relatado pelos participantes com intensas emoções.

Para além das mobilizações emocionais nas despedidas, um agravamento consiste no fato de que, na maioria dos casos, havia uma perspectiva de reencontro, seja através do retorno ao Haiti, para visitar ou morar, como também através da vinda de familiares ao Brasil. Porém, este reencontro tem sido dificultado em decorrência do alto preço de passagens, do agravamento das condições financeiras no Brasil e das muitas limitações ao acesso ao visto. Em termos psíquicos, a impossibilidade de retornar ao país de origem, seja para visitar ou voltar a morar lá, bem como impossibilidade de reunificação familiar, são fatores que podem caracterizar a migração como involuntária, além de agravar a saúde mental de imigrantes no país de acolhimento (Martins-Borges, 2013). As implicações psíquicas e sociais decorrentes da impossibilidade de retorno encontram-se analisadas mais detalhadamente na subcategoria 2.3 *Sofrimento relacionado à migração*.

5.3 Implicações no deslocamento

Neste tópico são analisadas questões relacionadas ao percurso migratório, bem como à chegada ao local de destino a partir dos seguintes elementos de análise: *1.3.1 Dificuldades encontradas no caminho; 1.3.2 O encontro com o local de destino*. A maioria dos participantes não relatou problemas enfrentados no caminho, além do cansaço decorrente de muitas horas nos aeroportos e aviões. Contudo, *Zuri* trouxe uma situação de golpe que sofreu por agências que prometem auxílios a imigrantes: “*Eu paga como 10 mil pesos para retornar em República Dominicana, numa agência... ele pegou meu dinheiro, eu não viaja, eu fica em fronteira de República Dominicana, ele vai*”.

Apesar de a maioria dos participantes desta pesquisa não ter enfrentado maiores dificuldades no trajeto, sabe-se que situações como a relatada pela participante não são raras na realidade de imigrantes. A condição migratória pode gerar vulnerabilidade e expor os sujeitos a abusos, violações de direitos e riscos à saúde também no decorrer do percurso (Rosa et al, 2009). Ocasões como essa também foram testemunhadas por *Reginald*, em um trabalho voluntário oferecido a haitianos que chegaram ao Brasil pela via terrestre:

E nesse meio caminho, tinha uns caras golpistas né, que fizeram eles pagar caro pra chegar na fronteira com Acre. Alguns chegaram a pagar mais de 3 mil dólares, então foi nessa condição que chegaram. Quando chegaram, tinha um grupo aqui, e eu fui lá, estava no mestrado ainda, e fui fazer um trabalho voluntário com esse grupo, de tradução né... então contaram pra mim o que passaram, dormindo no chão lá, era uma condição muito desumana né, nem perto do que a gente, que é um grupo que é minoria, passa aqui.

Assim, observa-se uma vulnerabilidade provocada pela condição migratória. A alta demanda na emissão de vistos na embaixada brasileira, além de elevar os custos e tempo de espera, propicia que oportunistas se aproveitem da vulnerabilidade produzida nestes contextos, aplicando golpe, roubos e até mesmo violações (Silva, 2017).

Em relação ao *Encontro com o local de destino*, é possível constatar algumas diferenças de classe social que influenciam nesse momento de chegada. Um possível marcador de classe constitui o recebimento de bolsas de estudos, uma vez que os participantes bolsistas receberam maior amparo nesse momento. Além do apoio financeiro, relatam que havia pessoas os esperando para dar orientações no momento da chegada:

Quando a gente chegou tinha um professor da universidade esperando a gente no aeroporto. Ele alugou uma casa pra gente né. Então a gente se instalou bem. Mas é o caso de poucos né, você sabe que a maioria chega aqui numa situação bem diferente. (Reginald).

Inicialmente foi um bom processo porque a gente não falava português, mas só que o programa levou tudo isso em consideração. Em cada aeroporto que chagamos sempre houve um representante, alguém nos acolheu em todos os lugares, a gente não falava português, como vai se virar nos aeroportos? Ai sempre tinha alguém (Anténor).

Outros participantes relataram que tiveram ajuda de familiares ou amigos ao chegarem no local de destino, como pode ser observado nas seguintes falas:

Quando cheguei aqui, eu passei 2 semanas... teve um amigo que me ajuda por 2 semanas (Dandara).

Instituição não... tinha uma senhora... a gente tinha um amigo que ia buscar lá na rodoviária e leva na casa azul, e essa senhora nos ajudou (Liliane).

Como observado na fala dos participantes, o apoio do grupo nas comunidades migrantes, constituído por laços sanguíneos e também de solidariedade entre conterrâneos, se mostra de crucial importância nesse momento de chegada ao destino (Silva, 2017). No mais, a literatura científica é vasta de referência ao senso coletivista e tendência ao agrupamento como

características elementares na cultura haitiana (Barros & Martins-Borges, 2018; Nüske & Macedo, 2019).

Essa solidariedade entre familiares e amigos parece ser o que auxilia o recomeço da vida, ao mesmo tempo em que levanta o questionamento sobre o papel da sociedade acolhedora nesta etapa do processo migratório. Dentre os participantes que não vieram subsidiados por bolsas de estudo e, portanto, contavam com condições financeiras menos favorecidas em relação aos bolsistas, nenhum referiu apoio institucional ao chegarem ao local de destino. Contaram apenas com familiares e amigos para dar início aos primeiros passos para se instituírem no novo lugar, como a procura por moradia e inserção no mercado de trabalho, por exemplo.

Este fato denuncia, novamente, a precariedade das redes oficiais de acolhida no Brasil, as quais são ofertadas, majoritariamente, em momentos emergenciais frente à eclosão de crises migratórias, e não como políticas públicas consolidadas de acolhimento a esta população (Silva, 2017; Véran et al., 2014). Neste viés, políticas migratórias devem ir além da permissão para entrada no país, mas incluir também ações e políticas públicas que atendam às necessidades de inclusão e permanência dos imigrantes no país de acolhida (Prado & Araújo, 2019).

Esta categoria de análise adotou como objetivo caracterizar a experiência migratória dos participantes da pesquisa, analisando fatores que motivaram a partida do Haiti, bem como as preparações pré-migratórias e implicações do percurso até o momento de chegada ao Brasil. Na próxima seção é discutido o sofrimento psíquico ocasionado pelo contexto do terremoto e posterior migração dos participantes desta pesquisa.

CATEGORIA 2: SOFRIMENTO PSÍQUICO RELACIONADO AO TERREMOTO E À MIGRAÇÃO

Esta categoria se dedica a analisar os impactos psíquicos que podem ser desencadeados após vivenciar a exposição ao terremoto e à posterior migração. As subcategorias analisadas neste tópico são: *2.1 Primeiros efeitos em relação ao terremoto; 2.2 Efeitos do Traumático; Sofrimento psíquico relacionado à migração.*

5.4 Primeiros efeitos em relação ao terremoto

Escutar sobre o terremoto significa ocupar a função de testemunho, isto é, ofertar uma possibilidade de trazer à tona memórias, ainda que dolorosas, como forma de não invisibilizar

o sofrimento. Testemunhar um sofrimento é, nesse sentido, possibilitar o seu compartilhamento e legitimação no laço social, resgatando os sujeitos da solidão da experiência vivida e resistindo ao apagamento de suas histórias (Indursky & Conte, 2017). Assim como escutar, escrever sobre acontecimentos potencialmente traumáticos, como o terremoto ocorrido no Haiti em 2010, é de suma importância para que o sofrimento destes sujeitos seja reconhecido e não corra o risco de ser lançado à perversa lógica de apagamento histórico. Todavia, esse ato de reconhecimento também coloca para a pesquisadora o desafio de, como sugere Lahens (2012), escrever sem estetizar a desgraça, sem cair na “tentação do catastrofismo” (p. 12). Esse cuidado, portanto, também norteia a análise desta categoria. Neste viés, os primeiros efeitos relatados após a ocorrência do terremoto encontram-se analisados nas seguintes unidades temáticas: 2.2.1 *Choque*; 2.2.2 *Confusão*; 2.2.3 *Medo*; 2.2.4 *Perdas diversas*; e 2.2.5 *Falta de moradia*.

A dimensão desastrosa do terremoto se ampara, também, na sua imprevisibilidade, pois foi um fenômeno que aconteceu de maneira súbita, minando qualquer possibilidade de preparação por parte da comunidade atingida. Neste ponto, destaca-se a reação de *Choque* expressa na seguinte fala:

Ah, mas pra muito gente... pra quem nunca viveu um terremoto, nunca viveu uma guerra, pode ser que a pandemia dá mais choque né... mas no meu caso, não aconteceu... e eu percebi que foi o terremoto do Haiti que me preparou psicologicamente... porque ali, foi um choque pesado pra mim... foi a coisa mais pesada que eu já vivi (Reginald).

O participante *Reginald* compara a vivência do terremoto à uma situação de guerra, alegando que foi a coisa mais pesada que já viveu. Em psicanálise, Freud (1920), horrorizado com os efeitos da guerra, define o traumático como consequência de um excesso de estímulos que invade o psiquismo e não mais encontra meios de simbolização, produzindo efeitos psíquicos em outros tempos, isto é, no *a posteriori* da experiência. Em outras palavras, o trauma é resultado de um acontecimento abrupto, que invade o psiquismo de maneira excessiva, de modo que o sujeito, posto em condição de desamparo, não encontra recursos internos e externos para responder ao evento (Kehl, 2015). Nesta configuração, o terremoto foi um acontecimento inesperado que irrompeu na vida dessas pessoas, sem que pudessem estar minimamente preparadas para lidar com essa ocorrência. O início abrupto deste fenômeno, que leva ao estado de choque, pode então se apresentar como uma expressão do potencial traumático do evento. De acordo com Dal Molin (2016), o peso de uma experiência traumática pode ser aferido pelo susto, ou seja, pelo choque que ela evoca. Além disso, o estado de choque pode dificultar a

recordação do momento, o que justifica o fato de que nos relatos, diante das perguntas sobre o dia do terremoto, as respostas eram mais curtas.

Ligado ao estado de choque – inclusive como uma consequência direta dele –, os sujeitos relataram uma certa Confusão perante o acontecimento, que foi expressa, sobretudo, como uma dificuldade de nomear o evento, bem como reagir a ele:

Estou na rua com uma amiga, e quando passa eu não sabe nada que passa, não sabe nada, porque é primeira vez... y después... como você fala 'terremoto'... eu não sabia nada (Zuri).

Naquele momento, eu não tava sabendo o que tava acontecendo lá... só que tava mexendo a casa inteira, daí... [silêncio] eu não entendia nada mesmo... e também as coisas se passaram muito rápido... aí só depois eu fiquei sabendo que passou um terremoto, e morreram muita gente (Samuel).

Somada à confusão evocada perante o acontecimento, foi perceptível, no relato *a posteriori* dos participantes da pesquisa, uma confusão ao narrar sobre o terremoto. Nesse momento da entrevista, na maioria das vezes, as falas estavam mais pontuais, com economia de detalhes e, por vezes, pareciam não fazer sentido, gerando também uma confusão na pesquisadora ao testemunhar sobre este dia que marcou a vida da população haitiana. É possível elencar duas hipóteses para justificar este sentimento de confusão. A primeira é apontada por Kehl (2015), ao discorrer que em situações extremas, é comum que a necessidade de reagir conscientemente ao evento, de maneira extremamente rápida, pode dificultar a concretização da memória sobre o acontecimento. A segunda hipótese busca aporte nos estudos sobre o traumático em psicanálise, na qual se constata que, além da necessidade de narrar o acontecido, os sujeitos vivenciam também, de maneira ambivalente, o desejo consciente de esquecer o evento, como se fosse possível apagá-lo da memória. Ou seja, por um lado há um desejo de narrar o vivido na esperança de que não fique sucumbido como um delírio sufocante. Por outro lado, há o desejo de esquecer, na expectativa de que o silêncio possa mascarar o ocorrido (Freud, 1920; Indursky & Piccinini, 2015).

Outro efeito psíquico expresso pelos participantes consiste no *Medo*. Foram trazidos nas falas medos diversos, como medo de morrer, de perder pessoas, perder partes do corpo, tal como exposto nas seguintes falas:

Eu ve mucha gente se murió... e assim, eu tem medo pra sair na rua (Zuri).

A gente começou a entrar nas casas, mas mesmo entrando nas casas a gente vivia com medo, às vezes você tá dormindo e acorda com o susto de que tá tendo um terremoto, e

não tá tendo terremoto, mas é as coisas que ficam gravadas na sua memória né (Anténor).

Outra coisa que eu estava com muito medo... quando você chega na República Dominicana, a primeira coisa que o médico fez é cortar... Cortar o lugar que estava quebrado... tem bastante pessoa que fica sem braço, sem pé... porque depois do terremoto, tá quebrada, e você passa muito tempo sem remédio... o lugar tava infectado... a primeira coisa que ele faz é cortar... eu tava muito medo pra não perder meu pé... (Dandara).

Em psicanálise, o termo medo não é muito explorado porque, em geral, associa-se ao conceito de angústia, afeto amplamente referido na literatura psicanalítica. Atentando-se às nuances de traduções dos textos freudianos, Jorge et al. (2020) referem que, em alemão, o termo *Angust* pode ser usado para designar tanto o medo quanto a angústia. O sentimento de medo pode ser definido como um afeto que surge perante um perigo conhecido e definido. Neste caso, conhecendo o objeto causa do medo, é possível ao sujeito evitar o contato com o objeto, na tentativa de prevenir-se deste afeto. Por sua vez, a angústia seria uma sensação afetiva de apreensão, mas sem a definição de um objeto, ou seja, um afeto livre, sem representação. Angústia é fruto do desamparo, inerente à condição humana, significa temer algo, sem nomear o que especificamente lhe causa este afeto, o que reduz também a possibilidade de evitar o contato com o objeto temido (Jorge et al. 2020). Na psicopatologia contemporânea, esse afeto é denominado ansiedade. Trata-se de um quadro clínico no qual o sujeito vivencia medo e apreensão em relação ao futuro, associado a sintomas físicos como tensão corporal (Barlow & Durand, 2011). No caso dos afetados pelo terremoto, o medo parece estar relacionado à possibilidade de novamente vivenciar o tremor. Contudo, o abalo sísmico, um fenômeno abrupto e inesperado, não pode ser evitado, o que também aproxima o afeto descrito pelos participantes do sentimento de angústia e do quadro clínico de ansiedade.

Em sua fala, *Bernard* revela como o medo gerado pós-terremoto ainda acompanha a vida de muitos haitianos, mesmo estando no Brasil, um país onde não há risco de terremoto de grandes magnitudes: “*É o medo de morar em prédio. A gente tem esse medo, porque a gente pensa naquela cena... Tipo, se isso acontece de novo, e nós dentro de um prédio... por isso que a maioria dos haitianos não gosta de morar em prédio e tudo mais*”. A persistência do medo, revela como o terremoto foi um acontecimento que marcou a vida afetiva dos haitianos, gerando marcas que perpetuam sentimentos negativos. Ou seja, apesar de o medo ter uma função protetiva por ser uma reação afetiva perante um perigo, este afeto pode se prolongar na vida psíquica, mesmo em condições que não ofereçam riscos explícitos, tornando-se fonte de

sofrimento psíquico. Nesta via, o medo, quando perpetuado, pode ter como efeito negativo a destruição da confiança. Conforme Ferenczi (1934/1992), o choque de uma situação excessiva, como a vivência de um terremoto catastrófico, pode ter como efeito nefasto a destruição da confiança em si e no mundo, que pode estar relacionada a sintomas ansiosos.

O próximo elemento de análise dos efeitos primários do terremoto intitula-se *Perdas diversas*. Um contexto de desastre promove inumeráveis danos, tanto materiais como simbólicos. Na ocorrência do terremoto em 2010, a população haitiana teve que lidar com muitas perdas em um curtíssimo espaço de tempo. Seja a perda do local de moradia, de bens materiais, de pessoas conhecidas e queridas, de documentos pessoais, ou mesmo do meio de trabalho e modo de vida anterior ao evento. Mais que diversas, perdas abruptas e intensas. Relatos sobre a vivência de diversas perdas são expostos a seguir:

Algumas pessoas perderam suas casas, um povo pobre né, e daí as pessoas começaram a conviver de uma forma precária no país (Anténor).

Antes a minha mãe, o negócio dela, igual do mercado público, ela vende tudo, agora tudo tá fechado, depois do terremoto, tudo tava quebrado. Minha mãe perde todo negócio dela... desde dia do terremoto fica pior, ela não consegue trabalhar, não fazer nada (Dandara).

Com essas palavras, os participantes relatam o excesso de perdas vividas e também testemunhadas na ocasião do terremoto. O caráter traumático de uma situação não se resume apenas por vivenciá-la na pele, uma vez que ser espectador dela também produz efeitos traumatizantes (Rudge, 2009). Assim, o excesso de perdas e contato com a morte dificulta as possibilidades de simbolizar a experiência, pois traduzem seu caráter traumático (Kehl, 2015) e inserem, na realidade psíquica, a necessidade de elaborar diversos lutos.

O luto diz respeito ao trabalho psíquico de elaboração diante de perdas materiais ou simbólicas. Conforme Freud (1917/2010), o trabalho de luto é uma reação à perda de pessoas ou abstrações, como uma ideia de pátria, por exemplo. Trata-se de um trabalho, pois demanda que o sujeito se ligue afetivamente ao que foi perdido, agarrando-se às lembranças sobre o objeto perdido, o que pode evocar muita tristeza. Todavia, o trabalho de luto permite que o sujeito vá, no ritmo do seu tempo subjetivo, retomando a vida e desapegando das lembranças dolorosas. Assim, a elaboração do luto implica permitir-se vincular a outras pessoas e abstrações importantes em sua vida, convivendo com a saudade daquilo que foi perdido e não se deixando paralisar pela dor da perda. Não significa esquecer o que foi perdido, mas alcançar um estado em que ao invés da dor da perda, tome lugar uma saudade que permita a continuidade da vida.

Por fim, outra consequência imediata da exposição ao terremoto foi a *Falta de moradia*. Um dos participantes relata ter visto sua *kitnet* cair segundos após sair de suas dependências:

E quando passou o terremoto, eu fiquei em pé e saí correndo... nem pensei nem 2 segundos, nem deu isso... estava no quarto da kitnet... só que quando fiquei em pé, o quarto estava caindo já... em menos de um segundo estava saindo, eu só olhei pra trás e vi o quarto afundando... porque meu kitnet estava em cima, oitavo andar... eu saí, consegui sair (Reginald).

Mesmo quem não teve a casa destruída, relata a condição de ficar sem moradia por dias ou meses, bem como o ato de ir dormir nas rodovias ou praças públicas, qualquer lugar que fosse distante de construções, haja vista o *medo* de que a terra voltasse a tremer. Este contexto é expresso na seguinte fala:

Porque a gente tinha medo de ficar perto das casas... a gente fechava um lado da rua, deixava a outra pista aberta, e do lado que a gente fechava, a maioria das pessoas que moravam num bairro, colocava os seus colchão na rua, pra poder dormir... a gente orava pra que não caia chuva, porque a gente tinha medo... imagina numa situação dessa, chover... então, seria muito complicado... (Bernard)

Nessas condições de desamparo, o fato de ser mulher representava ainda outros riscos, como o de ser violada:

E nadie não pode dormir... não pode dormir... porque tudo tá olhando... quando vai entrar violador, e é muito problema...(Zuri)

Era uma situação muito difícil né... a privacidade das mulheres nesses espaços... então são situações precárias que as pessoas estavam vivendo e algumas pessoas passaram em torno de 2 anos nessa situação, embaixo de tendas, porque a resposta do governo não foi rápido... estavam tendo casos de estupros também porque eram pessoas no espaço aberto, essas coisas né... então essas situações me marcaram né, e é uma tristeza profunda (Anténor).

Conforme Velázquez-Gutiérrez (2018), os fenômenos naturais apresentam dimensão catastrófica, a depender das condições materiais e simbólicas da comunidade afetada. Nesse sentido, os desastres também visibilizam as desigualdades sociais preexistentes naquela comunidade. Ou seja, o impacto na vida da pessoa tende a ser maior quanto menos condições materiais tiver para ressarcir os danos causados. Além disso, nota-se também que uma situação de desastre pode produzir uma vulnerabilidade interseccionada, na qual a mulher, mesmo desamparada e acometida de múltiplas dores e sofrimentos, ainda é vista como objeto sexual na lógica perversa do patriarcado.

Assim como a falta de moradia, os participantes da pesquisa relataram também muitas outras faltas materiais, ou *falhas*, como propõe Lahens (2012). Independente do acontecimento de um desastre ambiental, a população haitiana está em uma condição histórica de subalternidade na geopolítica capitalista, na qual se apresenta enquanto um país de periferia global, explorado e conseqüentemente excluído pelas nações hegemônicas sob a absurda alegação de pagamento de suposta dívida por terem conquistado a libertação. Nesse contexto, o sofrimento gerado pelo desastre ambiental não está apenas ligado ao fenômeno natural, mas é também produto de um processo histórico de miséria material e inúmeras violações múltiplas da dignidade humana, as quais minaram os recursos para reagir aos danos provocados pelo terremoto. As ajudas internacionais foram oferecidas às ONGs que atuavam na região, e não ao povo haitiano, explicitando ainda mais que este sofrimento é também ético-político (Sawaia, 2014), por ser originado em um emaranhado de exclusão econômica e injustiças sociais.

Este sofrimento é, portanto, provocado por um contexto social, mas vivenciado de maneira singular por cada sujeito. A dor evocada no momento do acontecimento pode se perpetuar caso não encontre possibilidades de reparação, gerando um efeito traumático na vida das pessoas. As possibilidades de reparação psíquica se articulam em dimensões subjetivas e coletivas, pois sugerem a necessidade de testemunhar o que foi vivido, isto é, compartilhar esta dor no campo coletivo, tornando possível obter o reconhecimento de seu sofrimento. Assim, o reconhecimento dos danos sofridos é fundamental para que sujeitos acometidos por eventos traumáticos possam integrar o acontecimento na sua história, de modo a não ficar sucumbido à repetição mortífera provocada pelo não dito e não reconhecido (Indursky & Conte, 2017). A possibilidade de reparação psíquica através do testemunho é também assinalada por Ferenczi (1933/1992) ao alegar que o traumático só é produzido em condições nas quais o sofrimento não é reconhecido, situações nas quais o autor nomeia de *desmentido*. Nesta linha, o traumático é instaurado no psiquismo quando um sofrimento é desacreditado ou invalidado na esfera pública. Assim, as conseqüências psíquicas produzidas pela condição de não reconhecimento do sofrimento, serão exploradas na subcategoria seguinte, como possíveis marcas do traumático na vida desses sujeitos.

5.5 Efeitos do traumático

Em *O mal-estar na civilização*, Freud (1930/2010) anunciava que o sofrimento humano é originado em três fontes: o próprio corpo, passível ao adoecimento e destinado a declinar com o passar do tempo; o mundo externo, que por vezes revela nossa insignificância e

vulnerabilidade frente a forças destruidoras; e as complexidades que constituem as relações humanas. Nesse sentido, vivenciar um desastre se configura como a segunda fonte de sofrimento humano elencada por Freud, pois são situações que revelam a fragilidade humana frente às incontroláveis forças da natureza, e remetem os humanos à condição de desamparo. Em condições de ausência de recursos externos que amenizam a sensação de desamparo, como foi o caso do Haiti, esta sensação pode se prolongar, produzindo efeitos na vida psíquica.

Os desastres ambientais são referidos na literatura como fenômenos que podem se desencadear como fatores traumáticos na vida dos sujeitos (Weintraub et al., 2015). A partir disso, nesta subcategoria são analisados efeitos do traumático, elencados nas seguintes unidades temáticas: 2.2.1 *Dificuldade em encontrar palavras*; 2.2.2 *Dores no corpo*; 2.2.3 *Reminiscências* e 2.2.4 *Mudanças em si após evento catastrófico*.

O roteiro de entrevistas, um dos instrumentos utilizados para coletar dados, foi dividido em três etapas, as quais podem ser compreendidas como três tempos da vida destes sujeitos: a vida que levavam no Haiti e decisão de migrar; o dia do terremoto e as consequências deste evento em suas vidas; e, por fim, as condições de vida no Brasil. Neste segundo momento da entrevista, com perguntas disparadoras sobre o terremoto, foi perceptível uma maior *dificuldade em encontrar palavras*. Neste momento, constatou-se maiores impasses em compreender as perguntas, e as respostas se apresentavam mais pontuais, sem muitos detalhes, com maiores tempos de silêncio entre as palavras. Como ilustração deste dado, tem-se as respostas diante da pergunta “*Como é pra você falar sobre o terremoto?*”:

É muito complicado... porque não gosto... pra gente... sentir o momento... é muito, muito grave [silêncio] o momento que o terremoto passa lá no Haiti... tem sinal... toda... tem deplacimento... fazer dentro do barriga... muito grave... (Michel).

É difícil falar sobre o terremoto no Haiti... talvez seja alguma coisa... o choque ainda tá aí né... (Reginald)

Como anteriormente referido, narrar um acontecimento trágico, da ordem do traumático, pode suscitar sentimentos ambivalentes: por um lado o desejo de compartilhar o vivido através da narrativa, numa busca de reconhecimento que assegure o fato de sua dor não sucumbir à vivência privada e sem importância; por outro lado, há também o desejo de esquecer, na ilusória tentativa de negar que coisa tão terrível tenha lhe acontecido (Indursky & Piccinini, 2015). Ademais, a perda de memória e declínio simbólico também se apresentam como consequências do traumático (Ferenczi, 1933/1992).

Também foi perceptível que neste momento parecia haver uma maior dificuldade em se expressar em português⁸. Em alguns casos, era como se os participantes não entendessem as perguntas ou não encontrassem palavras que pudessem expressar suas dores decorrentes dessa vivência. Este fato denota, pois, a dificuldade em dizer o *indizível*, o traumático, principalmente em uma língua que não seja a materna. A língua materna contém os códigos culturais que propiciaram a constituição do sujeito. Sendo assim, oferecem também maiores recursos para simbolizar as experiências, incluindo experiências traumáticas. Este fato também revela a importância de que processos terapêuticos com imigrantes sejam ofertados, sempre que possível, na língua materna dos mesmos, seja com terapeutas que compartilham o conhecimento sobre esta língua ou, ao menos, com a presença de mediadores culturais (Weissmann, 2017).

Por fim, ter condições de colocar em palavras o horror de um acontecimento catastrófico requer tempo. Tempo de elaboração, singular para cada um. No caso de alguns participantes, ainda parece ser necessário mais tempo para encontrar palavras que consigam narrar o *indizível*. Mas essa não é uma tarefa somente singular. Elaborar um evento traumático requer também encontrar no laço social uma gramática de reconhecimento que auxilie a compor a narrativa dessas histórias.

Outro efeito produzido na vida de alguns participantes após a vivência traumática do terremoto são as *Dores no corpo*. A literatura científica revela que ser afetado por um desastre ambiental, de maneira direta ou indireta, aumenta o risco de adoecimento psicossomático, mesmo meses ou anos após o evento (Organizacion Panamericana de Salud, 2006; Rafaloski et al., 2020; Shoaf, 2014;). A seguir, algumas falas que expressam queixas somáticas dos participantes:

Tem frio... muito frio... o momento eu sentia... barriga, tenho dor barriga depois do terremoto. (Michel).

Sinto uma, uma cosa em mi estômago, como tá subindo... como tá pulando... e quando levanta uma cosa, dói aqui [aponta para área do estômago]... e sinto cabeça também como cabeça tá grande também... “Quando você sente isso?” (pesquisadora) Quando saio na rua... Aqui [em casa] no siento nada en mi cuerpo... (Zuri)

Aqui, são importantes alguns adendos. A participante *Zuri* relatou que estava andando na rua quando o terremoto passou. Esta participante também referiu que, após o terremoto, quando a população estava dormindo em tendas montadas nas ruas e rodovias, ela tinha

⁸ A língua materna dos participantes é o crioulo haitiano e muitos dominam igualmente o francês (segunda língua). No entanto, as entrevistas foram realizadas em português, língua compartilhada entre a pesquisadora e os entrevistados durante o campo de pesquisa.

dificuldade para dormir por medo de ser roubada ou violada. Além disso, ela também contou que sofreu uma tentativa de abuso por parte de um agente na República Dominicana. É possível que ela tenha associado a ideia de que, estando na rua, seu corpo está em perigo. Não à toa sente dores quando está na rua, dores que anunciam o sofrimento psíquico de sentir-se em risco, seja pela ocorrência de um fenômeno natural, seja pela violência de gênero.

De acordo com a literatura psicanalítica, o adoecimento somático também pode estar representando o caráter excessivo da experiência, denotando seu potencial traumático (Silveira & Barros, 2018). Dessa forma, compreende-se que o excesso da experiência ultrapassa a capacidade psíquica de simbolização, e pode encontrar um escoamento no corpo, em forma de dores físicas e adoecimento somático. As somatizações, em geral, podem ser compreendidas como efeitos do traumático na vida dos sujeitos.

Também apareceram nos relatos as *Reminiscências*, ou seja, sensação de estar novamente vivenciando a experiência traumática, como uma constante repetição da tragédia. Os seguintes relatos exemplificam isso:

Mesmo quando eu tô num país que não há terremoto, quando eu tô num lugar em cima, que tem uma coisa tremendo, já fiquei preocupado... às vezes tô na sala e um caminhão passando, você fica... mesmo que tá no Brasil, as lembranças né, desse terremoto, porque o terremoto aconteceu e você tem replicas (Anténor).

Então quando chego aqui no Brasil, cada vez que ouve um barulho... no lugar que eu tava trabalhando, no hotel, teve... bastante andar... então, pra subir... é bem complicado... (Dandara).

O trauma aqui é tomado como a insistência do passado em se fazer presente na vida psíquica. As reações vividas no momento da experiência traumática podem se cristalizar, perpetuando-se no tempo presente. Isso justifica que o *medo* vivido no contexto traumático permaneça presente mesmo em ambientes seguros, impactando na confiança e sentimento de segurança das pessoas afetadas (Ferenczi, 1934/1992).

As reminiscências aparecem como características da compulsão à repetição, descrita por Freud (1920) como um efeito psíquico das experiências traumáticas. O retorno à cena traumática, através de memórias invasivas, sonhos ou repetição como sensação corpórea (Barros, 2016), pode ser uma tentativa de elaboração do evento, apesar de fracassar porque incide como uma repetição compulsiva operada pela pulsão de morte (Kehl, 2015). Assim, a repetição vem anunciar que o evento traumático ainda está pulsando na realidade psíquica, implorando por elaboração. Conforme Freud (1914), para elaborar uma experiência traumática, é necessário recordar o que lhe aconteceu, e associar palavras que atribuam significado ao

acontecido, ainda que recordar seja um processo doloroso. A elaboração sugere, pois, recordar o evento e atribuir significado a ele, integrando-o como uma parte de sua história e deixando para trás essa insistência de retorno que também impossibilita a abertura para o novo.

Por fim, pode-se destacar também como efeito do traumático, as *Mudanças em si após evento catastrófico*. Eis alguns trechos de participantes que relataram mudanças em si após o terremoto:

Muda a vida, porque você deixa a sua família, sua casa, e vai em outro lugar que você nunca viu. Depois do terremoto, você tem mais... como... coragem... pra conseguir alguma coisa pra não faltar nada. E se tiver um bom amigo você quer ajudar também. (Liliane).

Neste trecho, destaca-se um aumento da “coragem” e “desejo de ajudar”, ou seja, uma expansão da solidariedade, referida pela participante após a vivência do terremoto. Outro participante revela uma tentativa de preparação psíquica para notícias ruins:

É que depois do terremoto, tem umas coisas que eu passei a dar mais importância, que são as pessoas... não é que eu não dava importância antes, eu passei a dar mais importância ainda. Pra mim a questão de bem material, depois do terremoto, tô nem aí pra essas coisas mais... eu falei 'gente, a vida é uma só' [...] e também percebi que desde o terremoto [pausa] eu me assusto menos com as notícias ruins, e isso tá me fazendo mais bem que mal... e me parece que eu sempre espero que uma notícia ruim vai chegar, a qualquer momento... por isso eu preparo minha cabeça pra isso (Reginald).

Como revela Dal Molin (2016), este estado de preparação após uma situação traumática pode estar relacionado ao sentimento de angústia, que aparece como uma expectativa de proteger o psiquismo contra o desamparo ocasionado pela experiência traumática. Portanto, a súbita ruptura que o traumático provoca na vida das pessoas pode acarretar um processo de reconstrução da identidade narcísica, ou seja, no entendimento de si. Neste viés, vivenciar um desastre ambiental pode também significar a necessidade de reinventar a própria vida (Noal, 2014). Em termos psíquicos, a perda de um contexto de vida conhecido e familiar pode trazer como consequência impactos narcísicos, isto é, alterações na concepção de mundo e de si (Dal Molin, 2016). É perceptível, frente a isso, que o traumático opera uma ruptura na vida psíquica, ocasionando a esta primeira que seja dividida entre um “antes” e um “depois” da experiência.

Nem todas as pessoas que vivenciam um desastre adoecem. Assim, traumático não é o acontecimento em si, mas as condições, internas e externas, que o sujeito encontra de processar o que lhe aconteceu (Rudge, 2009). Muitas vezes, portanto, o adoecimento ou sofrimento psíquico prolongado aparece quando não se encontra meios para dar sentido ao acontecimento.

A reparação psíquica deste potencial traumático requer que se encontre palavras que deem conta de narrar o *indizível*. Neste contexto, a psicanálise pode proporcionar um espaço de ressignificação subjetiva, que permite ao sujeito, através da narração de si, reconstruir sua história. No mais, a coterapia, um dispositivo clínico que visa atuar em situações graves, também pode ter como benefício o fato de auxiliar no processo de reconstituição da identidade (Martins-Borges, 2013).

Como já demonstrado anteriormente e reiterado pela literatura como potencial de reconstrução subjetiva, o pertencimento aos grupos e participação em movimentos sociais, sobretudo de luta política (Perdomo & Cerruti, 2011), tem fundamental relevância, principalmente por colocar em jogo a dimensão coletiva da reparação psíquica. Ter o sofrimento compartilhado e legitimado no laço social, em espaços individuais ou coletivos, oportuniza um caminho para elaboração daquilo que foi vivido na história privada, de modo que o reconhecimento favoreça a criação de novos laços e gramáticas de narrativa. Escrever sobre as consequências e vias de reparação do traumático imposto pelo terremoto é, pois, uma tentativa de materializar a memória de uma população revolucionária, que lutou bravamente para conquistar a libertação e segue lutando para existir apesar de adversidades, por vezes ambientais, mas agravadas pela perversa exclusão colonialista.

Em muitos casos, a migração aparece como esperança de encontrar, no novo lugar, a possibilidade de reparação psíquica, de dar sentido aos acontecimentos trágicos de modo que fiquem no passado, permitindo a reconstrução da vida no presente. Deixar o país de origem pode ser uma estratégia importante para a reconstrução da vida, mas a reparação somente é possibilitada quando se encontra, no novo lugar, condições de reconhecimento do sujeito, seja na esfera de seus sofrimentos, ou de suas potencialidades (Martins-Borges & Pocreau, 2009). Na próxima subcategoria são discutidos os fatores que podem gerar sofrimento psíquico relacionado ao contexto migratório, baseados na escuta dos participantes da pesquisa.

5.6 Sofrimento relacionado à migração

Neste capítulo são discutidos os impactos psicossociais de sofrimento referente ao contexto migratório detectados nas narrativas dos participantes. As unidades temáticas aqui exploradas são divididas em: *2.3.1 Impossibilidade de retorno*; *2.3.2 Problemas financeiros*; *2.3.3 Diferenças Culturais*; e *2.3.4 Racismo e Xenofobia*.

Como refere Handerson (2015), o termo diáspora é utilizado no contexto da migração para referir-se a pessoas que saem do país, mas continuam a influenciar diretamente a vida dos

familiares que ali ficam, seja pelo envio de remessas de dinheiro, como também pelo movimento de retorno ao país. Em termos culturais, é esperado dos emigrantes haitianos que retornem de tempos em tempos ao Haiti, seja para visitar, como forma de honrar o país, ou também para auxiliar na migração de outros familiares.

Nesta pesquisa, muitos participantes desejavam retornar ao Haiti ou trazer familiares ao Brasil, mas constantemente se deparavam com a *Impossibilidade de retorno*. O agravamento das condições no país de origem, sobretudo após o assassinato do então presidente, em 2021, teriam adiado ou impossibilitado este reencontro, ocasionando uma ruptura no planejamento de vida de muitos haitianos que estão no Brasil. Nesse sentido, havia quem tinha o desejo de voltar, por exemplo, após terminar os estudos, mas ouviu de familiares e amigos que as condições não estavam favoráveis para este retorno. Em alguns casos, o retorno não é possível nem mesmo por breves períodos de visitas. Essa impossibilidade de reencontro é expressa nas seguintes falas:

Era claro pra mim que eu ia voltar em 2017, mas após minha formação eu comecei a perguntar a todo mundo, pra voltar, e meus pais não me incentivaram 'aqui, a condição, o país não é preparado pra te receber, instabilidade política, tantas coisas' daí acabei me desanimando pra voltar, mas eu queria muito voltar (Anténor).

Eu me senti muito mal, sinceramente, porque vi que tenho meu país natal, eu não posso comprar uma passagem pra falar que vou visitar, passar um mês, duas semanas [...] eu não posso ir lá... então, eu tenho um filho que ele é brasileiro... não sei quanto tempo que ele vai levar para conseguir conhecer seu país... porque é bem perigoso, sinceramente (Dandara).

Outro agravante identificado diz respeito o aumento do preço das passagens, que impossibilita o ato de trazer pessoas queridas para o Brasil; isto é, promover a reunificação familiar. As seguintes falas refletem o sofrimento psíquico evocado pelo afastamento familiar, em decorrência das condições econômicas:

Ele [marido] não vem porque agora é muito difícil... porque você sabe, meu filho tá pequeno... ele não trabalha cada dia... pra vir aqui é muito dinheiro... muito dinheiro... hay veces que ele ayuda me... por isso ele não pode guardar dinheiro pra vir aqui agora. (Zuri).

Estou aqui no Brasil há 5 anos, cheguei aqui em 2017, então, imagina, 5 anos, eu nunca vi a minha mãe, perto assim... a gente se fala no celular, no whatsapp, e eu me casei longe dela... nasceu um filho, meu filho, longe dela... então o meu sonho é que ela

conhecesse o meu filho... então tudo isso acaba tendo um impacto negativo na nossa vida (Bernard).

Como demonstrado por Demétrio et al. (2023), a ocorrência de outro terremoto em 2021 fez aumentar novamente os pedidos de autorização de residência de haitianos no Brasil, bem como expandiu os pedidos de reunificação familiar. Aliado a isso, recentemente o sistema jurídico brasileiro tem se deparado com o desafio de assegurar o “direito à reunião familiar”, princípio garantido na Lei de Migração (Lei n. 13.445/2017). De acordo com os autores, em âmbito nacional, a garantia de direitos migratórios revela-se ainda muito frágil, e o encerramento da MINUSTAH, ocorrido em 2017, parece ter como consequência uma resposta menos acolhedora do Brasil em relação a esta nova crise humanitária no Haiti. Contudo, em âmbitos regionais, algumas instituições ativistas pelos direitos migratórios têm assumido protagonismo na luta pela reunião familiar nas comunidades haitianas residentes no Brasil.

Além da necessidade de procurar meios jurídicos para garantir direitos migratórios fundamentais, outros fatores têm dificultado a reunião familiar, como impasses burocráticos, fim dos voos diretos entre Porto Príncipe e São Paulo, o aumento dos preços das passagens e as dificuldades financeiras enfrentadas pelos imigrantes no Brasil. A pandemia de Covid-19 também pode estar associada ao acirramento da criminalização das migrações e consequente violação de direitos garantidos a essa população (Demétrio et al., 2023). Em termos psíquicos, essa inviabilidade de retorno, ou reencontro familiar, aproxima esse deslocamento das migrações involuntárias, que têm como efeito sofrimento psíquico decorrente da impossibilidade de escolha sobre a própria vida (Martins-Borges, 2013).

Portanto, relacionado à impossibilidade de retorno, destacam-se os *Problemas financeiros* enfrentados pelos imigrantes haitianos no Brasil. Como anteriormente mencionado, uma das principais motivações para migrar foi o desejo de trabalhar ou, nas palavras de Jacques “*arrumar minha situação econômica*”. Neste contexto, a migração aparece como possibilidade de trabalhar e garantir renda para si e para familiares, incluindo os que ficaram no Haiti. As seguintes falas expressam o espírito comunitário como componente cultural do Haiti, e o desejo de trabalhar no exterior de modo a garantir auxílio a familiares e ajudar o Haiti de forma geral:

No ocidente você tem o individualismo que é muito comum, e em nossa comunidade a questão da comunidade é muito forte, de ajudar ao outro, você não tá vivendo só, pra você... você sente uma responsabilidade em ajudar pais, mães, tios, não só os integrantes da família, se um primo tá doente, liga e te conta, e você não tem condições de ajudar alguém que tá precisando (Anténor).

Eu pensava trabalhar muito pra formar uma organização, em cada cidade do Haiti, pra ajudar as crianças que não tinha como ir pra escola, comer... pensava, mas não dá pra realizar, porque você não consegue fazer nada pra você, como você vai ajudar alguém? não dá... (Liliane).

Os haitianos que emigram carregam consigo uma responsabilidade por sua família e comunidade, e assim exercem um papel crucial na economia do país (Handerson, 2015). A necessidade de enviar remessas de dinheiro aos familiares também enquadra o fluxo de haitianos no contexto de migrações de crise (Baeninger & Peres, 2017). Além disso, a elevada sobrecarga e responsabilização pode acarretar na submissão a jornadas triplas de trabalho, e ter como uma das prováveis consequências o adoecimento psicossomático resultado da exploração (Gomes, 2017). Tal quadro ainda se agrava porque, ao chegarem no Brasil, os imigrantes haitianos se deparam com um momento de crise econômica, fruto da crise mundial, que gerou maiores impactos aqui entre os anos de 2011 e 2019 (Costa et al., 2022), mas também intensificada por instabilidades políticas no país (Nüske & Macedo, 2019). Contudo, a crise acaba sendo ainda mais ferrenha aos imigrantes, propiciando exploração, redução de acesso aos direitos e salário insuficiente para suprir demandas básicas. Os seguintes excertos explicitam estas barreiras econômicas:

Porque venho aqui tem trabalho, não é problema, tem trabalho. Mas o salário é muito pequeno, muito pequeno... porque lá do Haiti se você tem uma coisa, você precisa ajudar um irmão, irmã, porque tudo é assim, você precisa ajudar um pouco sua família (Michel).

Eu acho que é o salário mínimo... as coisas no mercado, os preços tá aumento, o aluguel tá aumentando, e o salário não... por causa disso que tem muitos haitianos deixando o Brasil (Samuel).

Vale ressaltar que a procura por trabalho e renda digna foi um dos principais fatores que motivou a migração de haitianos (Santos, 2016). Como é explicitado nos relatos, os haitianos encontram trabalho aqui, mas com salários muito abaixo do necessário para manter boas condições de vida. Importante destacar que as condições de trabalho e renda de imigrantes também encontram-se analisadas na subcategoria 3.2 *Acesso ao mercado de trabalho*.

Outro fator de risco à saúde mental dos imigrantes são as *Diferenças Culturais*. A cultura contém os códigos que localizam os sujeitos no mundo, e viabiliza a comunicação entre o mundo interno e a realidade externa. Assim, deslocar-se geograficamente pode ocasionar a perda dos referenciais culturais que orientam e significam nossas experiências (Betts, 2013).

Desta forma, a migração representa também outras perdas que precisam ser elaboradas (Martins-Borges, 2013). Eis alguns trechos que referem sobre as diferenças culturais:

Então o processo é longo, a questão da língua portuguesa inicialmente foi meio complicado, a questão da cultura, nossa cultura é diferente daqui, a questão da amizade, a gente tá no sul do país né, então essa questão de se integrar não é um processo fácil (Anténor).

Se eu saio com alguém, ou se vou numa festa de brasileiro, eu vou ficar com muita timidez porque não sei nada de música... eu não saio muito, não sou muito de festa... mas é porque eu quero manter tanto a minha cultura que acabo escutando só música do meu país... e também faço comidas do meu país... eu sou tão próximo da minha cultura, que é difícil de sair... até eu quero aprender sobre a cultura brasileira, mas se for me deixar falar antes, eu vou falar da minha cultura, vou oferecer minha comida (Kwame).

O mundo é apresentado aos seres humanos, primeiramente, no lugar de nascimento. Conforme o crescimento, aumenta também a compreensão sobre si mesmo e sobre o mundo à sua volta, e esta compreensão tem como referência o arsenal cultural deste lugar. Sobre isso, o participante *Bernard* faz uma analogia muito interessante: a cultura é como a sua pele, que intermedia a relação com o mundo externo, de modo que manter hábitos da própria cultura promove a sensação de estar na própria pele. Eis a sua associação:

Na verdade, é a nossa identidade também... toda vez que a gente faz uma coisa, quando falo a gente, tô falando da minha esposa também... toda vez que a gente faz algo, isso nos faz sentir na nossa pele, porque a gente se criou naquele negócio... então a gente sempre viveu assim, então, isso nos faz sentir, na nossa pele... é como se fosse a nossa essência também, esse costume... pra mim falar crioulo, comer o nosso prato... é se sentir na nossa pele (Bernard).

Diante disso, o migrante, no país de acolhimento, se depara com outros modos de relação, de representar e compreender o mundo. Por ser um conjunto de códigos compartilhados por um grupo de pessoas, a cultura influencia no processo de vinculação, podendo tanto facilitar como também dificultar a criação de laços. Assim, o choque da diferença cultural pode ter como efeito o isolamento social de imigrantes, que acabam deixando de buscar conexões por não se sentirem compreendidos ou aceitos. Além disso, pode acontecer também o fechamento de grupos nas chamadas “comunidades étnicas” (Rosa et al., 2009).

Compartilhar vivências com conterrâneos é importante pois protege os indivíduos do choque da diferença cultural, os faz “sentirem-se na própria pele”, como refere o participante

Bernard. Contudo, quando há um fechamento excessivo do grupo perante a comunidade, isso pode provocar ou aumentar um isolamento do próprio grupo, distanciando o processo de inclusão na sociedade de destino. É importante que o migrante não sinta que precisa escolher entre a sua cultura e a do outro, mas que perceba que ambas podem se integrar, complementando sua maneira de viver e compreender o mundo.

Mais que se deparar com a diferença, o migrante também carrega consigo a diferença cultural, provocando, na sociedade de acolhimento, a necessidade de reflexão sobre como se lida com as diferenças. Neste sentido, nos relatos acima, vemos também uma referência ao sul do Brasil como um lugar menos acolhedor às diferenças culturais. Ainda sobre este viés, *Samuel* relata um estranhamento pela falta de cumprimentos entre desconhecidos:

Eu mudei todos os meus hábitos... por exemplo, lá no meu país, se uma pessoa viu um desconhecido, sempre cumprimenta essa pessoa... aqui no Brasil, tem algumas pessoas que cumprimenta, outras não... e quando alguma pessoa não me cumprimenta, eu me sinto um pouco diferente... eu vi que é estranho, porque lá no meu país não é assim não... mesmo não sabendo da pessoa, a gente sempre cumprimenta.

A este respeito, Ribeiro (2017) refere que, no Brasil, é comum que pessoas negras que não se conhecem se cumprimentam quando cruzam na rua ou em outros espaços públicos. Este ato pode ser compreendido como uma sinalização de que se reconhecem como pertencentes a um grupo de pessoas que foi subalternizado pelas colonizações, simbolizando, também, um ato de resistência. Portanto, é possível que no Haiti, por ser um país constituído, em grande maioria, por pessoas de origens africanas, este ato tenha uma representação parecida.

Por fim, o afastamento da cultura decorrente da migração, pode provocar um sentimento de quebra na continuidade de si, isto é, uma crise na forma como a pessoa entende a sua identidade, já que os significantes culturais que auxiliavam a simbolizar as experiências não estão mais presentes. Este contexto, por sua vez, pode ser fonte de sofrimento psíquico (Martins-Borges, 2013). Contudo, para não correr o risco de patologizar a diferença cultural, o sofrimento psíquico de imigrantes deve ser compreendido a partir do respectivo contexto de origem. Neste viés, a Psiquiatria Cultural (Fanon, 2020a), no caso específico de populações negras, e a Etnopsiquiatria (Knobloch, 2015; Martins-Borges et al, 2019; Wonsoski & Domingues, 2021) são disciplinas que auxiliam a promoção de uma escuta humanizada e cuidadosa, já que atentam para os fenômenos da cultura na expressão do sofrimento em imigrantes.

Outro elemento de análise referente ao sofrimento relacionado à migração diz respeito às expressões de *Racismo e xenofobia*. Ser imigrante negro no Brasil representa um lugar social

subalternizado pela perpetuação do discurso colonial na sociedade brasileira. Enquanto último país a abolir a escravidão, o Brasil ainda se encontra muito incipiente em termos de políticas de reparação para a população negra. No que se refere à migração, temos um histórico de incentivos governamentais à migração de brancos europeus, sobretudo no início do século XX em contrapartida às condutas de criminalização e obstáculos legais ao recebimento de migrantes de outras origens (Azevedo, 1987; Véran et al., 2014). Assim, racismo e xenofobia não devem ser analisados apenas como atos de conduta cotidianos, como se fosse um problema individual, mas como elementos históricos e estruturantes da sociedade brasileira, que produz como efeitos o acirramento da desigualdade social (Carneiro, 2011; Gonzalez, 2020; Hasenbalg, 2005).

Os participantes da pesquisa relataram diversas situações de exclusão social, como expressões de racismo:

Eu chego no supermercado com dois amigos haitianos, a gente foi pegando algumas coisas, o cara, segurança, foi atrás de nós e falava 'ah tem promoções aqui', querendo mostrar pra nós as promoções, enquanto tem tantas pessoas brancas e ele não tava acompanhando nenhuma pessoa branca (Anténor).

Principalmente quando você entra no ônibus, eu sentava do lado de uma pessoa, e automaticamente a pessoa levantava... então, sentia que era tipo... uma pessoa que não deveria tá sentado do meu lado... você não é digno pra sentar do meu lado (Bernard)

Nota-se que são relatadas situações de exclusão no espaço público, sem que tenham tido nenhum contato prévio com essas pessoas, além de ver a cor da pele. O racismo no Brasil pode ser compreendido como um trauma que não foi cicatrizado e continua produzindo efeitos nos corpos e subjetividade negras, através de dificuldades estruturais, bem como manifestações cotidianas de exclusão e humilhação (Fanon 2020b; Kilomba, 2019). Além disso, o racismo também afeta diretamente os projetos de vida de imigrantes negros, pois pode impossibilitar planos pessoais ou criar inseguranças nos planos profissionais:

Eu não queria criar filhos aqui, que vão ser negros, com certeza (Anténor)

Às vezes eu penso o quanto eu quero viver no Brasil, mas o preconceito pode me atrapalhar. Tipo, vou me formar aqui, vou ser médico, vou trabalhar, e aí algumas pessoas, por ser negro, não quer ser atendido por mim, ou outro colega não quer fazer amizade comigo. Quando eu penso nisso, ou quando algum colega tá me contando isso, me deixa frustrante... Alguém tá me atrapalhando pra eu viver num lugar que eu considero meu (Kwame).

Assim, os participantes relatam impactos que o racismo provoca no planejamento de suas vidas. Outras manifestações de preconceito e segregação social, mais associadas à

xenofobia, aparecem quando o imigrante interage com o meio, a partir do jeito de falar, vestir-se, comportar-se, etc. Eis alguns relatos:

Uma vez um homem me falou que eu não deveria estar aqui... e eu chorei, eu chorei muito (Liliane).

Tem umas coisas que eu já ouvi, coisas muito ruim, muito ruim... e por isso que quando tô conversando com alguém, na primeira conversa, nas primeiras palavras, eu arrumo um jeito de mostrar que eu sou haitiano... nesse jeito que eu vou mostrar que sou haitiano eu vou ver se vale a pena continuar a conversa ou não, porque não quero mais perder meu tempo em ouvir essas coisas... (Reginald).

Portanto, vemos que raça e nacionalidade se interseccionam e produzem sofrimento psíquico e exclusões múltiplas na vida de imigrantes negros. Na escuta dos participantes da pesquisa, diante da pergunta “*alguma vez se sentiu excluído no Brasil?*”, foi interessante notar que, em geral, começavam respondendo que não. Todavia, no decorrer da entrevista, conforme narraram alguns casos, iam se recordando de outros. Era como se precisassem sentir que ali era um lugar seguro para relatar tais situações. Além disso, pode-se perceber que tais perguntas provocavam reflexões nos participantes, que passavam então a associar algumas situações vividas à exclusão.

Algumas vezes, atos de violência simbólica com teor racista e xenofóbico, foram associados pelos imigrantes como brincadeiras, ou falta de educação por parte dos brasileiros. Eis um diálogo que exprime isso:

Porque o brasileiro acha que o haitiano não sabe nada... entendeu? Porque tem humilhação lá na empresa (Michel)

Tem humilhação na empresa? (pesquisadora)

Isso... porque acha que a gente que vem aqui não sabe nada... não sabe escrever, não acha bem... tem um problema comunicação em Brasil... tem gente que não sabe como 'exprima', como fala com outro gente... tem um problema, não tem atenção, gentileza... tem um problema de comunicação muito grave aqui. (Michel)

Percebe-se que o participante não associa as humilhações vivenciadas no ambiente de trabalho à racismo e xenofobia, mas sim à falta de gentileza e problema de comunicação por parte dos brasileiros. A não nomeação de manifestações de exclusão como racismo e xenofobia por parte de imigrantes haitianos também foi detectada em outras pesquisas (Ferraz, 2020; Gomes, 2017). Vale lembrar que uma das principais características do racismo no Brasil é o fato de ser negado e, portanto, velado (Hasenbalg, 2005). Além disso, violências simbólicas que têm teor racista e xenofóbico, muitas vezes são sutis, e tais sutilezas justificam que não

sejam nomeadas ou que sejam tratadas como brincadeiras (Ferraz, 2020). Mas este eufemismo também pode estar associado ao medo que muitos imigrantes podem ter de denunciar violências sofridas, como se tivessem de ser plenamente gratos ao país de acolhimento, silenciando-se a respeito de suas falhas. Para além, foi perceptível que, os migrantes que estavam inseridos na universidade, pareciam ter maior vocabulário para nomear violências sofridas. A universidade, como espaço de formação que deve estar atento às contradições sociais, será também analisada na unidade temática *3.1.2 Estudos Universitários*.

O sofrimento, apesar de inerente à condição humana, também pode ser produzido por contextos sociais e econômicos que, através de negligências ou ações discriminatórias, aumentam a vulnerabilidade psíquica e social de grupos historicamente oprimidos (Pussetti e Brazzabeni, 2011). Conforme Carneiro (2011), uma das consequências dos 300 anos de escravidão no Brasil foi o racismo científico, que forjou racionalidade científica para justificar a falaciosa ideia de hierarquia de raças e, assim, promove efeitos, até hoje, nas violências e supressão de direitos que pessoas negras enfrentam no Brasil. Fanon (2020b) também adverte sobre os efeitos que as colonizações geram nos corpos e subjetividades de pessoas negras. As dores e explorações produzidas pelas colonizações ainda se fazem presente no imaginário coletivo, podendo ocasionar sofrimento em pessoas negras manifesto por um sentimento de inferioridade que, por sua vez, é um efeito perverso das violências coloniais.

Quando se fala de imigrantes haitianos, portanto, intersecciona-se cor, nacionalidade e colonização. Não são todos os imigrantes que sofrem discriminação no Brasil. Desde o período escravagista, o Estado brasileiro instaurou medidas de incentivo à imigração de brancos europeus e, quando atingiu os objetivos de branqueamento da nação, passou a restringir os fluxos migratórios, associando-os a um caráter de criminalização (Azevedo, 1987; Véran et al., 2014). Estes princípios xenofóbicos se materializavam no documento legal que regia a migração no país, isto é, o Estatuto do Estrangeiro (Lei n. 6.815/80), que somente foi substituído em 2017, pela Lei da Migração (Lei n. 13.445/17), abrangendo uma abordagem mais humanitária em relação às migrações. Contudo, os efeitos do racismo ainda se manifestam na sociedade brasileira (Carneiro, 2011; Gonzalez, 2020; Kilomba, 2019). Assim, estão mais sujeitos a sofrer discriminação fundamentada em racismo e xenofobia os imigrantes negros e provenientes de países não hegemônicos.

Esta subcategoria se dedicou a explorar questões psicossociais que promovem sofrimento relacionado à condição migratória dos participantes da pesquisa. No próximo capítulo, serão analisados fatores da sociedade de acolhimento que influenciam no processo de

reparação psíquica do traumático relacionado à vivência de um desastre natural, como também, as vulnerabilidades produzidas pela condição migratória.

CATEGORIA 3: FATORES SOCIOCULTURAIS QUE INFLUENCIAM NA REPARAÇÃO PSÍQUICA

Nesta categoria serão analisados alguns fatores socioculturais no país de acolhimento que influenciam na reparação psíquica de haitianos que tiveram suas vidas afetadas pelo terremoto em 2010 e pela posterior migração. Fatores socioculturais, por sua vez, se referem às condições que o Brasil oferece para a reparação psíquica destes imigrantes, possibilitando retomar projetos e dar continuidade ao fluxo da vida após vivenciar eventos potencialmente traumáticos. Os fatores elencados para análise desta categoria são: *3.1 Continuação dos estudos; 3.2 Acesso ao mercado de trabalho; 3.3 Possibilidade de fazer vínculos; e 3.4 Acesso a serviços públicos.*

5.7 Continuação dos estudos

Como já referido, o desejo de dar continuidade aos estudos foi um dos principais motivos que impulsionaram a migração de alguns haitianos para o Brasil. Sendo assim, a continuação dos estudos é fator crucial para possibilitar a reconstrução da vida. Neste tópico, serão analisadas as condições de *3.1.1 Acesso a cursos de língua portuguesa; e 3.1.2 Estudos universitários.*

No Haiti, as principais línguas faladas são crioulo haitiano e francês. O Brasil não era um destino comum na rota migratória haitiana e, portanto, a vinda para o Brasil insere também o desafio da barreira linguística, visto que a maioria dos haitianos não tinha domínio da língua portuguesa. Por sua vez, aprender a língua do país de acolhimento é crucial para o processo de integração, pois auxilia na elaboração das perdas e danos provocados pela migração. A língua é um dos principais meios de comunicação com o mundo externo e, portanto, a aquisição da língua falada no novo lugar permite ao sujeito restaurar a comunicação entre a realidade psíquica e o meio social na qual está se inserindo (Weissmann, 2017).

Dentre os participantes da pesquisa, um afirmou ter realizado aulas de português antes de migrar, em um curso oferecido na embaixada do Brasil, em Porto Príncipe. Além disso, os três participantes que vieram subsidiados por bolsa de estudos tiveram acesso a aulas de português, ofertadas pelo programa, já em território brasileiro, fato que reforça a concepção de diferenças de classe social na população de imigrantes, uma vez que o acesso à universidade e

o recebimento de bolsas de estudos se configuram como marcadores de classe. Dentre os outros participantes, apenas um alegou ter tido *Acesso a cursos de língua portuguesa*, oferecido na rede pública:

Eu fiz um curso, no IFSC em São José, de português para os estrangeiros, mas só que esse curso não me ajudou de verdade, eu acredito que o nível do curso não era tão alto, pra me dar uma base suficiente. Quando a gente saía do curso, a gente ficava só falando crioulo entre nós. Então tem isso também, não é só saber as palavras, teria que ter alguém pra praticar. O que me ajudou foi na rua mesmo, trabalhando, falando um monte de besteira, errando... não tinha medo de falar (Bernard).

Fica evidente na fala acima que o aprendizado da língua do país de acolhimento requer acesso a cursos, mas também convivência comunitária, sendo trabalho e estudos os principais meios de inclusão e aprimoramento da língua. De modo geral, os participantes que continham bolsas universitárias apresentavam maior fluência no português. Em contrapartida, participantes sem acesso a estudo e trabalho apresentavam maior dificuldade de expressão com a língua portuguesa, fator que evidencia a importância do acesso ao estudo e trabalho no processo de inclusão no país de acolhimento (Ferreira et al, 2021). Além disso, o aprendizado da língua também interfere na possibilidade de fazer vínculos, como relata o participante *Kwame*:

Acho que se fosse no meu país, eu já ia ter meus amigos da infância. Talvez seria mais fácil, porque é da mesma nacionalidade, seria mais fácil se vincular com as pessoas, não teria um problema de língua, eu não teria esses problemas de fazer amizade, não teria o problema de perguntar pra alguém quando eu não entendia nada... Timidez, não teria timidez pra questionar. Também não teria essa ideia de que 'como eu sou estrangeiro, como alguém vai entender isso?' por ter medo de sofrer xenofobia, ou medo de ser tratado como burro, porque a gente como estrangeiro tem toda essa ideia.

Portanto, o não conhecimento da língua do país de destino pode suscitar o sentimento de exclusão e de não ser compreendido. Outro ponto que chama atenção é o baixo acesso a cursos de português ofertados pela rede pública, já que apenas um participante afirmou ter tido este acesso. É importante ressaltar que a superação da barreira linguística é crucial para a inclusão do imigrante na sociedade acolhedora, porque diminui os impactos do choque cultural, favorece a formação acadêmica e inserção profissional (Ferreira et al, 2021), bem como possibilita a criação de vínculos no novo lugar.

Neste viés, a superação das barreiras linguísticas demanda medidas amplas por parte da sociedade acolhedora. Compreendendo a preservação da língua e da cultura como garantia de

dignidade e cidadania, a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (DUDL), promulgada em 1996, visa proteger as pessoas de sofrer discriminação em razão da língua. Dentre as ações de proteção e garantia dos direitos linguísticos, essa declaração prevê a necessidade de que tradutores das mais variadas línguas componham as equipes de instituições públicas (Gorovitz & Sá, 2022).

Assim, por um lado, a presença de tradutores linguísticos⁹, falantes de diversas línguas, nos serviços da rede pública, garante a inclusão e atendimento digno a imigrantes, sobretudo os recém-chegados. Por outro lado, o oferecimento de cursos de língua portuguesa facilita o processo de inclusão de imigrantes, desde o acesso a estudos e trabalho, até a possibilidade de construir vínculos. No que concerne aos imigrantes, a apropriação da língua do país de destino permite elaborar o trânsito entre países, línguas e culturas que compõem sua história pessoal, significando também uma expansão das possibilidades de vivenciar o novo país, e uma ampliação da experiência intercultural (Weissmann, 2017).

No que diz respeito a *Estudos Universitários*, três participantes vieram ao Brasil vinculados a um programa de bolsas de estudo; um está cursando graduação tecnológica, e outro migrou com intuito de estudar, mas ainda não está inserido no ensino superior. Este último referiu não saber os caminhos para ingressar na universidade, sugerindo ter baixo acesso às informações sobre os processos seletivos no Brasil. Neste sentido, ressalta-se a importância de que a população migrante tenha acesso às informações claras sobre as possibilidades de educação e formação no país.

O acesso à universidade é importante fator de reparação psíquica para imigrantes, pois garante a possibilidade de dar continuidade aos projetos de vida no novo país, incluindo os planejamentos de ingressar na educação formal. A ocupação dos bancos universitários por imigrantes promove grandes impactos em suas trajetórias pessoais, mas também repercute coletivamente. Ou seja, o imigrante inserido na universidade acessa maiores condições de oferecer suporte financeiro aos familiares, bem como pode desenvolver projetos que impactam a vida de conterrâneos e auxiliem na reconstrução do país de origem (Ferreira et al, 2021). A este respeito, os três participantes da pesquisa que vieram subsidiados por bolsas de estudo referiram o desejo de ajudar na reconstrução do Haiti, através de suas formações acadêmicas. Contudo, tendo em vista a dificuldade de retorno ao país de origem, uma saída citada pelos

⁹ Importante diferenciar tradutores linguísticos e mediadores culturais. O primeiro termo refere-se a pessoas falantes de diversas línguas, capazes de traduzir o conteúdo expresso. Já os mediadores culturais, são pessoas provenientes de diferentes locais, capacitadas para traduzir, além da língua, dados e práticas culturais que podem auxiliar na compreensão do referencial simbólico da pessoa atendida (Machado et al, 2019). Assim, quando possível, a presença de mediadores culturais deve ser priorizada.

participantes foi construir projetos que auxiliem na vida de haitianos que estão no Brasil. Por exemplo, *Kwame*, estudante de medicina, afirmou a intenção de se especializar na área de Saúde do Imigrante. Assim, é perceptível como o acesso à universidade por imigrantes também favorece a sociedade acolhedora, haja vista que pessoas de diferentes culturas contribuem para a internacionalização das universidades brasileiras e também ampliam o conhecimento com uma bagagem cultural e científica diversa (Ferreira et al, 2021).

Em relação às medidas públicas que favorecem esse acesso, a primeira referência legal de garantia do direito à educação por parte da população migrante diz respeito à Lei da Migração (Lei n. 13.445/2017). Em termos educacionais, esta lei promove o reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil, e garante o direito à educação pública. Porém, além de muito recente, esta lei não avança significativamente no âmbito da educação, pois não especifica medidas a serem adotadas para garantir este acesso. Assim, algumas universidades têm se mobilizado para aderir às políticas de inclusão de migrantes e refugiados. De acordo com Ferreira et al (2021), no ano de 2020, havia 24 universidades brasileiras que assumiram compromissos de inclusão desta população. Neste âmbito, destaca-se o papel da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVVM)¹⁰, isto é, um acordo de cooperação do ACNUR com universidades interessadas que articula projetos de extensão, ensino e pesquisa que visam favorecer a população migrante, através de ações de acesso e permanência universitária. Em termos regionais, a UFSC passou a ofertar, em 2022, processo seletivo específico para pessoas refugiadas, solicitantes de refúgio e portadoras de visto humanitário em cursos de graduação.

Contudo, assim como as políticas públicas para imigrantes no Brasil se apresentam, ainda, pouco consistentes, verifica-se uma escassez de medidas de inclusão universitária para esta população. Ou seja, constatam-se poucas mobilizações por parte da sociedade em prol de promover o acesso de imigrantes às universidades. Além disso, tais mobilizações partem do interesse de algumas universidades e, portanto, se configuram como saídas individuais para um problema complexo e que requer, portanto, medidas amplas e coletivas.

Além disso, mesmo ocupando a universidade, os imigrantes enfrentam diversos desafios no ambiente acadêmico. É mister ressaltar que políticas de ações afirmativas devem visar reduzir desigualdades e, para isso, requerem medidas que amparem necessidades específicas que a população imigrante enfrenta nas universidades. Ou seja, não bastam políticas de acesso, são necessárias também medidas de permanência, específicas para as necessidades desta

¹⁰ A Cátedra leva este nome em homenagem ao brasileiro Sérgio Vieira de Mello, militante que dedicou grande parte da sua carreira profissional nas Nações Unidas ao trabalho com refugiados, como funcionário do ACNUR, e que foi morto no Iraque no ano de 2004 (<https://www.acnur.org/portugues/catedra-sergio-vieira-de-mello/>)

população nas universidades, haja vista que imigrantes estudantes necessitam se adaptar à cultura no novo país, e também às nuances do ambiente acadêmico. Neste sentido, o participante *Kwame* sugere que grupos acadêmicos podem facilitar a vinculação e inserção no ambiente universitário: “*não é só acolhimento, de encontrar as pessoas e não saber o resto, mas um grupo que poderia ser feito entre os alunos e os imigrantes para orientar*”.

Outro ponto destacado pelos participantes estudantes foi a vivência de expressões de racismo e xenofobia no meio acadêmico. Os participantes universitários relataram situações como não encontrar pessoas para formar grupos de trabalho, e ainda de ser abordado por guardas, nas ruas da universidade, apenas por estar parado dentro do carro. Além disso, os participantes inseridos no meio acadêmico, pareciam apresentar maior vocabulário para denunciar situações de exclusão com base em racismo e xenofobia, vivenciadas tanto dentro como fora da universidade. Esta impressão, portanto, reflete o papel da educação, como importante instrumento de nomeação, denúncia e enfrentamento de violências:

Eu não entendo como um brasileiro na faculdade não sabe diferenciar Haiti com África. Ai fala que no Brasil o nível de educação não é tão avançado como nos EUA. Mas eu lembro que eu respondi pra ele, que ser ignorante já é racismo, porque tem um racismo estrutural que não ensinou nada sobre o negro na escola, e num nível de educação básica, um brasileiro consegue identificar o que é Europa. Consegue dizer quais países tá na Europa, mas é bem inacreditável uma pessoa achar que África é um país só, e que dentro desse país só, tem um país que chama Haiti. Acho que isso é bem estrutural (Kwame).

Além de promover qualificação profissional, o acesso à educação é essencial para a formação da cidadania nas populações (Carneiro, 2011). A inclusão universitária também pode possibilitar ao imigrante uma posição simbólica de reconhecimento no laço social (Gomes, 2017). Todavia, apesar de a universidade apresentar grande potencial de inclusão de imigrantes na vida comunitária, também evidencia contradições, por se configurar como uma instituição que pode reproduzir violências estruturais, como racismo e xenofobia. Ou seja, ainda há muito para se avançar no sentido de garantir que a população migrante tenha acesso à formação acadêmica, de maneira livre de preconceitos, e assegurando a permanência de acordo com suas diferentes necessidades e condições. Conforme Paulo Freire (1987), a educação é potente instrumento de liberdade, pois permite reflexão, ação e transformação dos mundos.

5.8 Acesso ao mercado de trabalho

A migração dos haitianos participantes desta pesquisa foi, principalmente, motivada pela necessidade de encontrar condições de garantir renda para si e para a família. Contudo, em território brasileiro, se depararam com um contexto de crise, que se materializa no aumento do desemprego e, conseqüentemente, da precarização do trabalho. Neste capítulo, serão analisadas as condições de acesso ao mercado de trabalho a partir das seguintes unidades temáticas: 3.2.1 *Acesso à renda*; 3.2.2 *Condições laborais precárias*; e 3.2.3 *Atravessamentos de gênero*.

Com relação ao *Acesso à renda*, ressalta-se a condição de desemprego ou renda insuficiente na vida de imigrantes. A seguinte fala do participante *Bernard* revela a insegurança financeira vivenciada por um período de um ano: “*Pra arrumar emprego foi complicado, e nesse processo de integração, eu passei um ano sem trabalho. Então eu consegui sobreviver porque eu tinha um amigo que morava lá nos EUA que me ajudava, que mandava dinheiro pra mim pagar aluguel*”. Como bem salienta Sueli Carneiro (2011), acesso ao trabalho é primordial para garantia da reprodução da vida e demais condições de cidadania. O direito à trabalho e renda digna se constitui, portanto, como porta de entrada para as demais garantias de inclusão nas diversas dimensões da vida comunitária, e se apresenta como garantia primordial para inclusão de imigrantes na sociedade de acolhimento.

Dentre os participantes que estavam trabalhando, também se constata uma precarização das condições econômicas, uma vez que o salário que recebem, na maioria das vezes, supri apenas demandas básicas de sobrevivência, e não permitem alcançar uma estabilização da vida a fim de desenvolver projetos sonhados. Além disso, como anteriormente referido, os imigrantes haitianos carregam consigo o desejo de auxiliar economicamente os familiares e amigos que permaneceram no Haiti, o que acaba gerando sobrecarga emocional ao não conseguirem enviar remessas de dinheiro devido às precárias condições de acesso à renda que encontram no Brasil (Gomes, 2017). A sensação de que trabalham apenas para sobreviver é expressa nos seguintes excertos de fala:

Porque venho aqui tem trabalho, não é problema, tem trabalho... mas o salário é muito pequeno, muito pequeno (Michel).

E outra coisa que fica meio complicado pra nós haitianos, é o salário, porque cada haitiano que tá aqui o Brasil não vive somente por si. Trabalha e também ajuda atrás, quando falo atrás, lá na nossa terra. Então isso acaba nos atrapalhando (Bernard).

Portanto, imigrantes haitianos, para os quais a busca por melhores condições econômicas foi uma das principais motivações para migrar, encontram-se em condição de baixíssimo acesso à renda e condições materiais que garantam, minimamente, viver bem e auxiliar financeiramente os familiares que ficaram. Conforme Carneiro (2011), a desigualdade

social no contexto brasileiro é estruturada com base nas restritas condições de acesso à educação e trabalho que enfrentam, historicamente, as pessoas negras, ou seja, no Brasil, a pobreza tem cor. Nesta linha, as condições históricas deste país que foi o último das Américas a abolir a escravidão, e não buscou reparar os danos produzidos pela origem opressora do Estado brasileiro, continua produzindo pobreza, sobretudo para a população negra (Gonzalez, 2020). Por sua vez, em relação à pobreza vivenciada por imigrantes haitianos, interseccionam-se cor e nacionalidade. Mas não toda nacionalidade. O imigrante proveniente de países pobres, enfrenta também opressões xenofóbicas, visto que é posto na condição de subalterno pelo mercado de trabalho, sujeito à desqualificação profissional através do não reconhecimento de suas certificações, da baixíssima remuneração oferecida e, ainda, constantes violações de direitos trabalhistas.

Assim, também se verifica na realidade de imigrantes haitianos no Brasil, *Condições laborais precárias*. A condição de imigrante é subalternizada nas sociedades capitalistas, baseada numa lógica xenofóbica que não reconhece a migração como um direito fundamental de todo ser humano e acaba por produzir exploração e exclusão social desta população. Esse contexto produz, então, uma vulnerabilidade social que é explorada pelo mercado de trabalho, acarretando rompimentos de carreiras, violações de direitos, e submetendo muitos imigrantes à condição de acúmulo de cargos e informalidade do trabalho.

Em relação ao rompimento de carreiras, os imigrantes se deparam com muitas adversidades no processo de validação de diplomas, o que ocasiona submissão a empregos fora da área de formação (Ferreira et al., 2021). Nenhum dos participantes tentou processo de validação de diplomas, mas a participante *Liliane* refere ter realizado no Haiti estudos de contabilidade e informática. No Brasil, esta participante trabalhou informalmente com faxinas e, de maneira formal, na limpeza de um condomínio. No momento da entrevista ela estava desempregada. Além disso, este tópico foi referido como uma difícil realidade comum à muitos imigrantes, e que impacta os projetos de reconstrução da vida dos imigrantes em geral, como sugere a fala de *Anténor*: “*eu conheço tantos profissionais, do meu país, de países da África, que tinham mestrado, fazendo outros trabalhos, como faxineira sabe... coisas que a formação da pessoa não permitiria, e você acaba vendo essas coisas, você acaba criando uma péssima perspectiva, do futuro*”. Assim, o rompimento de carreira na sociedade acolhedora prejudica severamente a capacidade de sonhar e se projetar no futuro. A complexidade dos procedimentos burocráticos para validação de diplomas reforça, portanto, o teor racista e xenofóbico que estrutura os postos de trabalho no Brasil, e se apresentam ao imigrante como uma recusa de reconhecimento de sua formação educativa e, conseqüentemente, de sua história pessoal.

Além disso, o mercado de trabalho acaba por explorar a vulnerabilidade socioeconômica que é produzida pela condição migratória, acarretando violações de direitos básicos, muitas vezes sustentada pelo desconhecimento por parte dos imigrantes a respeito dos direitos trabalhistas no país de acolhimento. A este respeito, a participante *Liliane* descreve uma situação na qual o condomínio que a contratou para serviço de limpeza, descontou de seu salário pelos dias em que faltou, mesmo com a apresentação do atestado médico, devido à uma lesão produzida no próprio ambiente de trabalho: *“foi nesse trabalho que eu caí e machuquei o braço... e quando no médico, médico me dá atestado e fala que eles não pode descontar você... e eles desconta... é... descontava, alimentação, ônibus, salário... e os brasileiros que levava atestado, não desconta”*. Neste viés, ressalta-se a necessidade de que a população imigrante tenha acesso a informações, bem como acesso à recursos que permitam a garantia de seus direitos, sobretudo no âmbito trabalhista, uma vez que a proteção à violação é também dever do Estado.

Em vista de tantas adversidades encontradas pelos imigrantes no mercado de trabalho, acabam por se produzir, também, sobrecargas decorrentes de acúmulo de cargos e informalidade. Os seguintes trechos expressam esta condição:

Trabalho de noite pra mim. Às vezes também faço hora extra na empresa, mas eu trabalho durante o dia (Bernard).

Quando eu cheguei eu não tinha trabalho, carteira assinada. Eu fazia só faxina. Meu Deus, quando eu fazia faxina na casa das pessoas, não queria pagar bem, meu pai do céu... tinha um que me pagava 50 reais, e não dava o dia todo pra limpar a casa toda... grande casa, com escada, vidro, sacada... casa grande mesmo (Liliane).

Casa grande mesmo. Esta fala se refere ao tamanho da casa de pessoas ricas que, através da informalidade, submetem trabalhadoras domésticas à trabalho exaustivo, com baixíssima remuneração e sem garantias previdenciárias. Mas também, casa grande pode fazer alusão ao período escravista, simbolizando, na fala da participante, uma repetição do passado, como uma ferida não cicatrizada do racismo que insiste em continuar produzindo efeitos na vida cotidiana de pessoas negras (Kilomba, 2019). O trabalho doméstico se configura como um dos postos menos valorizados no mercado de trabalho atual, ocupado em maioria por mulheres negras, simbolizando uma perversa herança da escravização, que intersecciona racismo e sexismo na produção da desigualdade social brasileira (Gonzalez, 2020). Além disso, a maior parte das trabalhadoras domésticas, 73,6%, atuam na informalidade, sem direitos trabalhistas e previdenciários (Pinheiro et al, 2019).

Com este viés, analisamos também os *Atravessamentos de gênero* nas condições de trabalho de imigrantes haitianas. Conforme Carneiro (2011) a negação do acesso ao trabalho tem barreiras evidentes de exclusão baseadas em raça e gênero. Ou seja, a junção de racismo e sexismo, como mecanismos de opressão estruturantes em sociedades colonizadas, coloca as mulheres negras como principais afetadas pela pobreza e marginalização social no Brasil. Ou seja, ao racismo e xenofobia como muros excludentes para acessar bens básicos, junta-se o sexismo, que acaba por afastar ainda mais as mulheres negras imigrantes das condições de acesso à vida comunitária que poderiam favorecer a inclusão na sociedade de acolhimento.

Em relação aos homens participantes da pesquisa, no momento da entrevista, todos estavam trabalhando e/ou estudando. Dentre as três mulheres participantes desta pesquisa, duas estavam desempregadas, e uma trabalhava como autônoma no momento da entrevista, o que corrobora com a constatação de que o desemprego e a marginalização social atingem de maneira ferrenha as mulheres negras no Brasil (Carneiro, 2011; Gonzalez, 2020). Além disso, intersecciona-se também a condição migratória, que acaba por desqualificar profissionalmente sujeitos imigrantes, como uma negação da sua história, e ainda produz vulnerabilidade associada também à barreira linguística enfrentada por imigrantes haitianas. Como anteriormente discutido, foi constatado baixo acesso a cursos de língua portuguesa por parte dos participantes da pesquisa. O conhecimento da língua pode favorecer a inserção no mercado de trabalho. Por outro lado, o imigrante também necessita de convivência comunitária, através de estudo ou trabalho, para aprimorar a compreensão e expressão da língua. Assim este problema se alimenta dialeticamente, e coloca imigrantes haitianas em uma condição de baixo acesso a cursos de língua portuguesa, exclusão do mercado de trabalho e, conseqüentemente, baixíssimas possibilidades de convivência comunitária. Sem convívio social as imigrantes perdem possibilidades de aprimoramento da língua, e isso acaba por reforçar ainda mais a exclusão do mercado de trabalho.

Todo este contexto, além de exclusão social, produz também sofrimento psíquico. A participante *Zuri* relata que, após deixar o filho na creche, costuma ficar andando pelas ruas, uma vez que se ficar em casa sente tristeza. Andar pelas ruas da cidade, à deriva, parece ser um ato de proteção psíquica que faz com que a participante simule um sentimento de estar inclusa na sociedade, mesmo sem estar vinculada a nenhum tipo de convivência comunitária. Sentir tristeza quando está sozinha em casa, também revela como a exclusão social produz sofrimento psíquico, gerando ainda mais vulnerabilidade relacionada à condição migratória.

Este emaranhado de exclusão social produzida por opressões de raça, gênero e nacionalidade também afeta o psíquico, e pode impactar, inclusive, na capacidade de sonhar e

imaginar um futuro. Quando questionada sobre os seus sonhos na sociedade acolhedora, a participante *Zuri* responde: *Agora eu não pode imaginar (sic), porque eu não trabalha... quando trabalha me sinto importante porque é meu dinheiro... hay gente que ajuda a gente, hay uns meses fala que não pode... se eu trabalha, eu recebo dinheiro*". Assim, verifica-se que o acesso ao trabalho é necessidade primordial para que imigrantes possam se inserir na vida comunitária, e resgatar a possibilidade de sonhar e reconstruir a vida no país de acolhimento.

Ademais, outra condição que produz mais vulnerabilidade psíquica e social para mulheres é a maternidade, visto que pode impor a necessidade de abdições na vida da mãe imigrante (Nascimento, 2021). Na lógica patriarcal, apenas mulheres são responsabilizadas pelo cuidado com os filhos, sustentada no discurso de que a maternidade seria uma predisposição natural das mulheres. Este discurso omite a percepção de que o cuidado dedicado aos filhos é trabalho não remunerado e, portanto, não reconhecido pela racionalidade capitalista. Assim, os homens são geralmente dispensados dos cuidados paternos, o que faz com que fiquem mais livres e autorizados a se desenvolver profissional e economicamente, enquanto as mulheres, quando vivenciam a maternidade, acabam sendo excluídas do mercado de trabalho, ou ficam sobrecarregadas em decorrência do excesso de trabalho. A participante *Dandara* revela que após o falecimento de sua mãe, momento em que se viu sozinha em relação aos cuidados com o filho, acabou sendo demitida de seu trabalho:

Então perdi a minha mãe... porque era minha mãe que fica com ele, não tenho com quem deixar. Eu pedi pro meu chefe se posso levar ele todo dia pra trabalhar, ele aceita, porque não é só ele que é criança que tá no club, tem parente que vem com criança também. Tem um parquinho que tem criança, deixa tudo cuidando das crianças. Então depois do falecimento da minha mãe, depois de um mês, ele me disse que eu não vai conseguir ir com ele para o trabalho. Deu a minha demissão no trabalho (Dandara)

Assim, vemos que a maternidade pode acarretar exclusão do mercado de trabalho, aumentando, pois, a vulnerabilidade psíquica e social. Além da perversidade reproduzida no mercado de trabalho, neste caso, o empregador que demite sem ao menos considerar as condições desta mulher, ressalta-se também as falhas do Estado em atender às demandas das mulheres que exercem a maternidade. Ou seja, a necessidade de exercer os cuidados das crianças poderia ser coletivizada, por meio de políticas públicas efetivas que diminuíssem a sobrecarga e exclusão socioeconômica de mulheres que também são mães (Ew, 2022).

Portanto, a exclusão social em decorrência do não acesso ao mercado de trabalho, acaba por afetar mais ainda mulheres imigrantes negras, dificultando o processo de inclusão social e reparação psíquica a este grupo social. Esta exclusão se funda, sobretudo, na intersecção de

opressões de raça, nacionalidade e gênero. Além disso, a maternidade vivenciada por mulheres migrantes também produz ainda mais exclusão social (Nascimento, 2021). Este contexto faz pensar que as ações afirmativas de acesso ao mercado de trabalho devem procurar favorecer principalmente as mulheres negras imigrantes, visto que este grupo se apresenta como mais excluído do acesso à renda e trabalho.

5.9 Possibilidade de fazer vínculos

A migração ocasiona um afastamento dos laços familiares e comunitários vivenciados no território de origem. Sendo assim, a possibilidade de vincular-se ao novo território e às pessoas que nele circulam é outro importante indicador de reconstrução da vida após o rompimento ocasionado pela migração e acontecimentos antecedentes que a proporcionaram (Martins-Borges & Pocreau, 2009). Nesta subcategoria serão analisadas as experiências dos participantes relacionadas às vinculações construídas no Brasil, nas seguintes unidades temáticas: 3.3.1 *Vínculos com outros migrantes*; e 3.3.2 *Vínculos com brasileiros*.

Existe um ditado haitiano que diz “não é possível comer quiabo com um dedo só”. Esta metáfora atenta para a necessidade de união entre as pessoas (Dalmaso, 2018). Haja vista que uma das características culturais do Haiti é o espírito coletivista, o empenho para agregar pessoas se manifesta na criação de associações, grupos de estudo, trabalho, oração e “*outras formas associativas por meio das quais são estimulados a solidariedade e o convívio com os próximos*” (Dalmaso, 2018, p. 102). Neste sentido, foi ressaltado pelos participantes a importância de construir *Vínculos com outros migrantes*, sobretudo haitianos, como refere a fala de Bernard: “*E na maioria das vezes, a gente, haitiano, a gente gosta de ficar entre nós. Não é porque gosta mesmo. Mas é que é ali que a gente consegue se comunicar, assim que a gente consegue se sentir na nossa pele, digamos assim*”.

No decorrer das entrevistas, os participantes revelavam uma rede de amizade com outros haitianos. Percebe-se, na fala de Bernard, que as amizades com conterrâneos favorecem a manutenção da língua e da cultura. Estes vínculos construídos na comunidade de haitianos podem proporcionar o sentimento de pertencimento, bem como a continuidade psíquica, indicando uma proteção frente ao choque cultural ocasionado pela migração (Martins-Borges e Pocreau, 2009). Além de fazer “sentirem-se na própria pele”, como anteriormente mencionou Bernard, ficou perceptível que a rede de amizades com outros haitianos também ofertava orientações que auxiliaram na vida cotidiana e prática no Brasil. Portanto, a comunidade entre imigrantes favorece a construção de vínculos afetivos que são importantes fatores de proteção

psíquica, pois promovem a manutenção da cultura de origem, mas também auxiliam no processo de inclusão na sociedade de destino.

Por sua vez, em relação aos *Vínculos com brasileiros*, constatou-se maior dificuldade em estabelecer relações, como revelam as seguintes falas:

Não foi fácil. Porque muita gente no Brasil, não sabe que tem haitiano vivendo aqui no território. A pessoa te vê, como se fosse espanto: "qual a sua nacionalidade?" 'haitiano' 'ah', como se fosse uma coisa que nunca viu (Liliane).

Eu tô aqui no sul do Brasil e todas as pessoas que eram meus amigos eram pessoas de fora né, Maranhão, Minas Gerais, na universidade... não tive nenhum amigo aqui do sul (Anténor).

Assim, revela-se novamente o sul do Brasil como um lugar pouco acolhedor para imigrantes, seja pela dificuldade de interação, como também pela ignorância e preconceito dos brasileiros em relação aos haitianos, como relata *Liliane*. Interessante notar que as amigas brasileiras referidas por *Anténor* são de pessoas provenientes de outros lugares do Brasil, ou seja, migrantes internos.

Por outro lado, foi perceptível que a inclusão no mercado de trabalho se constitui como fator que favorece construção de vínculos na sociedade acolhedora. Boa parte dos participantes que estavam trabalhando no momento da entrevista referiram ter vínculo com brasileiros, mas alegavam que se resumem a relações de trabalho, sem aprofundamento e confiança, como sugere a fala de *Jacques*: “*Conversa mais com haitiano que com brasileiro. Com brasileiro é só do trabalho, se precisa alguma coisa, só isso... mas falar normalmente, confiar, é com haitiano mesmo*”. Assim, reitera-se a dificuldade que imigrantes haitianos se deparam para consolidar vínculos próximos e afetivos com brasileiros, fator também revelado em outras pesquisas (Barros, 2016; Gomes, 2017).

Os participantes universitários, que vieram subsidiados por bolsas de estudo, destacaram também maiores possibilidades de vínculos com brasileiros:

Tenho, tenho bastante, em muitos estados, que eu conheço tanto pelo programa da pós graduação né, tanto pelo vôlei, pelo futebol... tenho bastante (Reginald)

Tem gente no Brasil, que quando eu converso, eu até esqueço que não é a mesma nacionalidade. Eu tenho pessoas que posso considerar como amigos (Kwame).

Portanto, reitera-se o acesso a estudo e mercado de trabalho como espaços potentes para criação de vínculos e inclusão na vida comunitária por parte de imigrantes. Ademais, a universidade se destaca como importante lugar de convivência comunitária e fortalecimento dos vínculos no país de destino, também porque se configura como local de reconhecimento no

imaginário social (Gomes, 2017). Além disso, foi perceptível, sobretudo entre os participantes homens, a prática de esportes como meio de favorecer a socialização:

Eu jogo futebol... a gente tem um time de haitianos aqui, estamos jogando um campeonato, Copa de São José, o nosso time jogou e ganhou... a minha paixão é o futebol (Bernard).

Graças ao futebol também... todos os meus amigos são do futebol mesmo... não tenho amigos da universidade porque é online... só do futebol (Samuel).

Pelas falas dos participantes é possível perceber que a prática de esportes, sobretudo futebol, proporciona bem-estar, além de promover vínculos, favorecendo a inclusão social. As práticas esportivas, de modo geral, configuram-se como um meio de promover saúde e interação, favorecendo o combate à exclusão social (Azevedo & Gomes, 2011) e, portanto, beneficiando grupos minoritários e marginalizados, como a população imigrante. Assim, o esporte parece ocupar, na vida dos participantes, um facilitador para construção de vínculos, seja com outros imigrantes, como também com brasileiros. Entre as mulheres, não foram referidas práticas esportivas. Quando questionados sobre o que fazem para se divertir, alguns homens indicaram o esporte ou passeios em lugares públicos. Já as mulheres relataram atividades como: assistir televisão, mexer no celular e brincar com os filhos. Essas observações levam a cogitar que as mulheres imigrantes apresentam menor ocupação do espaço público e, associado a isso, menores possibilidades de socialização.

De maneira geral, sobretudo entre os participantes que estavam trabalhando ou desempregados, observou-se pouquíssimas possibilidades de vínculos afetivos e de confiança com os nativos no Brasil. Esta lacuna afetiva entre brasileiros e imigrantes pode ocasionar nestes últimos, sentimentos de exclusão, solidão e, portanto, vulnerabilidade psíquica (Gomes, 2017). Assim, ressalta-se a necessidade de maior abertura para estas relações, por parte dos brasileiros. É necessário ir além do estereótipo de acolhedor, na maioria das vezes restrito a conversas iniciais, carregadas de entusiasmo e curiosidade frente à diferença, e abrir-se para construir vínculos próximos e de confiança com imigrantes, possibilitando o sentimento de pertença e vinculação ao Brasil (Barros, 2016). Por parte do poder público, ressalta-se a necessidade de ações que promovam diversidade cultural e convivência comunitária entre brasileiros e imigrantes.

5.10 Acesso a serviços públicos

A última subcategoria de análise se debruça sobre o acesso a serviços públicos como fator que influencia na reparação psíquica e inclusão social dos imigrantes no país de acolhimento. Serão analisadas as condições de acesso à 3.4.1 *Saúde*; 3.4.2 *Assistência social*; 3.4.3 *Esporte e lazer*; e 3.4.4 *Políticas públicas específicas para população migrante*.

No Brasil, o direito à *Saúde*, é regulamentado e oferecido através do Sistema Único de Saúde (SUS), que tem como um de seus princípios, a universalidade, ou seja, a oferta de serviços a todas as pessoas que se encontram em território brasileiro, independente da nacionalidade. O acesso a serviços de saúde é integral, universal e gratuito, e o SUS se destaca como exemplo de sistema de saúde democrático que não restringe o acesso a imigrantes residentes no país (Santos, 2016). Nas seguintes falas é possível notar o impacto positivo que o acesso universal e gratuito à serviços de saúde tem na vida de imigrantes:

Eu gosto muito do Brasil, gosto muito. Tem bastante coisas que eu consegui aqui no Brasil que eu não consegui no meu país. Porque no meu país tudo é pago, até hospital, até a praia, é pago também, porque tudo é privado, não é público. Hospital também, se você não tem dinheiro, você vai morrer (Dandara).

Aqui me sinto bem porque eu tenho um papel. Eu tenho permissón pra que vai em hospital, eu estou bem aqui, aqui é bom, é melhor que República Dominicana. Aqui, se trabalha... se trabalha aqui eu vive uma vida mejor (Zuri).

Para além do acesso, o SUS preconiza também atendimento digno e integral a todos os usuários do sistema. Neste viés, em relação aos atendimentos a imigrantes, se fazem necessárias estratégias de enfrentamento às barreiras linguísticas, bem como sensibilidade frente às especificidades culturais (Lopes, 2021). A participante *Liliane* também salienta a importância de tradutores linguísticos na oferta de atendimentos mais humanizados no âmbito do SUS:

Cada instituição pública deveria ter imigrantes, pra traduzir, entendeu? [...] porque quando eu chego lá, não sabe da língua portuguesa, no meu país a gente não aprende a falar português... deveria ter... no posto de saúde... porque as vezes você tenta falar uma coisa pro médico, e ele não entende... não é culpa dele, ele não entende.

Levar em conta as especificidades da pessoa atendida é responsabilidade de todos e todas profissionais do SUS. Sabemos que os serviços públicos, muitas vezes, encontram-se em condições precárias que dificultam o oferecimento de um atendimento humanizado. Contudo, é necessário ressaltar que é responsabilidade das instituições de saúde, como locais de cuidado, buscar compreender o sofrimento dos sujeitos, mesmo quando este é expresso em outra língua (Lopes, 2021).

Todavia, mais que a tradução linguística, é necessário também uma escuta sensível aos fenômenos da cultura nos atendimentos a imigrantes. O sofrimento é codificado e expresso a partir da cultura, de modo que os referenciais culturais do país de origem fundamentam as concepções de saúde e doença, bem como as práticas terapêuticas. Assim, os profissionais da saúde precisam exercer um descentramento cultural na escuta de imigrantes respeitando a alteridade que rege as concepções de saúde e doença, e atentando-se às especificidades culturais, políticas, sociais e subjetivas da pessoa atendida. A este respeito, epistemologias como a Etnopsiquiatria (Knobloch, 2015; Martins-Borges et al, 2019. Wonsoski & Domingues, 2021) e Psiquiatria Cultural (Fanon, 2020a) se destacam ao ressaltarem o descentramento cultural e a relativização do fator biológico em prol de fenômenos históricos e culturais nos atendimentos oferecidos a grupos étnicos e culturais diversos, como no caso de imigrantes. Mais que respeitar as diferenças, é preciso dialogar com a alteridade cultural, legitimando práticas e saberes distintos, a fim de oferecer atendimentos cuidadosos e humanizados a imigrantes no âmbito do SUS (Knobloch, 2015; Martins-Borges et al, 2019).

A Etnopsiquiatria haitiana tem como principal representante Louis Mars (1906-2000). Esta abordagem busca resgatar a constituição psíquica do povo haitiano, composta por uma pluralidade étnica, cultural e religiosa. Assim, refere que uma abordagem de saúde mental de haitianos e haitianas deve levar em conta sua multiplicidade sociocultural, bem como suas raízes ancestrais, constituídas por sofrimentos históricos, produzidos por catástrofes políticas e ambientais, bem como pela resistência revolucionária (Jacques & Lecomte, 2018). Reforçamos, portanto, que uma eficácia terapêutica só é possível se o saber médico e/ou psicológico dialogar com as crenças e representações de saúde e doença da pessoa atendida.

Em relação à cultura haitiana, por exemplo, a agulha pode possuir um significado específico, associado às crenças e práticas religiosas ligadas ao *vodu*, de maneira que exames e tratamentos que utilizem esse instrumento podem ser lidos como invasivos por alguns pacientes haitianos. Outra diferença diz respeito ao conjunto de exames de acompanhamento gestacional, nomeados pré-natal, que apesar de ser uma prática naturalizada no Brasil, não é tão comum no referencial cultural das haitianas (Santos, 2016). Em relação ao tratamento de doenças, o povo haitiano costuma, historicamente, recorrer muito mais à curandeiros e médicos tradicionais, do que à medicina ocidental, por motivos de práticas culturais e crenças religiosas, bem como pelo baixo acesso a serviços de saúde no Haiti que, em geral, são pagos (Jacques & Lecomte, 2018). Nestes moldes, ressaltamos que consultas médicas devem estar fundamentadas no respeito à liberdade e diversidade religiosa, buscando construir, junto com os pacientes, caminhos terapêuticos condizentes com suas crenças e concepções de saúde e doença.

Por fim, legitimar o sofrimento psíquico de pessoas deslocadas de seus locais de origem não pode implicar na patologização da diferença. Ou seja, quando se opera uma escuta clínica centralizada no saber médico ocidental, corre-se o risco de operar uma medicalização da experiência migratória, através do controle farmacológico de sofrimentos que tem origens em contextos complexos que produzem vulnerabilidade psíquica e marginalização social. Não significa negar que algumas situações produzem angústia que ultrapassa as possibilidades psíquicas de simbolização. Mas é preciso questionar condutas clínicas que escutam apenas o sintoma, sob um enfoque tão somente biomédico e que opera uma categorização psiquiátrica de sofrimentos que se originam de contextos sociais e culturais complexos e diversos. Questiona-se, pois, esse saber médico e psicológico ocidental que se coloca como verdade universal, e não considera as diferenças e singularidades (Knobloch, 2015).

Outra política pública muito relevante na reconstrução da vida de imigrantes é a *Assistência social*. No Brasil, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) regulamenta o conjunto de ações que visam prover necessidades sociais básicas, constituindo um dos pilares da seguridade social (Lei n. 8.742/1993). Diferente do SUS, que prevê acesso universal, ou seja, à todas as pessoas, o SUAS integra um conjunto de serviços e ações destinados a quem necessitar, podendo abranger também a população imigrante. Nestes moldes, três participantes não tinham Cadastro Único do SUAS. Por sua vez, os outros sete participantes tinham: seis eram ou já haviam sido beneficiários do Bolsa Família, e um tinha benefício ID Jovem.

Uma das funções do SUAS é promover e facilitar o acesso à renda para famílias beneficiárias, articulando ações que visam à inclusão econômica e superação da pobreza. Em vista disso, o participante *Bernard* relata que conseguiu um trabalho com salário melhor após realizar um curso na qual foi encaminhado pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS): “*a única ajuda que me lembro que recebi, era no IFSC em São José, o auxílio estudante, alguma coisa assim, que eu recebia todo mês... Depois tem o CRAS também... foi no CRAS que eu tinha achado essa oportunidade de fazer o curso de eletricidade empresarial*”. Assim, ressalta-se a importância das políticas de assistência social no acesso à renda e inclusão socioeconômica de imigrantes.

Contudo, assim como o acesso à saúde por imigrantes pode ser dificultado pelas barreiras linguísticas e diferenças culturais, o mesmo pode ocorrer em instituições voltadas à assistência social. A participante *Liliane* exemplifica tais barreiras institucionais:

Assistência social é depois de muita insistência. Você tem que insistir mesmo pra conseguir o que você quer na assistência social (Liliane)

Como assim? (Pesquisadora)

Ah, você foi lá, você tinha que tá agendada... 'ah moça, vai pra casa, tem que chamar tal número'... imagina só, você não fala português, e tem que ligar aonde a pessoa não vai te ver pra entender o que você quer dizer... e a pessoa fala uma coisa você não entende. E outro dia quando chega lá, fala que você tinha que trazer um documento, e você não traz porque não entendeu o que tinha que trazer... 'ah, você tem que voltar outro dia, trazer tal documento' (Liliane)

O desconhecimento das normas e rotinas das instituições no país de destino dificulta a inclusão social de imigrantes. Assim, verificam-se situações de violência institucional quando a excessiva burocratização do sistema acaba por dificultar o acesso dos imigrantes aos serviços, desconsiderando necessidades específicas como as barreiras linguísticas e desconhecimento referente aos serviços (Santos, 2016). Portanto, a situação relatada por *Liliane* pode ser nomeada como expressão de violência e racismo institucional, que se define por atitudes discriminatórias de uma instituição que, através de ações ou negligência, limitam o acesso qualificado a serviços, em decorrência da cor, cultura, ou origem étnica, ocasionando desvantagens às minorias atendidas (Eurico, 2013).

Como anteriormente referido, a superação da barreira linguística para efetivo acesso aos direitos, requer ações dos serviços públicos, que devem proteger a dignidade e garantir os direitos das minorias linguísticas, prezando pelo princípio de equidade. Portanto, são as instituições públicas que precisam enfrentar as limitações linguísticas a fim de oferecer um atendimento digno e humanizado (Gorovitz & Sá, 2022). Mesmo sem a presença de tradutores, as equipes que compõem os serviços devem encontrar meios que possibilitem compreender as demandas de seus usuários e se fazer entendíveis a estes, e não o contrário.

Apesar de a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) instituir como um de seus objetivos “contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais” (Brasil, 2005), na realidade cotidiana observam-se poucas ações públicas que priorizem o acesso do grupo de imigrantes à direitos sociais. A assistência aos imigrantes, em geral é protagonizada por ONGs e instituições religiosas, que oferecem ações em caráter emergencial e com teor assistencialista (Gomes, 2017; Véran et al., 2014). Salientamos os esforços dos profissionais do SUAS em oferecer atendimento humanizado perante uma precarização do próprio serviço público. Neste sentido, reivindicamos maior protagonismo do Estado em assegurar que os serviços ofereçam proteção e assistência à população imigrante em território brasileiro. É necessário superar o assistencialismo, e incluir efetivamente os imigrantes nas políticas de assistência social.

Por fim, analisamos os impactos que *Políticas públicas específicas para população migrante* podem ocasionar. Como já referido, chamou atenção o baixo apoio institucional que os imigrantes participantes da pesquisa relataram ter recebido para se estabelecerem no Brasil. A instabilidade das políticas migratórias brasileiras se traduz em ações tomadas em caráter emergencial, que visam suprir demandas de momentos de crise e, em geral, se limitam ao momento de entrada no país, como a oferta de vistos humanitários. Assim, verifica-se pouco entusiasmo do poder público em ações que auxiliem os imigrantes na vida cotidiana posterior ao momento de chegada (Prado & Araújo, 2019; Véran et al, 2014). O participante *Bernard* relata essa escassez de apoio institucional enfrentada em seu processo de inclusão no Brasil:

Não sei se era por falta de conhecimento também, porque não sabia nada sobre o funcionamento do país, não tinha também uma pessoa que poderia naquela época me guiar a respeito disso. Então naquela época, uma ajuda dessa seria bem-vinda. Como eu falei pra ti, talvez faltava informação, não sei, hoje em dia eu percebe que as coisas estavam ali presente. Só que a gente não tinha acesso à informação, é isso que eu percebe hoje em dia, e a barreira da língua também, porque eu não entendia nada.

Com estas palavras, o participante relata o desamparo institucional, ou seja, a omissão Estatal, que limitou sua vida nos primeiros meses e anos no Brasil. Ou seja, políticas públicas específicas para a população imigrante poderiam favorecer o acesso à informação sobre questões importantes da vida cotidiana no Brasil. O problema da falta de informação também foi referido pelos participantes ao relatarem barreiras no acesso à saúde, assistência social educação formal e lazer.

O município de Florianópolis (SC), pressionado por ações de coletivos pelos direitos migratórios, inaugurou, em 2018, o Centro de Referência de Atendimento a Imigrantes (CRAI/SC), serviço de abrangência estadual. O CRAI, composto por atividades de caráter psicossocial, proporcionava essa atenção especializada às demandas da população migrante na região, mas encerrou suas atividades em setembro de 2019, fato que ressalta o descaso do poder público em relação às políticas específicas para população migrante (Barros, 2022). Em 2022, um edital do Ministério da Justiça e Segurança Pública financiou a abertura do Centro de Apoio e Atendimento a Imigrantes de Santa Catarina (CAISC), projeto social ofertado pela Associação dos Imigrantes de Santa Catarina (AISC). Mas, este edital também tem prazo de validade e, portanto, repete o padrão de política emergencial e inconsistente.

Portanto, apoio institucional a imigrantes, em geral fica restrito a iniciativas privadas da sociedade civil, sobretudo protagonizadas por ONGs. Não se nega a importância destas iniciativas, mas trata-se de ações isoladas e desarticuladas, o que faz com que as demandas

fiquem fragmentadas, e a situação não seja considerada em sua amplitude e complexidade (Barros, 2022). Questiona-se, portanto, a omissão do poder público em construir políticas migratórias consistentes que amparem esta população de maneira integral, atentando-se para a amplitude de suas demandas, que vão além de oferecer visto humanitário (Prado & Araújo, 2019).

Além disso, o participante *Bernard* reforça a barreira linguística, fator relatado também por outros participantes no acesso à vida comunitária e serviços públicos. Como caminho possível para superação desta barreira sugere-se políticas públicas que favoreçam a presença de tradutores linguísticos (Gorovitz & Sá, 2022) e mediadores culturais nos demais equipamentos da rede pública. Além disso, são necessárias estratégias que favoreçam o acesso de imigrantes a cursos de língua portuguesa.

Outro ponto que carece de ações públicas efetivas são mecanismos de incentivo a denúncias de violências sofridas, bem como responsabilização dos casos. A participante *Liliane* relatou uma situação de discriminação xenofóbica vivenciada e, quando questionada se fez alguma denúncia do caso respondeu que não, porque: “*eu não tem nada pra denunciar... pra você denunciar, você sabe que vai ter uma solução... mas quando você sabe que não vai resolver nada, não vale a pena, falar em vão... a pessoa escreve e deixa lá... não vai resolver porque não tem lei, não tem nada*”. Assim, a participante relata uma falta de confiança de que violências xenofóbicas podem ser denunciadas no Brasil. Como anteriormente discutido, a falta de confiança nas instituições do próprio país parece acompanhar a população haitiana, e pode estar sendo reproduzida no país acolhedor. Ademais, a falta de confiança institucional pode ser desenvolvida em imigrantes, por estarem em condição de vulnerabilidade social. Contudo, a participante alerta para a fragilidade das medidas de combate à xenofobia e ao racismo no Brasil. Sabemos que quando uma denúncia é feita em vão, sugere o consentimento do Estado em relação a essas violências. Portanto, enaltecemos a importância de legislações que amparem imigrantes e promovam efetivamente o combate à xenofobia e ao racismo no Brasil. Importante ressaltar que a criação de medidas que favoreçam as denúncias e responsabilização dos autores da violência é um importante passo. Mas a reparação requer também medidas amplas de reconhecimento dos danos causados e das histórias dos sujeitos afetados por estas violências.

Este capítulo se dedicou a compreender as possibilidades de reparação psíquica em imigrantes haitianos através do acesso à educação, trabalho e serviços públicos que garantam direitos básicos. Detectou-se baixo acesso a cursos de língua portuguesa. O acesso ao ensino superior amplia as possibilidades de reconstrução da vida de imigrantes, podendo beneficiar também a sociedade de origem e de destino, mas constatou-se barreiras no acesso e

permanência de imigrantes ao ambiente universitário. Com relação ao trabalho, constatou-se maiores possibilidades de acesso à renda no Brasil, mas obstaculizadas por condições laborais precárias como salário insuficiente, acúmulo de cargo e informalidade, bem como desigualdades de gênero que acometem maior exclusão de dificuldade de ascensão social de mulheres imigrantes. Por fim, analisou-se as condições de acesso a serviços públicos, sublinhando os benefícios destes, mas também sinalizando algumas barreiras no usufruto de direitos como saúde, assistência social e educação por imigrantes no Brasil. Assim, reitera-se a importância de políticas públicas específicas a esta população que atendam às suas necessidades e promovam maior inclusão social de imigrantes na sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tecer reflexões sobre o final de um processo requer retomar as motivações do início. Motivada por inquietações teóricas e práticas a respeito do traumático, a pesquisadora ingressou no PPGP/UFSC e, ao adentrar no programa, se inseriu no projeto de extensão Clínica Intercultural, participando de supervisões coletivas e atendimentos psicoterapêuticos oferecidos a imigrantes na região de Florianópolis (SC). Essa participação, associada aos estudos teóricos, despertou o interesse em investigar as possibilidades de reparação psíquica em processos migratórios. Neste contexto, a imigração haitiana ao Brasil se destacou por ter ocorrido após a exposição a um evento potencialmente traumático, bem como por se configurar como uma das principais nacionalidades que o Brasil tem recebido nos últimos anos. A partir deste interesse de estudo, delimitou-se como objetivo geral da pesquisa compreender as possibilidades de reparação psíquica no contexto pós-migratório para imigrantes haitianos residentes na região da Grande Florianópolis.

Com relação aos objetivos específicos, refletiu-se sobre algumas respostas encontradas e outras inquietações suscitadas que pudessem motivar o desenvolvimento de outras pesquisas. Antes, algumas considerações sobre o percurso são necessárias. A revisão de literatura não seguiu padrões de sistematização, o que configura uma limitação desta pesquisa e aponta a necessidade de revisão sistemática em outros estudos que abordem a temática. Para alcançar os objetivos propostos, realizou-se a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas e a aplicação do Formulário Sociodemográfico Intercultural (NEMPsiC/UFSC). Para acessar os participantes, a pesquisadora estabeleceu alguns contatos em sua rede inicial e, a cada contato enviado, a rede aumentava. Uma constatação evocada neste percurso de acesso aos participantes foi a importância de que o contato fosse realizado através de uma “ponte de confiança”, ou seja, referenciando alguém ou alguma instituição que tivesse uma relação prévia de confiança com os participantes. Contatos feitos sem que a pesquisadora mencionasse alguém conhecido pelos possíveis participantes geralmente não proporcionavam respostas. Além desses contatos, a pesquisadora também se inseriu no campo de pesquisa por meio da participação em eventos e audiências públicas sobre políticas migratórias municipais.

Alguns fatores podem ser referidos como barreiras de acesso aos participantes. Uma possível desconfiança em relação à pesquisa, mesmo quando a pesquisadora mencionava pessoas conhecidas, que pode estar relacionada à destruição da confiança como um efeito do traumático. A desconfiança também se relaciona com a dimensão coletiva e histórica do Haiti, país marcado por instituições extremamente frágeis que, muitas vezes, falham no objetivo de

proteger e assegurar a segurança da população, podendo levar os sujeitos a considerar que devem se proteger sozinhos. Nesse sentido, tal desconfiança pode ser lida como uma tentativa de se proteger na sociedade acolhedora. Marcadores de raça, classe social e nacionalidade também são fatores que afetam as relações produzidas no contexto da pesquisa. O fato de a pesquisadora ser uma mulher branca, de nacionalidade brasileira, e inserida em uma posição social favorecida por estar vinculada ao meio universitário, também pode ter escancarado a diferença e alimentado a desconfiança de possíveis participantes. Ademais, o convite a falar sobre os efeitos que um terremoto provocou em suas vidas, bem como os percalços do processo migratório, apesar de possibilitar o compartilhamento das experiências, pode não soar muito cativante, pois também implica narrar acontecimentos difíceis, podendo evocar sofrimento.

Diferenças de gênero também foram constatadas no acesso aos participantes. Esta pesquisa contou com a participação de sete homens e três mulheres, indicando pouca possibilidade de aprofundamento com relação às experiências de mulheres. Uma mulher, após receber o convite, respondeu que precisaria verificar com o esposo sua possibilidade de participação na pesquisa, e também solicitou que o mesmo estivesse presente no momento da entrevista. Contudo, após adiar o agendamento da entrevista por diversas vezes, por motivos de saúde e não disponibilidade do esposo, a pesquisadora decidiu por não continuar insistindo, mas se colocou à disposição para que ela indicasse uma data no momento propício. A entrevista acabou não acontecendo, mas a solicitação de que o esposo estivesse presente pode indicar nuances de papéis de gênero na cultura haitiana. Um possível entendimento para essa situação, aponta para os constantes riscos de violações vivenciado por mulheres haitianas, que podem recorrer a homens (pais, esposos, etc.) para validar que está em segurança. Essa solicitação também se alinha ao coletivismo característico da cultura haitiana. Contudo, devido à não participação desta mulher na pesquisa, esse aspecto não pôde ser aprofundado, produzindo uma fissura nos dados que pode ser investigada mais cuidadosamente em outros estudos.

Inserida no campo à procura de participantes, a pesquisadora conversou com profissionais de serviços que atendem imigrantes, e escutou algumas vezes que o atendimento a haitianos tem reduzido nos últimos anos. Uma psicóloga de um CRAS em Florianópolis associou que imigrantes desta nacionalidade não têm necessitado dos serviços da assistência social recentemente por estarem mais inseridos no mercado de trabalho, haja vista o tempo de chegada da maioria desta população. Essa hipótese levantada pela profissional não condiz com os resultados desta pesquisa, pois verificou-se condições de trabalho precárias, renda insuficiente, informalidade e, principalmente na realidade das mulheres imigrantes, a amargura do desemprego. Assim, constata-se uma redução nos atendimentos a haitianos na assistência

social devido a problemas no acesso a este serviço, e não por falta de necessidade. Além disso, a profissional ressaltou conhecer alguns haitianos que estão deixando o Brasil, dado que também foi anunciado por um trabalhador de uma ONG que atua com a população. Nesta linha, uma pessoa contatada recusou participar da pesquisa por estar organizando a saída do Brasil em direção aos Estados Unidos, e uma participante anunciou que programava ir para o México. A constatação de que muitos imigrantes haitianos estão deixando o Brasil em direção a outros destinos migratórios sugere algumas fragilidades no país em oferecer condições que facilitam a inclusão social e o processo de reparação psíquica.

A migração aparece como uma possibilidade de reparação psíquica principalmente quando as condições do local de origem representam um potencial traumático, que minam a possibilidade de viver de maneira digna. Os fluxos migratórios globais têm sido muito impactados nos últimos anos pela ocorrência de desastres ambientais, bem como por consequências das mudanças climáticas. Vivenciar um desastre ambiental produz efeitos na vida singular e coletiva, e pode gerar sofrimento psíquico prolongado quando não se encontra vias de reconhecimento e elaboração. Em alguns casos, devido à falta de recursos materiais e simbólicos para superar o acontecimento, os efeitos primários da experiência podem se cristalizar na vida psíquica, produzindo sofrimento de ordem traumática. Desta forma, a escuta dos participantes da pesquisa revelou que o choque e a confusão psíquica, relatados diante do terremoto, podem ter se concretizado como efeitos do traumático através da dificuldade de alguns participantes em encontrar palavras para narrar a experiência, mesmo anos após o acontecido. Além disso, as dores no corpo também podem ser compreendidas como formas de expressão do sofrimento psíquico, diante da falta de palavras que deem conta de traduzir a dor psíquica.

No momento de escuta sobre o terremoto, a barreira linguística também se revelou como uma limitação desta pesquisa. A única língua compartilhada no momento das entrevistas entre participantes e pesquisadora era o português, impossibilitando que as conversas ocorressem na língua materna, o crioulo haitiano. Sobre este aspecto, evidenciam algumas limitações da pesquisa. Em primeiro lugar, limitações da pesquisadora por, de acordo com suas condições, somente oferecer a possibilidade de entrevistas em português. Numa esfera coletiva, depara-se também com limitações referentes à falta de acesso a mediadores culturais para acompanhar pesquisas realizadas com imigrantes.

Outro efeito primário do desastre, o medo, também pode se cristalizar na vida psíquica como uma falta de confiança, mesmo quando os riscos atrelados aos desastres de outro momento, não estão mais presentes. Para além, encontramos outros efeitos do traumático como

as reminiscências, ou seja, sensação de que o evento está se repetindo, e algumas mudanças em si após o desastre. As repetições podem ser compreendidas como intrusão do traumático na vida psíquica, pois sinalizam a cristalização do evento. Já as mudanças em si revelam o peso da experiência ao acarretar transformações narcísicas.

Algumas vezes o deslocamento acontece após a ruptura ocasionada por eventos catastróficos, como guerra, perseguição política e desastres ambientais. Outras vezes esses eventos também se associam a outras condições precárias que dificultam a continuidade da vida. Os imigrantes haitianos participantes desta pesquisa sofreram as consequências simbólicas e materiais de vivenciar um terremoto. Mas também tiveram suas vidas afetadas pela escassez de recursos, o que dificultou a reconstrução coletiva do país e agravou condições sociais que já eram precárias devido ao histórico de ditaduras e bloqueios de países imperialistas que o Haiti enfrenta desde a libertação. Assim, verificou-se que a saída do Haiti foi motivada pelo acúmulo de problemas coletivos, como a gritante desigualdade social, que dificulta o acesso à educação formal e ao mercado de trabalho, bem como pela instabilidade política que produz um cenário de insegurança e alimenta uma desesperança de melhoria das condições. Tais fatores sociais complexos se emaranhavam com eventos ambientais, produzindo um cenário que distanciou, na perspectiva dos participantes, a possibilidade de sonhar e viver na terra natal. Consideramos que motivações de outras ordens, como fatores familiares e afetivos, também podem influenciar os fluxos migratórios. Em decorrência das novas crises enfrentadas pelo Haiti, novos movimentos migratórios têm se deflagrado, e o Brasil se configura como possível destino devido ao objetivo de reunificação com familiares residentes neste território (Demétrio et al., 2023). Contudo, fatores familiares e afetivos não foram inclusos no questionário desta pesquisa como possíveis motivadores, revelando uma limitação que pode ser abordada com maior amplitude em outros estudos.

Apesar de sofrer as consequências de um histórico de repressões imperialistas, a população haitiana também é reconhecida como símbolo de bravura e rebeldia, haja vista ter sido a primeira nação a conquistar a libertação escravocrata por meio de uma luta revolucionária. Em vista dessas consequências, os haitianos continuam lutando para garantir sua sobrevivência, tanto material como simbólica, e essa luta, muitas vezes, se concretiza nas migrações. Historicamente, nos destinos migratórios da população haitiana, se destacam Estados Unidos e países francófonos, como Canadá e França. Todavia, no período pós-terremoto de 2010, as condições de entrada nestes países estavam dificultadas. Essas limitações se relacionam à crise econômica vivenciada, sobretudo no norte global, na época em que esse fluxo migratório haitiano se iniciou em oposição ao Brasil que apresentava crescimento

econômico e, portanto, potencial atrativo nos destinos migratórios. Mas a geopolítica global também é influenciada pelo histórico colonial, que continua a produzir exclusão social, principalmente de populações provenientes de periferia global. Neste contexto, o Brasil se tornou uma possibilidade de destino por já ter estabelecido relações com o Haiti no âmbito militar, mas também por outros fatores, como acordos universitários, crescimento econômico do Brasil e pela influência dos primeiros imigrantes haitianos que aqui vieram.

O crescimento de migrações entre países do sul global se configura como um fenômeno contemporâneo que adiciona tensionamentos nas relações geopolíticas mundiais, ao passo que afetam sobretudo as comunidades locais, evidenciando novos desafios (Baeninger & Peres, 2017). Assim, o recebimento em massa de imigrantes de uma mesma nacionalidade, após o terremoto de 2010, insere no Brasil a necessidade de rever políticas migratórias e medidas de acolhimento a estas populações. Nesse sentido, a migração de haitianos para o Brasil inaugura novas tensões na política migratória nacional, e ainda reverbera coletivamente ao evidenciar a necessidade de produzir condições de acolhimento mais consistentes e eficientes.

Apesar de receber esses novos imigrantes, com a concessão de visto humanitário e também de programas de incentivo ao recebimento de estudantes haitianos nas universidades, o Brasil se mostrou muito incipiente em produzir ações que atendessem às necessidades específicas desta população, bem como garantir condições que favoreçam a inclusão social. Nesta pesquisa foram constatados baixo apoio institucional aos imigrantes haitianos, bem como poucas ações que visam garantir não apenas o acesso, mas também a permanência em serviços como educação, trabalho, saúde e assistência social. Esse contexto de despreparo do Brasil no acolhimento a imigrantes se agrava em decorrência da crise econômica e política que se instaurou na vida coletiva brasileira, sobretudo entre 2010 e 2019 (Costa et al., 2022), e se apresenta de forma ainda mais devastadora na realidade da população imigrante. Assim, as condições sociais de despreparo, associadas às crises econômicas e políticas, colaboram para que a imigração de haitianos ao Brasil, após o terremoto de 2010, se configure como migração de crise (Baeninger & Peres, 2017). Este contexto impacta diretamente na vida de haitianos que estão no Brasil, ao distanciar a possibilidade de retorno ao país de origem, bem como de reunião familiar devido às condições financeiras, o que aproxima este processo migratório do deslocamento involuntário, ampliando os impactos psíquicos nestes imigrantes (Martins-Borges, 2013).

Despedir-se do país de origem implica o afastamento de laços familiares e comunitários. Mas, muitas vezes, espera-se que esse afastamento seja temporário e, no caso de haitianos, é comum o ato de retornar ao Haiti para visitar ou buscar familiares que ficaram. Neste viés, as

dificuldades encontradas para retornar ao Haiti, assim como em trazer familiares ao Brasil, se configura como fator de risco à saúde mental de imigrantes haitianos, tendo sido verificada nas entrevistas a partir de uma sensibilização ao falar sobre o momento de despedidas. É difícil falar em despedidas quando se perdem as perspectivas de reencontro. O choro de alguns participantes, ao falar sobre as despedidas, anunciava que o sonho de retorno ou reencontro estava interrompido, pelo menos até aquele momento.

A migração é um fenômeno singular e coletivo, pois impacta na vida psíquica e relacional dos sujeitos, além de gerar efeitos no laço social, evocando, nas sociedades, a necessidade de acolher a diferença. Os imigrantes haitianos que participaram desta pesquisa relataram sofrimento psíquico relacionado à condição migratória que se expressam através da dificuldade financeira, fruto da crise econômica no Brasil associada à desvalorização laboral de imigrantes, que impossibilitou, para muitos, o tão esperado retorno ao país de origem, bem como o reencontro com familiares. Outros sofrimentos psíquicos produzidos pelo contexto migratório estão relacionados às diferenças culturais, bem como vivências de racismo e xenofobia.

A cultura possibilita meios para expressar-se, estabelecendo a comunicação entre mundo interno e externo, e de localizar-se no mundo. Assim, os imigrantes requerem por condições de ser e estar no mundo, a partir de seus referenciais simbólicos e culturais. É esperado das sociedades, portanto, que se garanta o direito à diferença. A importância da alteridade cultural é também expressa por Ailton Krenak (2019, p. 16): “ter diversidade, não isso de uma humanidade com o mesmo protocolo. Porque isso até agora foi só uma maneira de homogeneizar e tirar nossa alegria de estar vivos”.

Expressões de racismo e xenofobia também foram relatadas por alguns participantes, mas percebeu-se que aqueles que tinham acesso ao estudo formal pareciam nomear mais facilmente essas situações. Este dado aponta para a importância das universidades em promover reconhecimento de violências. Também foi referido o sul do Brasil como um lugar menos acolhedor às diferenças relacionadas à cultura e raça.

Em um dos eventos que participou durante o campo da pesquisa, a pesquisadora testemunhou uma lamentável situação de ódio. No dia 18 de maio de 2022, em comemoração ao Dia da Bandeira do Haiti, a comunidade haitiana regional organizou um evento de celebração da cultura de origem que aconteceu na modalidade on-line. Logo no início do evento, durante a transmissão do hino haitiano, alguns perfis sem foto e sem identificação começaram um violento ataque com áudios e mensagens de texto. Uma crueldade inestimável que impossibilitou a continuidade do evento e denuncia que racismo e xenofobia no Brasil não são

apenas fenômenos velados. São mecanismos opressivos que continuam evidenciados na sociedade brasileira, principalmente motivados pelo aumento de ideologias da extrema direita, marcadas por um excessivo conservadorismo e nacionalismo que se materializam no ódio e rejeição às diferenças.

Ainda em relação às condições do Brasil no acolhimento de imigrantes, essa pesquisa analisou as possibilidades de continuação dos estudos, acesso ao mercado de trabalho, socialização e usufruto dos serviços públicos. Constatou-se que o Brasil tem oferecido algumas medidas de acesso à educação, trabalho, saúde e assistência social. Contudo, medidas que garantam permanência dos imigrantes nestes aspectos da vida coletiva ainda são escassas, e requerem ações por parte do poder público e da sociedade civil que atendam às necessidades específicas desta população, amenizando as desigualdades. Além disso, a socialização, traduzida na possibilidade de construir vínculos com o novo local e pessoas que nele circulam, também requerem mais medidas do poder público, como ações que favoreçam a diversidade cultural e integração entre brasileiros e imigrantes. Portanto, são necessárias políticas que favoreçam o acesso e a permanência da população migrante aos serviços públicos, como forma de garantir a materialidade dos direitos humanos.

Foi possível constatar, nesta pesquisa, algumas desigualdades de gênero, dentro da população imigrante. As mulheres apresentaram menor acesso à educação formal, trabalho e renda, bem como menor possibilidade de socialização. Marcadores de classe social também evidenciaram diferenças, vez que os participantes com acesso à universidade demonstravam maiores indícios de inclusão social, como acesso a trabalhos mais remunerados, vínculos com brasileiros, e maior fluência no português. Neste viés, consideramos que os participantes desta pesquisa revelaram diferentes realidades cotidianas e possibilidades de inclusão, que se construíram a partir de marcadores sociais como gênero e classe social.

As entrevistas finalizavam questionando sobre a continuidade da vida, os sonhos e planos para o futuro, abrindo possíveis vias de elaboração do processo migratório. Elaborar o processo migratório requer o reconhecimento das perdas impostas pela saída do lugar de origem, mas também dos ganhos que o novo lugar pode ofertar. Apesar das perdas, a migração também pode possibilitar a abertura para novas experiências e aprendizados. Do ponto de vista subjetivo, a migração é uma experiência de grande impacto, que impõe muitas perdas e requer elaboração de diversos lutos, mas também pode possibilitar construir novas histórias, ofertando crescimento a ampliação da rede vincular e simbólica. O novo lugar pode revelar novas formas de compreender e vivenciar o mundo, bem como partes de si até então desconhecidas. Ou seja, o caminho que se trilha para conhecer um novo lugar pode também levar o sujeito ao

conhecimento de si mesmo, e à ampliação de suas potencialidades. Assim, ressaltamos a importância de que o migrante encontre uma flexibilização interna para abrir-se à novas experiências e outras maneiras de vincular-se ao território e às pessoas no novo país.

Contudo, a integração no novo país é um processo complexo e contínuo, e requer também medidas da sociedade acolhedora. Em termos de posição social, nas artimanhas da exclusão, o imigrante, sobretudo proveniente de países pobres, muitas vezes é definido como não pertencente, o que gera preconceito e exclusão social. A desvalorização profissional e não reconhecimento de suas formações implica um apagamento de suas histórias, e traz consequências como marginalização social e sofrimento psíquico. Nesse sentido, a reparação psíquica é também um processo coletivo, pois requer o reconhecimento social dos danos e a legitimação dos sujeitos e, no caso de imigrantes haitianos, envolve ainda atravessamentos de raça, classe, gênero e cultura. Assim, mais que medidas assistencialistas e emergenciais, a luta pelas condições dignas à imigrantes requer articulação coletiva. É importante que os imigrantes obtenham reconhecimento como cidadãos que estão exercendo o direito fundamental de migrar, e conquistem acesso e permanência em todos os âmbitos da vida coletiva nos países de destino, haja vista que também estão contribuindo com estes países, ampliando as possibilidades de vida coletiva através da diversidade cultural. A superação de barreiras na esfera coletiva da vida de imigrantes requer mobilização social, muito bem sintetizada nas palavras de Sueli Carneiro: “marcharemos contra o racismo, pela cidadania, pela vida e por reparações” (2011, p. 93).

O final de uma pesquisa, sobretudo no âmbito das ciências humanas, é tão somente uma delimitação processual de um estudo que deve anunciar seu encerramento, mas reconhece que as reverberações psíquicas e sociais de vivenciar um desastre ambiental e um processo migratório não se esgotam. A pesquisa termina, principalmente, porque se desenvolve dentro de uma configuração cronológica, mas as inquietações continuam. Neste trabalho, procuramos apontar alguns elementos, na esfera individual e coletiva, que favorecem o complexo processo de reparação psíquica. O reconhecimento dos danos é crucial para que os sujeitos encontrem vias de elaboração de acontecimentos potencialmente traumáticos. Assim, a reparação psíquica sugere resgatar a própria história, construindo uma narrativa de reconhecimento. Por sua vez, nomear afetos é tarefa laboriosa, não linear, e cheia de impossíveis no percurso. E neste processo também se articulam o reconhecimento coletivo e as condições sociais de reconstrução da vida. Assim, nesta pesquisa, tecemos algumas elaborações sobre a influência da inclusão social no processo de reparação psíquica, e consideramos que uma análise mais aprofundada sobre a relação entre esses complexos conceitos pode motivar investigações futuras.

Espera-se que as considerações finais deste trabalho possam sensibilizar para uma escuta acolhedora e aberta às diferenças. A pesquisa científica carrega consigo a responsabilidade de produzir impacto social, melhorando as condições de vida das populações. Neste sentido, produzir pesquisas voltadas às populações imigrantes se configura como uma das vias de reconhecimento do direito de migrar como fundamental a todo ser humano e legitimar a cidadania de pessoas em deslocamento. De igual forma, espera-se ter contribuído para a sensibilização a respeito das experiências migratórias de haitianos e haitianas ao Brasil, bem como a necessidade de aprimorar as condições de acolhimento a esses sujeitos no território brasileiro.

REFERÊNCIAS

- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. ACNUR. (2016). *Haiti: Eight months after the earthquake*. Genebra. <https://reliefweb.int/disaster/eq-2010-000009-hti>.
- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (2009). *Cambio climático, desastres naturales y desplazamiento humano: la perspectiva del ACNUR*. Recuperado 10 out. 2023, em <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/6936.pdf?view=1>.
- Arroyo, L. (2021, 21 de agosto). Haiti, um país mergulhado na tragédia. *El País*. <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-08-22/haiti-um-pais-mergulhado-na-tragedia.html>.
- Azevedo, C. M. M. de. (1987). *Onda Negra Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. Paz e Terra.
- Azevedo, M. A. O. de., & Gomes Filho, A. (2011). Competitividade e inclusão social por meio do esporte. *Revista Brasileira De Ciências Do Esporte*, 33(3), 589–603. <https://doi.org/10.1590/S0101-32892011000300005>
- Baeninger, R., & Peres, R. (2017). Migração de crise: A migração haitiana para o Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População* [online], 34. doi.org/10.20947/S0102-3098a0017.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: edições.
- Barlow, D. H., & Durand, M. R. (2011). *Psicopatologia: uma abordagem integrada*. Cengage Learning.
- Barros, A. F. O. (2022). *Da alteridade à condição precária: CRAI-SC e a construção de políticas públicas para imigração na região de Florianópolis*. 2022. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- Barros, A. F. O. (2016). *Reconstrução em movimento: os impactos psicológicos do terremoto de 2010 em imigrantes haitianos*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Barros, A. F. O., & Martins-Borges, L. (2018). Reconstrução em Movimento: Impactos do Terremoto de 2010 em Imigrantes Haitianos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38. doi.org/10.1590/1982-3703003122016.
- Bento, M. A. S. (2002). *Branqueamento e Branquitude no Brasil*. São Paulo: CEERT.
- Betts, J. (2013). Diferença cultural, sofrimentos da identidade e a clínica psicanalítica hoje. *SIG Revista de Psicanálise*, 2(1), 85-97.

- Brasil (2005). Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Bulamah, R. C. (2015). Um lugar para os espíritos: os sentidos do movimento desde um povoado haitiano. *Cadernos Pagu*, 45, 79-110. doi.org/10.1590/18094449201500450079
- Carneiro, S. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- Carvalho, M. T. M. (2012). Sofrimento psíquico, acontecimento traumático e angústia pulsional. *Psicologia em Estudo*, 17(3), 487-497. <http://www.scielo.br/pdf/pe/v17n3/a14v17n>.
- Costa, D. C. A. R. et al. (2022). Crise econômica e disparidades no gasto, oferta e utilização de serviços públicos e privados de saúde no Brasil no período entre 2011 e 2019. *Cadernos De Saúde Pública*, 38(10), 2-17.
- Dalmaso, F. (2018). Heranças de família: terras, pessoas e espíritos no sul do Haiti. *Mana*, 24(3), 96–123. <https://doi.org/10.1590/1678-49442018v24n3p096>
- Dal Molin, E. C. (2016). *O terceiro tempo do trauma: Freud, Ferenczi e o desenho de um conceito*. São Paulo: Perspectiva.
- Demétrio, N. B., Baeninger, R., & Domeniconi, J. de O. S. (2023). Imigração haitiana no Brasil: questão humanitária e reunião familiar. *REMHU: Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana*, 31(67), 177–195. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006711>.
- Eurico, M. C. (2013). A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. *Serviço Social & Sociedade*, (114), 290–310. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282013000200005>
- Ew, J. A. (2022). *Impactos Psicológicos do Processo Migratório em Imigrantes Venezuelanos Residentes em Santa Catarina*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Fagundes, L. M.; Sparemberger, R. F. L., & Loch, A. S. (2018). O utilitarismo na política migratória brasileira: a luta por direitos humanos dos migrantes. *Revista Direitos Culturais Santo Ângelo*, 13(31), 355-377.
- Fanon, F. (2020a). *Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos*. São Paulo, Ubu Editora.
- Fanon, F. (2020b). *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo, Ubu Editora.
- Favero, E., Sarriera, J. C., & Trindade, M. C. (2014) O desastre na perspectiva sociológica e psicológica. *Psicologia em Estudo*, 19(2). doi.org/10.1590/1413-737221560003.
- Ferenczi, S. (1992). Confusão de Língua entre os Adultos e a Criança. In: Ferenczi, S. *Obras Completas, Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes. Obra original publicada em 1933.

- Ferenczi, S. (1992). Reflexões sobre o trauma. In: Ferenczi, S. *Obras Completas, Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes. Obra original publicada em 1934.
- Ferraz, I. T. (2020). *Imigrantes haitianos na cidade de Maringá: impactos do racismo sob o olhar psicanalítico*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Estadual de Maringá.
- Ferreira, A. V. S., Lodetti, M. B., & Borges, L. M.. (2021). Recomeço: O sofrimento psíquico na imigração involuntária e a política de inclusão nas universidades brasileiras. *REMHU: Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana*, 29(63), 141–158. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006309>
- Ferreira, R. F. (2002). O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente. *Psicologia & Sociedade*, v. 14, n.1, p. 69-86.
- Fontanella, B. J. B., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, 24, 17-27. doi.org/10.1590/S0102-311X2008000100003.
- Franco, M. H. P. (2012). Crises e desastres: a resposta psicológica diante do luto. *Mundo da Saúde*, 36 (1), 54-58, <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mis-36664>.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freud, S. (2010). Além do princípio de prazer. In: Freud, S. *Obras completas, volume 14: História de uma neurose infantil (“O Homem dos Lobos”)*, Além do princípio de prazer, e outros textos. (1917-1920). Companhia das Letras. Obra original publicada em 1920.
- Freud, S. (2010). Luto e Melancolia. In: Freud, S. *Obras completas, volume 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. Companhia das Letras. Obra original publicada em 1917.
- Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização. In Freud, S. *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. Companhia das Letras. Obra original publicada em 1930.
- Freud, S. (2010). Recordar, repetir e elaborar. In: Freud, S. *Obras completas, volume 10: Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”)*, artigos sobre a técnica e outros textos (1911-1913). Companhia das Letras. Obra original publicada em 1914.
- Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Editora da UFRGS.
- Gioda, F. R., Grisotti, M., & Langdon, E. J. (2020). Violência estrutural e adoecer no Haiti: Reflexões sobre uma experiência. *Saúde e Sociedade*, 29(2). doi.org/10.1590/S0104-129020201801012.

- Godoy, G. (2011). O caso dos haitianos no Brasil e a via da proteção humanitária complementar. In: Ramos, A., Rodrigues, G. & Almeida, G. (Org.). *60 anos de ACNUR: Perspectivas de futuro* (pp. 15-44). CL-A Cultural.
- Gomes, M. A. (2017). Os impactos subjetivos dos fluxos migratórios: os haitianos em Florianópolis (SC). *Psicologia & Sociedade*, 29. doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i16248.
- Gonzalez, L. (2020). *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar.
- Gorender, J. (2004). O épico e o trágico na história do Haiti. *Estudos Avançados*, 18(50), doi.org/10.1590/S0103-40142004000100025.
- Gorovitz, S., & Sá, L. de S. (2022). A mediação linguística como garantia de direitos no Brasil: rumo a políticas institucionais de tradução e interpretação na defensoria pública da união. *Trabalhos Em Linguística Aplicada*, 61(3), 679–694. <https://doi.org/10.1590/010318138669207v61n32022>
- Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados em Florianópolis e Região (2015). *Novos imigrantes e refugiados na região da Grande Florianópolis: observações preliminares*. Florianópolis: NEFIPOne/UFSC. Recuperado de <https://imigrafloripa.files.wordpress.com/2015/08/relatc3b3rio-gairf-versao-publicar-ult.pdf>.
- G1-SP (2022, online). 'Justiça para nosso filho', pedem pais de venezuelano assassinado em SP por dívida de R\$ 100. In Globo (online). Recuperado de <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/02/10/justica-para-nosso-filho-pedem-pais-de-venezuelano-apos-jovem-ser-assassinado-em-sp-por-conta-de-divida-de-r-100.ghtml>.
- Handerson, J. (2015) *Diaspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa*. (Tese de doutorado) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Hasenbalg, C. A. (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.
- Indursky, A. C. & Conte, B. d. S. (2017) Reparação Psíquica e Testemunho. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37, doi.org/10.1590/1982-3703110002017.
- Indursky, A. C. & Piccinini, C. A. (2015) O testemunho como ferramenta clínico-política. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 23(1), doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v23n1p1-9

- Jacques, R. J., & Lecomte, Y. (2018). *Ethnopsychiatrie en Haïti*. Collection Revue haïtienne de santé mentale. ISBN: 1923-8975.
- Jibrin, M. (2017). *Acolhimento psicológico de imigrantes involuntários: um encontro com a alteridade*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, SC, Brasil.
- Joint, L. A. (2008). Sistema educacional e desigualdades sociais no Haiti: o caso das escolas católicas. *Pro-Posições*, 19(2), 181-191. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072008000200013>.
- Jorge, M. A. C., Mello, D. M., & Nunes, M. R. (2020). Medo, perplexidade, negacionismo, aturdimiento - e luto: afetos do sujeito da pandemia. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 23(3), 583–596. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2020v23n3p583.9>
- Kehl, M. R. (2015). Temporalidade e experiência. In: Kehl, M. R. *O tempo e o cão: A atualidade das depressões*. (pp. 153-168). Boitempo.
- Kilomba, G. (2019) *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Knobloch, F. (2015). Impasses no atendimento e assistência do migrante e refugiados na saúde e saúde mental (Palestra realizada no Simpósio "Desigualdades, Deslocamentos e Políticas Públicas na Imigração e Refúgio" em novembro de 2013.) *Psicologia USP*, 26(2), 169-174, doi.org/10.1590/0103-6564D20140015.
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Editora: Companhia das Letras.
- Kupermann, D. (2019). A virada de 1928: Sándor Ferenczi e o pensamento das relações de objeto na psicanálise. *Cad. Psicanál. (CPRJ)*, 41(40), 49-63.
- Lahens, Y. (2012). *Falhas*. FUNAG.
- Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília.
- Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017*. Dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante. Diário Oficial da União, Brasília.
- Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980*. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Diário Oficial da União, Brasília.

- Leiva-Bianchi, M., Candia, C. & Montecino, K. (2014). Factores que influyen la comorbilidad entre trastorno de pánico y estrés postraumático después de terremotos. *Rev. Salud Pública*, 16(5), 773-743. <http://dx.doi.org/10.15446/rsap.v16n5.40164>.
- Lopes, J. S. (2021). *O acolhimento a imigrantes na perspectiva de agentes comunitárias de saúde em Florianópolis*. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC.
- Lucenna, L. (2014). O Brasil e a MINUSTAH, ou a busca de novos parâmetros para uma política externa brasileira “ativa” e “ativa” em operações de paz das Nações Unidas. *Século XXI*, 5(1), 129-149.
- Machado, G. da S., Barros, A. F. O., & Martins-Borges, L. (2019). A escuta psicológica como ferramenta de integração: Práticas clínicas e sociais em um Centro de Referência de Atendimento a Imigrantes em Santa Catarina. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 27(55), 79-96, doi.org/10.1590/1980-85852503880005506.
- Martins-Borges, L. (2013). Migração involuntária como fator de risco à saúde mental. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 21(40), 151-162.
- Martins-Borges, L., Lodetti, M. B., Jibrin, & M., Pocreau, J. B. (2019). Inflexões epistemológicas: a Etnopsiquiatria. *Fractal: Revista de Psicologia - Dossiê Psicologia e epistemologias contra-hegemônicas*, 31, 249- 255. https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29001
- Martins-Borges, L., & Pocreau, J. B. (2009). Reconhecer a diferença: o desafio da etnopsiquiatria. *Psicol. rev.*, 15(1), 232-245.
- Mata, I. M.. (2021). Raça e antiescravidão no Caribe espanhol: o ativismo de Antonio Maceo e Ramón Emeterio Betances. *Revista Brasileira De História*, 41(86), 13–37. <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v41n86-01>.
- Minayo, M. C. de S. (2012). *Pesquisa social: teoria método e criatividade*. Vozes.
- Ministère de l'Éducation Nationale et de la Formation Professionnelle. (s/d.). MENFP. Recuperado de <https://menfp.gouv.ht/#/home>.
- Moreira, M. R. (2008, 27 de julho). Desastres Naturais. In *Poetas e Contistas do ABC*. Recuperado de <http://poetasecontistasdoabc.blogspot.com/2008/07/desastre-naturais.html>.
- Naffah-Neto, A. (2006). A pesquisa psicanalítica. *Jornal de Psicanálise*, 39(70), 279-288.
- Nascimento, V. N. do. (2021). *Reconstruindo uma nova casa: impactos psicológicos da imigração involuntária em mulheres imigrantes residentes na região da Grande Florianópolis*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC.

- Noal, D. da S. (2014). O humano do desastre: A invenção da escrita como cuidado de si em contextos de desastres naturais e humanos. (Dissertação de mestrado) – Universidade de Brasília, <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15705>.
- Nüske, A. G. G., & Macedo, M. M. K. (2019). Migração haitiana: o sujeito frente ao (re)encontro com o excesso. *Psicologia USP*, 30. doi.org/10.1590/0103-6564e180081
- Organização das Nações Unidas. (2020, 4 de fevereiro). *ONU: Desastres forçam mais pessoas a saírem de suas casas que conflitos e violência*. ONU News: Perspectiva Global, Reportagens Humanas. Recuperado de <https://news.un.org/pt/story/2020/02/1702842>.
- Organização Internacional para as Migrações – OIM. (2009). Glossário sobre Migração. *Direito Internacional da Migração*, 22.
- Organización Panamericana de la Salud. (2006). *Guía práctica de salud mental en situaciones de desastres*. Recuperado de <http://helid.digicollection.org/pdf/s13489s/s13489s.pdf>
- Perdomo, M. C., & Cerruti, M. (2011). *Trauma, memória e transmissão: a incidência da política na clínica psicanalítica*. Primavera Editorial.
- Phelps, E. D. (2014). *South-South Migration: Why it's bigger than we think, and why we should care*. The Migrationist.
- Pinheiro, L., Lira, F., Rezende, M., & Fontoura N. (2019). Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: Reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. IPEA. http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9538/1/td_2528.pdf
- Pocreau, J. B., & Martins-Borges, L. (2013). La cothérapie en psychologie clinique interculturelle. *Santé mentale au Québec*, 38(1), 227-242. <https://doi.org/10.7202/1019194ar>
- Prado, M. A. M. & Araújo, S. A. (2019). Políticas de atendimento a migrantes e refugiados no Brasil e aproximações da psicologia. *Revista Psicologia Política*, 19(46), 570-583.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2019). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019: Além do rendimento, além das médias, além do presente: As desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI*. Recuperado de http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf.
- Pussetti, C., & Brazzabeni, M. (2011) Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. *Etnográfica*, 15(3), 467-478.
- Rafaloski, A. R., Zeferino, M. T., Forgearini B. A. O., Fernandes, G. C. M., & Menegon, F.A. (2020). Saúde mental das pessoas em situação de desastre natural sob a ótica dos trabalhadores envolvidos. *Saúde em Debate*, 44(2), 230-241, doi.org/10.1590/0103-11042020E216.

- Ramos, E. P. (2011). *Refugiados Ambientais: Em Busca De Reconhecimento Pelo Direito Internacional*. 2011. (Tese de Doutorado) - Universidade de São Paulo.
- Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012*. Implementa normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, Brasília.
- Ribeiro, D. (2017) *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832019000200015>
- Rosa, M. D., Berta, S. L., Carignato, T. T., & Alencar, S. (2009). A condição errante do desejo: os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico-política. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 12(3) 497-511, doi.org/10.1590/S1415-47142009000300006.
- Rudge, A. M. (2009). *Trauma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Sampieri, R. H., Fernández-Collado, C., & Lucio, P. B. (2006). *Metodología de la investigación* (4ª ed.). McGrall-Hill.
- Santos, F. V. dos . (2016). A inclusão dos migrantes internacionais nas políticas do sistema de saúde brasileiro: o caso dos haitianos no Amazonas. *História, Ciências, Saúde-manguinhos*, 23(2), 477-494. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702016000200008>
- Sawaia, B. (Org.) (2004). *As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Schininã, G., Hosn, M. A., Ataya, A., Dieuveut, K., & Salem, M-A. (2010). Psychosocial response to the Haiti earthquake: the experiences of International Organization for Migration. *Intervention*, 8(2), 158-164.
- Shoaf, K. (2014). Organizing the health sector for response to disasters. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(9). doi.org/10.1590/1413-81232014199.03722014.
- Silva, G. J; Cavalcanti, L; Oliveira, T; Costa, L. F. L, & Macedo, M. (2021). *Refúgio em Números, 6ª Edição*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. OBMigra.
- Silva, S. A. da. (2017). Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil. *Revista Brasileira De Estudos De População*, 34(1), 99–117. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0009>.
- Silveira, M. D. & Barros, A. F. O. (2018). A escuta do traumático: Sobre reconstruções impossíveis na solidão. In: *Clínicas do Testemunho RS e SC. Por que uma clínica do testemunho?* (pp 167-178). Instituto APPOA.

- Toledo, A., & Braga, L. M. (2020). Abuso e exploração sexual em operações de paz: o caso da MINUSTAH. *Revista Estudos Feministas*, 28(3). doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n360992
- Valêncio, N., Siena, M., Marchezini, V., & Gonçalves, J. C. (2009). *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. RiMa Editora.
- Valler-Filho, W. (2007). *O Brasil e a crise haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática*. Instituto Rio Branco. Ministério das Relações Exteriores. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão - Funag.
- Velázquez-Gutiérrez, M. (2018). Desastres sociales: sismos, reconstrucción e igualdad de género. *Revista mexicana de sociología*, 80(spe), 149-158. <https://doi.org/10.22201/iis.01882503p.2018.0.57777>
- Véran, J. F., Noal, D. D. S., & Fainstat, T. (2014). Nem Refugiados, nem Migrantes: A Chegada dos Haitianos à Cidade de Tabatinga. *Dados*, 57(4). doi.org/10.1590/00115258201431
- Viñar, M. (2010). O enigma do traumatismo extremo: notas sobre o trauma e a exclusão: seu impacto na subjetividade. *Psicanálise*, 12(1): 205-215, <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psa-7801>.
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate em aberto. *Temáticas*, 44, 203-220. doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977.
- Weintraub, A. C. A. De M., Noal, D. da S., Vicente, L. N., & Knobloch, F. (2015). Atuação do psicólogo em situações de desastre: reflexões a partir das práticas. *Interface: Comunicação saúde educação*, 19(53), 287-298. doi.org/10.1590/1807-57622014.0564.
- Weissmann, L. (2017). Migração/exílio e a perda da língua materna. *Cadernos de psicanálise* 39(37), 185-206.
- Wonsoski, W., & Domingues, E. (2021). Georges Devereux: Um Psicanalista freudiano? *Revista Subjetividades*, 21(2), e10957. doi.org/10.5020/23590777.rs.v21i2.e1095.
- Zanella, C. K. (2016). As "falhas" que tecem o Haiti. *Estudos Avançados*, 30(87), 357-360, doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870022.

APÊNDICE A- Roteiro de Entrevista Semiestruturada

-Caracterizar a experiência migratória dos imigrantes haitianos participantes da pesquisa

1. Como foi para você sair do Haiti?
2. Sua saída do Haiti teve alguma relação com o terremoto?
3. Como era o lugar que você morava antes da ocorrência do terremoto?
4. Como o Brasil se tornou um destino para você?
5. Você se despediu de familiares e amigos antes de sair do Haiti? Se sim: como foi?
6. O que você trouxe consigo na bagagem?
7. Como foi o processo até chegar aqui? Passou por alguma situação difícil? Veio sozinho/a ou acompanhado/a?
8. Morou em outras cidades antes de vir para Florianópolis? (em caso afirmativo: como foi? Por que escolheu vir para Florianópolis?)
9. Como foi começar a vida aqui? Recebeu ajuda de alguém e/ou de alguma instituição? (investigar: moradia; estudos e trabalho; acesso a serviços públicos)

- Identificar sintomas psíquicos relacionados à exposição ao terremoto em 2010

10. Você lembra do dia que aconteceu o terremoto? Como foi? Como você se sentiu? (investigar sintomas psicológicos)
11. Você recebeu algum tipo de ajuda após o terremoto? (Psicológica, médica, sanitária, assistência social...)
12. Tem algo que você viu ou viveu nessa situação que te marcou?
13. Como foram os primeiros dias e semanas após o desastre?
14. Você costuma se lembrar do terremoto com frequência? Como você se sente quando lembra do ocorrido?
15. Você já sonhou ou costuma sonhar com o terremoto?
16. Você acredita que algo tenha mudado em você depois dessa experiência?
17. E depois de chegar ao Brasil, percebeu alguma mudança sobre suas reações ao terremoto? (Se sim: o que e como mudou? A que você atribui essa mudança?).
18. Como é para você falar sobre o terremoto? Ao falar sobre estas questões, como você se sente?

- Caracterizar fatores socioculturais no contexto pós-migratório que contribuem para reparação psíquica

19. Como você imaginava que seria sua vida no Brasil? Algo te surpreendeu ou estava muito diferente das suas expectativas?
20. Como é sua rotina atualmente aqui? Ela mudou muito desde a sua chegada?
21. O que você faz para se divertir atualmente?
22. Você mantém hábitos referentes à cultura do Haiti? (Se sim, como isso faz você se sentir?)
23. Você participa de algum grupo que realiza práticas culturais ou religiosas?
24. Como está sendo para você reconstruir a vida aqui? O que você considera que facilita essa reconstrução? E o que pode dificultar?
25. Você se sente bem acolhido/a pelos brasileiros? (Se sim: o que faz com que você se sinta acolhido/a?); (Se não: por que?)
26. Já viveu alguma situação em que se sentiu excluído/a? (Se sim: como você reagiu?); (Se não: o que faria com que você se sentisse excluído/a?)
27. Quais eram seus projetos de vida quando se mudou para o Brasil? Acredita que foi ou está sendo possível realiza-los?
28. Você avalia que morar no Brasil te trouxe mais benefícios em relação à sua vida no Haiti?
29. Você considera que foi possível fazer novos vínculos no Brasil? Com quem você conversa aqui? Em quais situações? Tem pessoas que você confia aqui?
30. O que faz com que você se sinta bem atualmente?
31. Quais são seus sonhos? O que você considera importante para realizá-los? Acredita ser possível realizar seus sonhos no Brasil?

APÊNDICE b- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
(Versão em Português)

Prezado/a participante,

Você está sendo convidado/a para participar da pesquisa intitulada “**Possibilidades de reparação psíquica em imigrantes haitianos afetados pelo terremoto de 2010**”, que será conduzida pela estudante de Mestrado Giovanna Botini Zortea, sob orientação da Prof^a Dr^a Lucienne Martins Borges, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Peço que leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Você poderá pedir orientação quantas vezes forem necessárias para esclarecer todas as suas dúvidas. A proposta deste Termo é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar dele.

O objetivo da pesquisa é compreender as possibilidades de reparação psíquica em imigrantes haitianos afetados pelo terremoto de 2010, residentes na região da Grande Florianópolis. Sua participação é valiosa, pois, ao conhecer as experiências de imigrantes haitianos que passaram por estas situações, estes dados podem ser utilizados para auxiliar profissionais que trabalham com estas questões, e promover fundamentação para elaboração de políticas públicas sensíveis ao acolhimento de imigrantes. Caso você aceite, enquanto participante da pesquisa, você irá responder a perguntas em uma entrevista e também um questionário sócio demográfico. Essa entrevista terá duração média de 90 minutos, será gravada em áudio, em local onde sua privacidade esteja protegida e apenas as pesquisadoras responsáveis terão acesso direto a essas informações.

Informamos que este documento foi elaborado de acordo com a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Antes de falarmos com você, este estudo foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da UFSC. O CEPSH é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à UFSC, mas independente na tomada de decisões, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Caso você queira entrar em contato com este Comitê, pode fazê-lo por meio dos telefones (48) 3721-6094, pelo e-mail cep.propesq@contato.ufsc.br e/ou pelo endereço Rua Des. Desembargador Vitor Lima, número 222, sala 401, Trindade, Florianópolis – SC, CEP 88.040-400.

Asseguramos que a sua participação será absolutamente sigilosa, não constando qualquer dado que possa identificá-la. Caso você se sinta prejudicado/a de alguma forma em decorrência da participação nesta pesquisa, você poderá solicitar indenização de acordo com as leis vigentes. Informamos, também, que a sua participação é absolutamente voluntária e que não haverá nenhuma retribuição financeira para que colabore com a pesquisa. Contudo, caso tenha gastos financeiros decorrentes de sua participação, estes serão reembolsados ao término da entrevista. Como risco desta pesquisa, a entrevista poderá lhe causar desconforto e mobilização emocional ao responder as perguntas e contar histórias de sua vida. Caso sinta-se desconfortável, você tem o direito de interromper a participação em qualquer fase da pesquisa, bem como solicitar a exclusão de seus dados, retirando seu consentimento sem qualquer prejuízo. Além disso, caso necessário, a pesquisadora compromete-se em proporcionar o acolhimento e encaminhá-lo/a a um serviço de atendimento psicológico especializado.

As informações obtidas serão armazenadas pela pesquisadora por cinco anos e utilizadas na elaboração de trabalhos científicos que poderão vir a ser publicados em meios acadêmicos e científicos. Depois deste período, esses dados serão destruídos. Como benefícios desta pesquisa, os resultados deste estudo poderão auxiliar intervenções psicológicas em saúde mental e políticas

Ou envite pou patispe nan rechèch ki rele “**Posibilite reparasyon psikik nan imigran ayisyen ki afekte nan tranblemanntè 2010 la**”, ki pral fèt pa Giovanna Botini Zortea, etidyan kap fè metriz , moun kap oryantel la se Pwofesè Dr Lucienne Martins Borges, ki sòti nan Pwogram Post- Gradyasyon nan Sikoloji a, nan Inivèsite Federal de Santa Catarina (UFSC). Mwen mande ou, pou w ka li dokiman sa a ak anpil atansyon anvan ou siyen li. Ou ka mande konsèy plizyè fwa lè sa nesèsè pou klarifye tout dout ou genyen. Objektif tèm sa a, se pou eksplike tout bagay sou etid la, epi mande pèmasyon ou pou patispe nan li.

Objektif rechèch la se konprann posibilite reparasyon psikik nan imigran ayisyen ki te afekte nan tranblemanntè 2010 la, ki abite nan rejyon Greater Florianópolis. Patisipasyon w gen anpil valè paske, lè w aprann konnen eksperyans imigran ayisyen yo ki te pase nan sitiyasyon sa yo, done sa yo ka sèvi pou ede pwofesyonèl k ap travay ak pwoblèm sa yo, epi bay yon fondasyon pou elabore politik piblik ki sansib pou yo. resepsyon imigran yo. Si ou aksèpte, kòm yon patisipan nan rechèch la, ou pral reponn kèk kesyon nan yon entèvyou , konsa tou yon kesyonè sosyo-demografik. Entèvyou sa a pral dire a pe prè 90 minit, li pral anrejistre sou odyo/ voz, nan yon lokal kote vi prive ou ap pwoteje , se sèlman moun kap fèl la ki responsab pou gen aksè dirèk nan enfòmasyon sa yo.

Nou enfòm ke dokiman sa a te prepare dapre Rezolisyon N° 466/12 Konsèy Nasyonal Sante (CNS). Anvan nou te pale avèk ou, etid sa a te evalye epi apwouve pa Komite Etik sou rechèch ak moun ki gen (CEPSH) nan UFSC. CEPSH se yon ong entèdisiplinè, deliberatif, konsiltatif ak edikasyon , ki gen lyen ak UFSC, men li endepandan lè lap pran desizyon l yo, li te kreye pou defann enterè patisipan yo nan rechèch, nan entegrite yo ak diyite yo, konsa tou pou kontribiye nan devlopman nan rechèch ki andedan patwon etik la. Si ou vle kontakte Komite sa a, ou ka fè sa, pandan wap rele nan nimewo sa (48) 3721-6094, oubyen pa Imèl cep.propesq@contato.ufsc.br ak/ oswa pa adrès Rua Des. Desembargador Vitor Lima, nimewo 222, Sal. 401, Trindade, Florianópolis - SC, CEP 88.040-400.

Nou asire ou ke patisipasyon ou pral rete absoliman konfidansyèl, pap gen okenn done ki pral idantifye ou. Si ou santi ou prejije nan nenpòt fason pandan wap patisipe nan rechèche la, ou ka reklame pou yo dedomajew anakò ak lwa aktyèl la. Nap enfòmew tou, ke patisipasyon ou a, se absoliman volontè , ki vle di, ke pa pwal gen okenn konpansasyon finansyè paske ou kolabore ak rechèch la. Sepandan, si tout fwa ou ta gen yon depans finansyè akoz patisipasyon ou a, lap ranbouse nan fen entèvyou a. Kòm yon risk nan rechèch sa a, entèvyou a ka lakòz ou mal alèz ak mobilizasyon emosyonèl lè wap reponn kesyon ak rakonte istwa sou lavi ou. Si ou santi ou pa alèz, ou gen dwa pou ou sispann patisipe nan nenpòt faz /moman nan entèvyoua , menm jan tou, ou ka mande pou efase done ou yo, ou ka retire konsantman ou san okenn danje. Anplis de sa, si sa nesèsè, chèchè a antreprann pou l bay ou swen ak refere ou nan yon sèvis sikolojik ki espesyalize pou pran swen.

Tout enfòmasyon ke nou jwenn yo, pral sere pa chèchè a pou (5) senk lane, epi tou yo ka itilize nan preparasyon nan travay syantifik ki ka pibliye atravé akademik ak syantifik. Apre peryòd sa a, done sa yo pral detwi. Kòm benefis nan rechèch sa a, rezilta etid sa yo kapab ede nan entèvansyon sikolojik nan sante mantal ak politik piblik ki sansib pou resevwa imigran nan Gran Florianópolis ak lòt rejyon nan peyi a. Nap ensiste ke done sa yo ki pral itilize nan pwodiksyon syantifik pap devwale non ou. Anplis de sa, apre yo fin defann tèt la, yap kabab prezante rezilta entèvyou yo bay ou, nan yon dat ki dwe planifye, si ou enterese.

Apre ou fin li fòm konsantman, lib ak eklésiman sa a ,epi tou ou aksepte pou patisipe nan etid la, tanpri map mande pou ou siyale tout premye paj yo, epi apres sa siyen de fotokopi fòm konsantman sa a ki nan fen dokiman an. Yonn nan fèy papye sa yo, ap rete nan men ou, menm jan tou li se yon dokiman ki pwouve kontak nou yo, ak garanti dwa ou kòm yon patisipan nan rechèch la. Chèchè a tou,

pral siyale tout paj yo epi siyen nan fen yo. Pou nenpòt lòt enfòmasyon, map mete tèt mwen a dispozisyon ou, pa telefòn (47) 99678-4451, imèl Nascimentovitorian@gmail.com, ak /oswa adrès pwofesyonèl ki chita nan Sant pou Etid sou Sikoloji, Migrasyon ak kilti (NEMPsiC), Sal 8B nan Sant Filozofi ak Syans Imèn (CFH), Inivèsite Federal de Santa Catarina (UFSC), nan Rue Eng Agronômico Andrei Cristian Ferreira, s / n, Trindade, Florianópolis - SC, CEP 88040-500. Chèchè ki responsab la, profesè Dra Lucienne Martins Borges, pral tou an dispozisyon pou ou nan menm adrès la ak nan lucienne.borges@ufsc.br.

Giovanna Botini Zortea

Chèchè Prensipal kap fè

Dr^a, Lucienne Martins Borges

Metriz la Chèchè kap Orayantel la

Mwen _____

_____ CRNM ou

CPF _____, mwen deklare konsatman m pou patisipe nan rechèch ki gen pou tit Posiblité reparasyon psikik nan imigran ayisyen ki afekte nan tranblemanntè 2010 la. Mwen deklare tou ke m jwenn enfòmasyon sou objektif rechèch la, de metòd , de tout dwa mwen genyen pou m pa patisipe nan nenpòt moman, ansanm ak gade sekre non mwen.

Siyati moun kap patisipe nan rechèch la

_____, _____ de _____ de 2022.

ANEXO 1- FORMULÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO INTERCULTURAL

Data de aplicação: ___/___/___

Dados Pessoais:

1. Nome Completo: _____
- 1.1 Há diferença entre o nome do registro brasileiro e o nome de registro no país de origem
 Sim Não.
2. Aplica-se nome social?
 Se sim, especifique: _____
3. Sexo/Gênero: Feminino Masculino Outro: _____
4. Idade: _____ anos
5. Data de nascimento: ___/___/___
6. País de nascimento: _____
7. Cidade de nascimento: _____
8. Pertence a algum grupo étnico? Sim Não
9. Se sim, indique qual grupo étnico: _____
10. Cor/Raça: branca preta amarela parda indígena
 outro: _____
11. Nacionalidade(s): _____
12. Cidade onde reside atualmente: _____
13. Status Conjugal:
 - Solteiro(a)
 - Namorando
 - União Estável
 - Casado(a)
 - Separado (a)
 - Divorciado(a)
 - Viúvo(a)

Escolaridade e Ocupação:

14. Escolaridade:
 - Não alfabetizado
 - Ensino fundamental incompleto
 - Ensino fundamental completo - aproximadamente 9 anos de duração
 - Ensino médio incompleto
 - Ensino médio completo - aproximadamente 3 anos de duração
 - Ensino técnico incompleto
 - Ensino técnico completo. Qual(is) curso(s) _____
 - Ensino superior incompleto
 - Ensino superior completo. Qual(is) curso(s) _____
 - Pós Graduação incompleta. _____
 - Pós Graduação. Qual(is) curso(s) _____
15. Ocupação antes da imigração: _____
16. Qual foi a 1ª ocupação no Brasil? _____
17. Ocupação atual: _____

Renda:

18. Qual a sua renda mensal, aproximadamente?
 - Até 1 salário mínimo
 - De 1 a 3 salários mínimos.
 - De 3 a 6 salários mínimos.
 - De 6 a 9 salários mínimos.
 - Mais que 9 salários mínimos.
 - Nenhuma renda
19. Em relação a sua posição financeira:

- Respondo unicamente por minhas despesas
 Sou a/o responsável pelo sustento de minha família/outros
 Contribuo secundariamente com os gastos familiares/outros
 Conto exclusivamente com o apoio financeiro de familiares/outros

Moradia:

20. A residência em que você mora é:

- Própria
 Alugada
 Cedida
 Outro: _____

21. Número de cômodos da residência: _____

22. Número de pessoas na sua residência, contando com você: _____ pessoas

23. Atualmente você mora:

- Com cônjuge
 Com filhos
 Com os pais
 Com irmão(ã)
 Com outros parentes. Quem? _____
 Com amigos
 Em república
 Em pensão
 Sozinho
 Outro: _____

23- Identificação dos membros que residem com o participante:

Vínculo	Sexo	Idade	Nacionalidade

Utilização do SUS e SUAS

24. Você já teve acesso ao Sistema Único de Saúde - SUS? Sim Não
 25. Você possui o cartão do Sistema Único de Saúde - SUS? Sim Não Não sei
 26. Você já teve acesso ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS? Sim Não
 27. Você possui um CADÚNICO? Sim Não Não sei
 28. Se sim, usufrui/já usufruiu de algum benefício? Sim. Qual _____ Não

Religião/Crença:

29. Possui alguma religião/crença? Sim Não
 30. Se sim, qual? _____
 31. É praticante?
 Sim Não

Língua

32. Qual/quais a(s) sua(s) língua(s) primária(s)? _____
 33. Fala outra língua? Sim Não
 34. Se sim, qual(is)? _____
 35. Nível da língua portuguesa antes da imigração: _____

- a) Compreensão oral: () Ruim () Regular () Boa () Ótima
 b) Compreensão escrita: () Ruim () Regular () Boa () Ótima
 c) Expressão oral: () Ruim () Regular () Boa () Ótima
 d) Expressão escrita: () Ruim () Regular () Boa () Ótima
36. Apropriação da língua portuguesa atualmente:
 a) Compreensão oral: () Ruim () Regular () Boa () Ótima
 b) Compreensão escrita: () Ruim () Regular () Boa () Ótima
 c) Expressão oral: () Ruim () Regular () Boa () Ótima
 d) Expressão escrita: () Ruim () Regular () Boa () Ótima

Dados sobre a imigração:

1. Data de saída de sua cidade de residência: ___/___/____
 2. É a primeira imigração? () Sim () Não
 3. Você imigrou com alguém? () Sim () Não
 4. Se sim, com quem?
 () Com cônjuge
 () Com filhos
 () Com os pais
 () Com outros parentes
 () Com amigos
 () Outro: _____
5. Após a saída, qual foi o seu percurso até chegar ao Brasil ?

36. Durante esse percurso você se alojou em?

- () Residência própria
 () Residência alugada
 () Residência familiar
 () Residência cedida
 () Em um campo de refugiados
 () Abrigo
 () Na rua
 () Outro: _____

37. Das pessoas importantes para você, alguém ficou no país de origem?

- () Sim () Não

38. O que levou a saída do país de origem: _____

39. Data de entrada no Brasil: ___/___/____

40. Tipo de visto de entrada:

- () Trânsito
 () Turismo
 () Temporário. Qual: _____
 () Permanente por razões humanitárias
 () Outros. Qual: _____

41. Tipo de status migratório atual:

- () Refugiado
 () Solicitante de refúgio
 () Deslocado ambiental
 () Imigrante econômico
 () Imigrante humanitário
 () Apátrida
 () Imigrante indocumentado
 () Outro. Qual: _____